BENEDITO MAIA

GOVERNADORES DA PARAÍBA

(1947 – 1980)

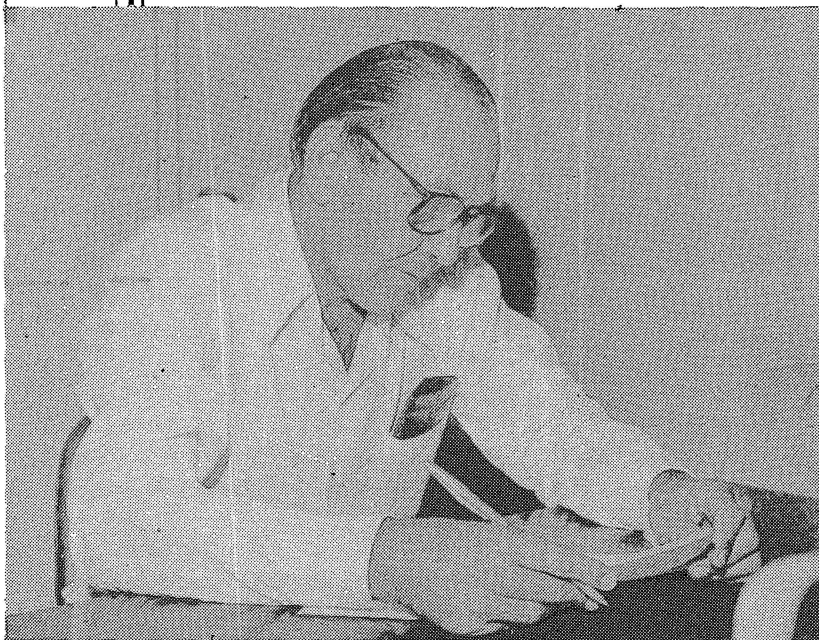
BENEDITO MAIA

GOVERNADORES DA PARAÍBA (1947 a 1980)

10-11-88.

1980

Prefácio de: José Otávio
Capa: Germires Vamberto

Livros do Autor:

RETRATO ÍNTIMO, poesia — 1954
O VENDEDOR DE ESPAÇO, reportagens — 1971.
FLAGRANTES DE POLÍTICA E IMPRENSA — 1972.
O CATADOR DE NOTÍCIAS, política — 1974.
UNIVERSIDADE DO PONTO DE CEM RÉIS, crítica — 1976.
QUADROS DA VIDA, crônicas e poemas — 1977.
CONVERSA DE CALÇADA, crítica política — 1978
REPORTAGENS QUE FICARAM — 1979.

GOVERNADORES DA PARAÍBA — 1980

UM LIVRO DE CONVOCAÇÃO DEMOCRÁTICA

José OCTÁVIO

Jornalista, publicitário e globe-trotter *das letras, a que chegaria por esforço próprio e sem pistolões, Benedito Maia vem-se afirmando, sobretudo, como homem de seu* tempo *e de sua* cidade.

Desde seus dois primeiros livros — O Vendedor de Espaço *e* Flagrantes de Política e Imprensa, *o primeiro dos quais analisado pelo sr. Gemy Cândido, que enxergou no autor a marca quixotesca do "Cavaleiro da Triste Figura" —, Maia vem-se superando a si mesmo, no sentido de que ultrapassando a reportagem, as mais das vezes aleatória, chegou à Geografia Espacial, à Sociologia, à Ecologia, e à Política, como podemos perceber por suas mais recentes obras, seguramente as melhores* — Universidade do Ponto de Cem Réis, *que comentei um longo artigo para o* Correio das Artes *de 13/7/77, e* Reportagens que Ficaram, *válido protesto de uma cidade transida pelas agressões que os tecnocratas perpetraram contra a paisagem, a partir do que conseguiram (des)fazer na Lagoa do Parque Solon de Lucena, apesar dos autorizados protestos de Lauro Xavier.*

Sua produção que, inicialmente voltada para o pitoresco, então inspirou-se nas observações de Sebastião Nery, sobre a elite política brasileira, segue num crescendo já não apenas quantitativo *mas* qualitativo, *de modo que, quando aqui se fala em lançamento de livros — de que Benedito Maia mantém o recorde juntamente com outra expressão da Universidade do Povo que é José Cavalcante — só em parte se justifica a maliciosa expressão de outrora: "será o Benedito?"*

Tão endiabrado quanto esforçado e cordial, Benedito Maia surge agora com este Governadores da Paraíba (1947/80) que se permite válido corte no tempo de nossas estruturas políticas, a partir de uma síntese biográfica e administrativa dos homens que nos governaram nesse interstício — Osvaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo, José Targino, José Américo de Almeida, Flávio Ribeiro Coutinho, Pedro Moreno Gondim, João Agripino Filho, Ernani Sátyro, Ivan Bichara Sobreira, Dorgival Terceiro Neto e Tarcísio de Miranda Burity — bem como seus substitutos permanentes ou eventuais — João Fernandes de Lima, André (Zabilo) Gadelha, Severino Bezerra Cabral, Antônio Juarez Farias, Clóvis Bezerra Cavalcante e José Fernandes de Lima.

Voltado para essa temática, o que de logo se percebe em Governadores da Paraíba (1947/80), é que Benedito Maia a ela não se atirou improvisadamente, para cultivo de uma vaidade jornalística ou meramente político-empresarial.

Não. Revelando-se progressivo senhor das mais modernas técnicas de pesquisa histórico-social, Benedito Maia investigou mensagens, reuniu dados de coleções de jornais, muniu-se de bibliografia que poderia ser um pouco melhor, mas mesmo assim se afirma com os dois Osvaldo Trigueiro — de Albuquerque Melo e do Vale — e, afinal, recolheu questionários, para nos trazer livro de segura utilidade, nesta hora em que nos voltamos para o passado, não como exercício de memória, mas visando à compreensão e solução dos problemas do presente, de que o tempo pretérito constitue o até necessário ponto de partida.

Dir-se-á que a seriação cronológica de que se valeu Benedito Maia, justapondo os governadores uns aos outros, por meio dos mandatos que exerceram, constitue técnica histórica ultrapassada, na medida em que, bem mais moderno, consistiria agrupá-los, histórico-dialeticamente, visando à apreensão dos valores e estruturas conceptuais que, no conjunto, representaram.

Compreendendo isso, e valendo-me do desinteressado esforço que venho empreendendo em prol da História, lancei-me a essa tarefa de que resultou o estudo "Paraíba de 11 presidentes, 4 interventores, 7 governadores e alguns vices, afora outros" (O Norte e Diário da Borborema de 15/3/71, Almanaque da Paraíba, 1973) que, posteriormente incorporado como "Evolução da Paraíba Republicana", à coletânea João Pessoa Perante a História (Textos Básicos e Estudos Críticos), valeu-me o reconhecimento de figuras do porte de Hélio Jaguaribe, Cleanto de Paiva Leite, Nelson Saldanha, Abelardo Jurema, José Antônio (Urquiza), José Honório Rodrigues, Paulo Bonavides, Petrônio Castro Pinto, Paulo Cavalcante e Vamireh Chacon, cujas apreciações sufocaram as insignificantes restrições que surgiram, alicerçadas em critérios subjetivos, as mais das vezes empresariais...

Nesse estudo, e procedendo um tanto ou quanto à Benedito Maia, isto é, valendo-me das mensagens e temperatura histórico-social dos governos que se sucederam, o que se pode apreender do noticiário dos jornais da época, dividi a evolução política da Paraíba em quatro fases que representariam o republicanismo histórico, republicanismo oligárquico, populismo carismático e desenvolvimentismo.

Claro que isso não representa um modelo estanque, mas dialético, de modo que, sem desprezá-lo, logo o ultrapassei, na busca das raízes do autoritarismo tecnocrata que, entre nós, se afirmou com o empreendedor Governo João Agripino. Já aí me haviam ocorrido novos desdobramentos sócio-políticos e nuances de que resultaram o estudo "Paraíba — História Presente e Realidade Social", produzido para o (III) Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, marcante realização do Secretário/Governador Tarcísio Burity, e de que já resultaram dois livros de altíssimo nível — Brasil, Tempo e Cultura e João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30.

Em ambos os casos tomei por base as clivagens político-administrativas que derivaram da Revolução de 30 que, nas análises de, entre outros, Alfredo Gomes, Otacílio Queiroz e Bóris Fausto, significaram o conflito da cidade contra o campo (no caso da Paraíba o litoral contra o sertão) e a emersão do Estado, centrado em estamento burocrático urbano que não lograria erradicar o coronelismo e as oligarquias — questão de que jamais se alvitrou —, mas subordiná-los a nova orientação de cunho publicizante.

A formalização dessa nova metodologia, incorporada à nossa realidade cultural pelos que, a meu lado, têm constituído o Grupo José Honório Rodrigues, não significa o invalidamento dos que se lançam, como Benedito Maia, à apreensão de nossas estruturas político-administrativas por outros caminhos.

A vantagem das Ciências Sociais, entre as quais avultam a História e a Política, na intercessão das quais Governadores da Paraíba (1947/80) se situa, consiste em seu espírito permanentemente dialético e de abertura, o que quer dizer, como nos evangelhos, "há muitos caminhos para se chegar à verdade", só não valendo a pena, evidentemente, o caminho dos que se lançam à investigação histórico-social, de maneira preconceituosa, apriorística e ressentida, — o que não se faz o caso de Benedito Maia.

Para esse, o importante consiste em fazer — e sempre da melhor maneira possível.

Data daí a manifesta propriedade de seus livros que têm chegado na hora certa. Se O Vencedor de Espaço e O Catador de Notícias constituiram, a seu modo, sátira das mais procedentes à manipulação das informações pelas modernas assessorias de comunicação de massa, e se Flagrantes de Política e Imprensa des-

nudou o quotidiano dos políticos que só pensam em aparecer, mesmo na base da proposição de usinas atômicas para Estados que ainda não resolveram seus problemas básicos, Universidade do Ponto de Cem Réis *e* Conversa de Calçada *destacaram, no auge da pretenciosidade tecnocrata, o homem simples, que faz da crítica ao ar livre, leitura dos jornais diários e comparecimento aos comícios, o fundamento de sua participação democrática.*

Essa preocupação com a democracia ressurge com toda força em Governadores da Paraíba (1947/80) *que, com isso, se filia à nossa criadora linhagem histórico-política, inaugurada com o francês Jean Blondel no clássico* As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba, *inspirador do jocoso* Poder, Alegria dos Homens, *de Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, e a seguir dinamizada pelos ensaios de, entre outros, Joacil Pereira, Sabiniano Maia (aproveitado no texto), Oswaldo Trigueiro do Vale, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, Lopes de Andrade, Inês Caminha Lopes Rodrigues (que estudou em altíssimo nível o problema do coronelismo nas origens da Revolução de 30), Humberto Melo, Jório Machado, e, afinal, seus dois mais altos momentos contemporâneos que são os estudos* Política nos Currais, *de Francisco Sales Cartaxo Rolim, e a coletânea* As Eleições Nacionais de 1978, *organizada pela Fundação Milton Campos, da ARENA nacional, com incisiva participação da Paraíba.*

Reflexo *ou* causa *da chamada abertura, reclamada pela sociedade brasileira considerada como um todo, pouco importa. O fato é que tais obras, consideravelmente aceleradas nos últimos cinco anos, constituem a projeção paraibana do que se vem fazendo no plano nacional onde, aos estudos de, entre outros, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Maria D'Alva Gil Kinzo, Álvaro Valle, Orlando Carvalho, David Fleicher, Bolivar Lamounier, Hélgio Trindade, Celso Lafer, Maria Victória de Mesquita Benevides e Maria do Carmo Campello - correspondeu, sob a liderança de Petrônio Portela, Marco Maciel, José Honório Rodrigues - Octaciano Nogueira, e Mário Teles de Oliveira, a extraordinária floração das séries da Câmara e Senado Federais, fazendo-se significativo, em todos esses livros, a valorização de nossa experiência democrática como seguro ponto de partida para o restabelecimento da legitimidade do poder, necessariamente alicerçada, tal como à época do Império e maior parte da República, no respeito aos direitos e garantias individuais.*

É compreensível que assim tenha sido e continue a ser.

Como o próprio Benedito Maia fará sentir em seu livro, não é possível a afirmação da democracia sem uma consciência democrática, *ou seja, à prática democrática terá de corresponder uma* teoria democrática, *cada vez mais amplamente debruçada sobre o*

Nesse particular, é que avulta a propriedade de livros como Governadores da Paraíba (1947/80) *a partir do entendimento do autor segundo o qual "não se podem criar lideranças novas sem a presença, no palanque em praça pública, de oradores que passam a se revelar, geralmente, nos discursos inflamados".*

E ainda mais enfaticamente: "Se em 1945, houve, após a queda do Estado Novo, aquela euforia para os grandes embates políticos e os debates na praça pública, hoje observamos com a mais profunda tristeza que a juventude não acredita mais no processo democrático e às vezes foge de seu encontro. Isto porque, depois da revolução de 64, não foram estimuladas as novas lideranças ou simplesmente quantos poderiam enveredar pelo campo político para o encontro com a reabertura".

São considerações como essas que convertem Benedito Maia em genuíno representante das correntes democráticas da imprensa paraibana.

Partidário de uma espécie de democracia plebiscitária, sancionada pelos comícios a céu aberto, que conferem legitimidade ao sufrágio direto e universal, Maia fez muito bem em recolher dos homens que governaram a Paraíba de 1947 a 1980 — período que assinala a ascensão e apogeu do populismo com sua posterior substituição pela tecno-burocracia, garantida pelas baionetas do autoritarismo — não apenas a experiência administrativa mas o seu pensamento político, *consubstanciado no entendimento que firmaram da democracia.*

O livro, aliás, se inicia com o prólogo "conceitos de democracia", em que desfilam princípios recolhidos aos srs. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, José Américo de Almeida, Pedro Gondim, João Agripino, Ernani Sátyro, Ivan Bichara, Dorgival Terceiro Neto e Tarcísio de Miranda Burity.

Desde os mais conservadores como Sátyro e Bichara, passando pelos de visão universitária como Trigueiro, Dorgival e Burity, até os que levaram mais longe as inspirações sociais do populismo, como José Américo, Pedro Gondim e João Agripino, o que se percebe é uma concepção mecânico-formal de democracia, baseada em princípios como Governo da lei, liberdade e verdade, soberania popular e igualdade perante a lei, sendo que Bichara chega a lembrar a contrapartida (???) das responsabilidades, e Sátyro as famosas salvaguardas, formulações que, em ambos os casos, bem sabemos o que representam, pelas contrafações de uma experiência que não se recomendou perante a História.

Não cremos sejam esses os problemas fundamentais da democracia em nossos dias. Se é indispensável mantermos a tradição liberal dos séculos XVIII e XIX, tão eruditamente ressaltada nestas páginas pelo ministro Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, pois foi a supressão dessa linhagem histórica que significou o arbítrio dos regimes de força e dos fascismos —, urge ultrapassá-

la por meio de uma prática social que signifique não apenas a igualdade de oportunidades, tal como apropriadamente o lembrou Tarcísio Burity, mas a plena fruição dos Direitos Sociais, no caso, os direitos ao trabalho, à educação, à saúde, ao bem-estar, ao lazer, à habitação, formulados em clima de participação e exercidos numa nítida perspectiva de mudança.

Esse o drama central da democracia em nossos dias — ou se torna crescentemente social, isto é, ou se socializa, para repartir pelas massas a riqueza por elas mesmas geradas, ou perecerá submersa pela dicotomia populismo demagógico-autoritarismo tecnocrata de inspiração direitista, observada por Hélio Jaguaribe, falando o ano passado, aqui em João Pessoa, durante o III Seminário Paraibano de Cultura Brasileira.

A essência do livro de Benedito Maia reside nas suas partes primeira, segunda e terceira, em que o autor, partindo da chamada redemocratização em 45, aqui encarada sob o ângulo de famosa entrevista do ministro José Américo e do I Congresso Brasileiro de Escritores, chega aos depoimentos e realizações dos governadores que nos regeram de 1947 (Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo) a 1980 (Tarcísio Burity).

Partidário declarado da História-Presente, tanto quanto do revisionismo histórico-social, que introduzi aqui na Paraíba, sob a inspiração das lições de José Honório Rodrigues, entendo que Benedito fez muito bem em ter partido de 1945, que assinala o início de fecundo período de participação popular, embora suas origens estivessem viciadas pelo princípio militarista que prevaleceu, através da fórmula "espada contra espada" das candidaturas Eurico Dutra e Eduardo Gomes, a Presidente da República.

Melhor ainda, consistiu em ter deixado falar os seus entrevistados, no que seu livro se aproxima um pouco do magistral Estado e Planejamento no Brasil (1930/71) *de Octavio Ianni que, em outro nível de abordagem, fez exatamente isso, ou seja, retrair-se, de modo a que falassem os Presidentes de República, através de suas mensagens e esquemas de planejamento global.*

Tenho proposto uma terminologia para isso: substituir os conceitos pelas indicações, *razão por que muito me agradam os livros desse tipo, capazes de se converter em* fontes *para análises mais aprofundadas.*

O que não aprecio em abordagens histórico-políticas é a arrogância sabe-tudo, tipo última palavra ou "sabe com quem está falando?", geralmente esgrimida por autores menores e pseudo-historiadores da hora undécima. Contra isso me acredito vacinado, e Benedito Maia, também, d'onde o salutar diálogo que aqui certamente se travará entre o próprio autor e o leitor.

A êste último, caberá opinar com inteira liberdade. E se, ao final, restar a impressão de que alguns desses governadores merecem mesmo a classificação do infausto Pedro Monteiro que

mandou colocar na própria sepultura o epitáfio auto-condenatório — "Aqui jaz Pedro Monteiro de Macedo que por governar mal esta Capitania quer que todos o pisem e a todos pede um Padre Nosso e uma Ave Maria pelo amor de Deus — 1744" — a culpa não será de Benedito que apenas nos terá oferecido os instrumentos para esse e outros julgamentos que se impuserem...

Uma característica desse livro de Benedito Maia reside na nostalgia que dele ressuma, quando o autor se defronta com os avanços e o nível de representação assegurados pelo populismo, em muito boa hora reabilitado por Fernando Pedreira e Maria Victória Mesquita Benevides. Já me referi acima a alguma dessas passagens quando o autor lamenta o cerceamento dos comícios que impossibilitaram a renovação das lideranças, atirando-nos de encontro a verdadeiro estancamento na circulação das elites e, pior ainda, à tardia ressurreição do coronelismo que aqui reapareceu a todo vapor, no período 1975/78.

Governadores da Paraíba (1947/1980), *todavia, vai além, ao deplorar o baixo nível de nossas representações — já não se elegem deputados como antigamente... — d'onde nelas não mais se encontrarem figuras como José Américo, João Agripino, Plínio Lemos, Osmar de Aquino, Abelardo Jurema, Janduhy Carneiro, Raymundo Asfóra, e, sobretudo, Samuel Duarte, seguramente um dos maiores homens públicos da Paraíba em todos os tempos, como continuador do apostolado cívico-democrático desse imenso Repúblico — com letra maiúscula — que foi Castro Pinto.*

Em "Dissidência, Protesto e Familismo nas eleições paraibanas de 1978", também me detive sobre o problema, alarmado com a avassaladora influência do poder econômico — que ocupou os espaços do antigo populismo — e o baixíssimo índice de renovação de nossa bancada que, no último pleito, assinalou oito reeleições na bancada federal de onze integrantes, e vinte e uma reeleições num conjunto de trinta e três deputados à Assembléia Legislativa Estadual.

Apontei então algumas terapêuticas para o problema — uma delas o voto distrital, que fortaleceria as lideranças locais *e* comunitárias, *em detrimento das figuras de "talento econômico e cultura financeira" (usei então a jocosa fórmula de Benedito Maia que aqui reaparece) —, as quais se deslocam de uma região para outra comprando votos e sacrificando a representatividade das áreas mais pobres, como é o caso do brejo paraibano, que já não conta sequer com um deputado federal.*

Não sei se Benedito Maia afina comigo nesse particular. Como o conheço de perto, na comunhão joséhonoriana das Ciências Sociais, sei que ele se identifica comigo no entendimento de que a Paraíba, pequenina e pobre, só terá alguma significação no plano nacional se contar com representação de, politicamente,

melhor qualidade.

Tanto na República Velha, dominada por Epitácio, quanto na Revolução de 30, com João Pessoa, José Américo, Adhemar Vidal, Antenor Nevarro, Octacílio de Albuquerque, o segundo Irineu Joffily, Antônio Guedes, Café Filho e Rafael Correa de Oliveira, que constituiam, no conjunto, liderança liberal-radical urbana *e muito capaz —, foi assim que as coisas se passaram.*

José Honório sempre me chamou a atenção para isso — Estados como a Paraíba valerão o que seus representantes valerern — fórmula que se depreende claramente da correspondência trocada por Epitácio Pessoa com os maiorais da República Velha.

Essa melhoria de nossa representação não a alcançaremos se nos deixarmos embair pelo pessimismo, a apatia e a desesperança.

A hora não é de confissão de culpas mas de arduo e pertinaz esforço de reconstrução.

Como isso pressupõe uma consciência e visão histórica que nos assegure a posse de nós mesmos, urge a imediata leitura de Governadores da Paraíba (1947/80).

Isso porque é êste um livro de convocação. Melhor diria: de convocação democrática. Pois não é à tôa que, até o período que nos é possível julgar *(1947/78), os melhores governadores foram justamente os eleitos pelo voto direto e em clima da mais ampla participação popular.*

CONCEITOS DE DEMOCRACIA

"Democracia é a ideologia política, segundo a qual eu não sou igual a tí, mas tu és igual a mim" (Russel Lowel).

Comungando com o pensamento do professor universitário Adolfo Vasconcelos Noronha (Teoria Geral do Estado - São Paulo), em que afirma que "embora haja uma série de princípios classicamente como caracterizadores da democracia, não temos dúvida em assentar sua base na divisão dos poderes, eis que aqui reside a *"conditio sine quà non"* do auto-controle da autoridade - único meio de se preservar, no âmbito político, a liberdade humana, no quadro dos direitos e obrigações fixados em lei justa", é que abrimos este trabalho com transcrições de parte dos depoimentos dos governadores - o conceito de cada um sobre democracia e vida pública, dentro de uma ótica política eminentemente pessoal.

OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELO:

"Os políticos não são melhores nem piores do que o

seu país. Afastei-me da atividade menos por motivos de decepções do que por circunstâncias e razões de ordem pessoal. A democracia é o Governo pela lei e não pelo arbítrio dos homens providenciais. Fora dela não há salvação" - página 50 .

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA:

"Prefiro a democracia plena, sem os excessos do velho liberalismo que a transforma em ditadura devido às medidas de exceção adotadas para salvá-la. Falta-nos, ainda, educação republicana para oferecer resistência a qualquer violência, independente de apelo às armas" - página 62 .

PEDRO MORENO GONDIM:

"Só aceito a democracia em sua plenitude. A ditadura não se justifica de modo geral. Pode se impor como transição histórica de cada povo e que seja a mais rápida possível. Acho que a ditadura é o que existe de mais nefasto na vida de um povo. Só a democracia pode garantir liberdade e o retrato da verdade. Ditadura só pode ser aceita como um episódio para reposição da democracia verdadeira" - página 76 .

JOÃO AGRIPINO FILHO:

"A democracia é o regime condizente com a formação cívica e a tradição intelectual dos brasileiros. A exceção foi medida aplaudida, geralmente, na época, como meio de por termo ao desregramento existente em 1964. Caído este, cessa a razão daquela. Não há democracia vigiada. Há sim, democracia em que o legislativo ou executivo pode ser mais ou menos forte. Sou partidário do executivo tão forte quanto necessário ao poder de administrar bem e tão fraco quanto necessário que o impeça de oprimir ou violentar consciências e liberdades a um legislativo tão forte quanto necessário à boa fiscalização do executivo e sua participação nos destinos políticos, administrativos e sociais do país" - página 82 .

ERNANI AYRES SÁTYRO E SOUZA

"Sou um democrata. Sou homem de centro, como se sabe no Brasil inteiro. Admito, porém, como admití mais de uma vez, um regime de exceção, sempre que se tem em vista salvar o Brasil do cáos e do comunismo. Esses regimes de exceção, hão de ser forçosamente transitórios e devem extinguir-se sempre que o perigo tiver passado. Não vou dizer que neste momento, esse perigo tenha passado, inteiramente. Devemos, em todo caso, voltar

ao exercício quanto possível pleno da democracia, principalmente *com instrumentos* de defesa ou salvaguardas, nos termos que se encontram na última reforma constitucional" - página 94 .

IVAN BICHARA SOBREIRA:

"Claro que desejamos a democracia na sua plenitude, pois isso representa a defesa da pessoa humana, dos direitos fundamentais da liberdade como o bem supremo sem esquecer a contrapartida da responsabilidade" - página 107

DORGIVAL TERCEIRO NETO:

"A democracia é uma concepção de soberania popular. Deve ser desenvolvida, praticada, exercitada, para alcançar o padrão desejado. Mas, enquanto todo o povo não for suficientemente instruído e economicamente fortalecido suas manifestações poderão estar comprometidas pelas necessidades e emoções do meio em que vive. Por isso mesmo, as escolhas poderão não ser as melhores. Admito a exceção, quando não for baseada em buscas ou lutas pelo Poder, mas tão somente para impedir males e sacrifícios intoleráveis no presente e para o futuro. A faculdade de escolher dirigentes deve sempre estar com o povo, que ao longo do tempo, e na medida em que se instrui e adquire melhor condição de vida vai se determinando em suas preferências, fugindo do direcionamento muitas vezes imposto pelos outros" - página 113.

TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY:

"Não compreendo democracia sem que a *igualdade perante a lei* seja acompanhada de garantias objetivas que se traduzem em *iguais oportunidades,* possibilitando a participação crescente de todos nos bens oferecidos pela civilização; não compreendo democracia sem o entendimento de que a legitimação do poder reside na vontade popular; não compreendo democracia sem responsabilidade de governantes e governados; não compreendo democracia sem o respeito aos direitos das minorias; não compreendo democracia sem *oposição* aguerrida e fiscalizadora dos atos governamentais; não compreendo democracia sem imprensa livre e independente, que informe corretamente a opinião pública, a fim de que esta possa julgar a ação administrativa do Governo, isenta de preconceitos" - página 121.

1a. PARTE

REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

A política que sempre foi a arma dos bons entendimentos, até no seio da família, criou os mais variados processos para escolha dos homens públicos destinados ao exercício dos mandatos eletivos, e serviu na maioria das vezes para tornar válido o processo seletivo dentro das agremiações partidárias, havendo a filosofia capital de que deveriam e ainda devem ser escolhidos sempre os melhores, tanto para os mandatos legislativos como para os mandatos executivos.

O país viveu um longo período ditatorial que foi da revolução de 1930 até 1945, comandado pelo gaúcho Getúlio Dorneles Vargas - considerado o maior estadista brasileiro da sua geração -, tempo em que ele esteve no Poder, inicialmente, como Presidente e, depois como ditador, a partir do golpe de Estado de novembro de 37, quando foram fechados o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas dos Estados brasileiros, até que veio a cair em outubro de 1945.

A partir daí, foi instalado no país o novo processo libertário, defendendo a institucionalização de uma nova fase democrática com a ascensão ao Poder Executivo da Nação, do Presidente

do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, depois da tentativa do Governo ser entregue ao então ministro da Guerra, general Gois Monteiro. A queda da ditadura se processou, lentamente, a início, depois rapidamente, a partir da famosa entrevista do ex-ministro da Viação e Obras Públicas daquele Governo, escritor José Américo de Almeida que serviu a Getúlio Vargas, tanto na ditadura, como, posteriormente, no Governo democrático, voltando ao mesmo cargo, em 1953, depois de haver concorrido para sua queda.

Esta entrevista do ex-ministro José Américo de Almeida foi publicada no dia 22 de fevereiro de 1945, no jornal "Corrio da Manhã", tomada pelo jornalista Carlos Lacerda, à época, iniciante na imprensa carioca. A matéria foi o estopim que precisava ser tocado para que houvesse o processo incendiário da queda do Presidente, estimulada na época pelas Forças Armadas, conhecidos, dois dos seus mais respeitáveis integrantes que já se apresentavam como candidatos à Presidência da República - Eurico Gaspar Ministro da Guerra do Estado Novo e Eduardo Gomes, brigadeiro do Ar que representava as forças políticas contrárias ao Sistema dominante.

Iniciado o processo político-eleitoral da época, surgiram os candidatos à Presidência da República e os candidatos aos Governos dos respectivos Estados, havendo o processo inicial de registro dos partidos e, depois a escolha dos candidatos e sua indicação pelas siglas partidárias, para implantação do processo eleitoral dentro das determinações da recém-criada Justiça Eleitoral que passou a ter a responsabilidade de dirigir as eleições.

Antes das eleições dos governadores, foram eleitos os integrantes da nova Constituinte Nacional de 1946, e o Presidente da República. Estes foram os responsáveis pela promulgação da Constituição Brasileira de 1946, que normatizava inclusive, o procedimento do exercício de cada titular de mandato executivo - Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito do Município.

Esta Constituição de 1946 teve vida legal até 1964 quando sofreu várias emendas, pelo movimento revolucionário daquele ano até ser promulgada, a Constituição de 1967. Entre várias das alterações, figura a mudança do processo do voto universal secreto para Presidente da República e Governador de Estado, que passaram a ser eleitos pelo processo do voto indireto, sufragado por um colegiado, antecipadamente escolhido, conforme determinação dos Atos Institucionais da Revolução de 1964 e o pacote de medidas político-eleitorais, editado em abril de 1977, em que foi criada uma nova figura jurídica - a do Senador indireto, como aconteceu na época do Império.

Pelo sistema do voto direto, universal e secreto, foram eleitos Governadores do Estado da Paraíba: Oswaldo Trigueiro de

Albuquerque Melo (1947), tendo como vice-Governador José Targino; José Américo de Almeida (1950), tendo como Vice-Governador João Fernandes de Lima; Flávio Ribeiro Coutinho (1955), tendo como Vice-Governador Pedro Moreno Gondim; Pedro Moreno Gondim (1960), tendo como Vice-Governador André Avelino de Paiva Gadelha e João Agripino Filho (1965), tendo como Vice-Governador Severino Bezerra Cabral, afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal por não haver se desincompatibilizado em tempo hábil de empresas privadas para entrar na campanha, vindo de ser substituído em 1969, por Antônio Juarez Farias, então Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, eleito que foi já pelo processo indireto, em que foram seus eleitores, os deputados estaduais.

Foi assim, João Agripino Filho, o último Governador do Estado eleito pelo voto direto, universal e secreto. Pelo processo do voto indireto, chegaram ao Governo da Paraíba - depois de indicados pelo Presidente da República: Ernani Ayres Sátyro e Souza (1970), tendo como Vice-Governador Clovis Bezerra Cavalcanti; Ivan Bichara Sobreira (1974), tendo como Vice-Governador Dorgival Terceiro Neto e, finalmente, Tarcisio de Miranda Burity (1978), tendo como Vice-Governador Clóvis Bezerra Cavalcanti, cujo mandato se expira em 1983, depois das eleições do seu sucessor em 1982.

Todos os Vice-Governadores assumiram o cargo de Governador definitiva ou interinamente, inclusive mais de um Presidente da Assembléia Legislativa, em que aparece o deputado José Fernandes de Lima que assumiu o Governo em março de 1960, quando da desincompatibilização do então Vice-Governador Pedro Moreno Gondim que renunciou ao mandato para disputar o Governo do Estado, voltando ao exercício em janeiro de 1961. Também na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, assumiu por mais de uma vez, o ex-deputado Clovis Bezerra Cavalcanti, bem como ascendeu ao mesmo cargo, o ex-deputado Ramiro Fernandes de Carvalho.

Quando da Constituinte de 1946, a Paraíba esteve representada no Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - pelos congressistas (e respectivos partidos): Partido Social Democrático - José Janduhy Carneiro, José Joffily Bezerra de Melo, Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega e Samuel Duarte; União Democrática Nacional: João Agripino Filho, João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, Ernani Ayres Sátyro e Souza, Osmar de Aquino, Plínio Lemos, Argemiro de Figueiredo e José Gaudêncio Correia de Queiroz.

Daquela representação, o deputado Samuel Duarte chegou à Presidência da Câmara Federal, hoje Câmara dos Deputados, quando da instalação dos trabalhos da Constituinte de 1946. Da-

queles parlamentares, já faleceram: João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, José Janduhy Carneiro, Osmar de Araújo Aquino, Samuel Duarte e José Gaudêncio Correia de Queiroz.

Quando da votação da Constituição do Estado da Paraíba, integravam a Assembléia Legislativa, os seguintes deputados: Flávio Ribeiro Coutinho (Presidente), Tertuliano de Brito, João Guimarães Jurema, Antonio de Almeida, Antônio Bezerra Cabral, Haity Leal, Antônio Santiago, Ageu de Castro, Álvaro Gaudêncio de Queiroz, Antônio Nominando Diniz, Antônio de Paiva Gadelha, Bernardino Barbosa, Balduino Minervino de Carvalho, Clovis Bezerra Cavalcanti, Djalma Leite Ferreira, Francisco Seráfico da Nóbrega, Hildebrando de Assis, Inácio José Feitosa, Isaias Silva, Ivan Bichara Sobreira, Jacob Guilherme Frantz, João Feitosa Ventura, João Santa Cruz, João Fernandes de Lima, João Lelis de Luna Freire, José Fernandes Filho, José de Souza Arruda, Lindolfo Ferreira Júnior, Luiz de Oliveira Lima, Otacílio Nóbrega de Queiroz, Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Otávio Amorim, Praxedes da Silva Pitanga, Renato Ribeiro Coutinho, Severino Ismael da Costa, Pedro Moreno Gondim e Pedro de Almeida.

Destes, dois ainda estão exercendo atividades políticas, havendo, apenas, Otacílio Nóbrega de Queiroz com um mandato de Deputado Federal e Clovis Bezerra Cavalcanti no exercício de Vice-Governador do Estado pela segunda vez.

As lutas eleitorais de 1946 a 1962 movimentavam as populações urbanas e rurais, havendo sempre a presença das lideranças em todas as campanhas, que motivavam os partidos de então, notadamente, os maiores, Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro e União Democrática Nacional a aproveitar as jovens lideranças que iam surgindo, havendo o argumento de alguns políticos mais experimentados de que não se pode criar lideranças novas sem a presença no palanque em praça pública de oradores que passam a se revelar, geralmente, nos discursos inflamados.

Mas — registre-se com o devido respeito — de discursos inflamados, sem os conhecidos ataques pessoais que foi típico de muitos políticos despreparados. Estes, normalmente, desapareceram, enquanto outras lideranças mais vivas e vibrantes se descobriram e ficaram na crista dos partidos durante muito tempo, havendo, ainda hoje, os que se firmaram na vida pública da Paraíba e passaram a exercer influência nas decisões políticas do Estado.

Para os mais estudiosos da matéria, jamais poderão surgir lideranças políticas jovens sem a existência do palanque nos comícios públicos, pois cada um é julgado pela ovação popular. aqueles depois, se confirmam ou desaparecem, sobretudo quando disputam os votos preferenciais.

Depois daquela entrevista o ex-ministro José Américo de Almeida, quando se vivia, ainda, sob o clima da Segunda Guer-

ra Mundial, na Europa, Getúlio Vargas começou a admitir que seria restabelecido o processo democrático.

Entre outras coisas, afirmou o ex-auxiliar do presidente ao jornalista Carlos Lacerda, no dia 22 de fevereiro de 1945:

> "Nesta hora não me nego a falar. Ao contrário, julgo chegado o momento de todos os brasileiros opinarem. Esta é a hora decisiva que exige a participação de todos no rumo dos acontecimentos. No momento em que se pretende transferir a responsabilidade da situação dominante no Brasil da força que a apoia para a chancela do povo, é a própria ditadura expirante que nos dá a palavra: "É preciso que alguém fale, e fale alto e diga tudo, custe o que custar".
>
> "Para atender aos reclamos da pacificação nacional, numa obra comum, — direi — de salvação política, seria necessário que o Governo como um todo, merecesse a confiança dos democratas. Mas a longa prática do Poder, sobretudo, de um Poder descricionário viola os seus elementos políticos e administrativos, incapacitando-os perante a opinião pública, para uma obra de renovação cívica e material. Esse material humano já não dispõe de crédito para aprender uma nova aventura. E não se pode cogitar de aventurar quando estão em jogo os destinos supremos do Brasil. Já não se pode tentar nova experiência, com esse elemento incapaz de eliminar voluntariamente, todos os vestígios do Governo autoritário, porque: 1) ele se tornou suspeito perante a opinião democrática, 2) devido ao seu impulso na obra administrativa". ("Universidade do Ponto de Cem Réis" - 1976).

Trinta anos depois, no dia 29 de outubro de 1975, quando registrava o aniversário da queda de Getúlio Vargas, o já aposentado ministro José Américo de Almeida, recolhido à praia de Tambaú, em João Pessoa, dava ao "Jornal do Brasil", uma entrevista, em que afirmava:

> "Getúlio Vargas teve o seu papel. No Governo provisório manteve as massas no meio do caminho, detendo sua carreira para os extremos. Fez uma política proletária que pecou pela falta de objetividade — não chegou a formar um espírito de classe nem tornou efetivo o benefício social como seria de se esperar. A concentração dos trabalhadores nos sindicatos, teve a vantagem de conter a classe política que deixou de explorar as massas para fins eleitorais, sem o ideal superior, (quando digo clas-

se política, refiro-me aos profissionais da política). O mal de Getúlio Vargas com a sua mansidão que contrastava com a fibra forte, sua simplicidade, sua honestidade pessoal, foi o amor ao Poder que o levou às contradições de sua carreira". (Jornal do Brasil" — 29 de outubro de 1975).

A primeira entrevista do ex-ministro José Américo que serviu para apressar a queda do EstadoNovo, saiu no dia 22 de fevereiro de 1945, em plena ditadura, quando estava em pleno funcionamento o DIP que foi furado pelo jornalista Carlos Lacerda.

No dia 13 de março do mesmo ano, portanto, menos de dois meses depois, o ministro Eurico Gaspar Dutra tem a informação do lançamento do seu nome como candidato à Presidência da República, o que àquela altura dos acontecimentos, iria aparecer em São Paulo, por recomendação do próprio Presidente Getúlio Vargas aos interventores Benedito Valadares, de Minas Gerais e Fernando Costa de São Paulo, o que até certo ponto foi posto em dúvida pelo ministro candidato.

E há aí, uma coincidência de datas - 13 de março de 45 marca o lançamento da candidatura de Eurico Gaspar Dutra para entrarmos; no processo de redemocratização e no dia 13 de março de 1964 se realiza o famoso comício oficial da Praça da República, no Rio de Janeiro que dá início ao movimento revolucionário daquele ano. Há, portanto, na História do Brasil (história política) duas datas fatais - 13 de março de 1945 e 13 de março de 1964.

Sobre o lançamento do processo democrático e, consequentemente, do nome do ministro Eurico Gaspar Dutra, numa prova do início da redemocratização, escreve o historiador Oswaldo Trigueiro do Vale:

> "Somente nos dias 13 e 14 de março Dutra ouve do próprio Vargas a comunicação e as providências do lançamento do seu nome à Presidência da República.
>
> "Assim conta o ex-presidente Dutra:
>
> — "A 13, ainda de março, o presidente incumbiu o Governador Benedito Valadares de ir a São Paulo entender-se com o interventor Fernando Costa e outros políticos do Estado, a fim de lançarem imediatamente o nosso nome como candidato.
>
> "No dia imediato, no Palácio Rio Negro fomos cientificados pelo dr. Getúlio Vargas da incumbência por ele dada ao Governador de Minas. Declarou-me textualmente: "Mandei o Valadares levantar sua candidatura em São Paulo". (O General Dutra e a Redemocratização de 45" página 58/59).

Praticamente oficializada a candidatura do ministro Gaspar Dutra à Presidência, o Governador mineiro, Benedito Valadares, recebeu a missão de criar as condições para as organizações partidárias em todos os Estados brasileiros, quando começaram a surgir as adesões e a se definir os partidos.

No dia 7 de abril daquele mesmo ano, era criada a União Democrática Nacional que realizou concentração das mais movimentadas no Rio de Janeiro para oficializar pela oposição, a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. No dia seguinte, 8 de abril, era criado o Partido Social Democrático que pasosou a ser oficializado em todos os Estados com ajuda dos interventores de então, para reforçar a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra e, consequenternente dos candidatos a governador apoiados pelo sistema dominante e pelo PSD. Foram surgindo, então, os outros partidos - o Partido Libertador no Rio Grande do Sul e o Partido Trabalhista Brasileiro.

Embora estes partidos - PSD, UDN, PTB, PL — tenham nascido durante o período inicial da redemocratização, inclusive o Partido Comunista Brasileiro que foi extinto, posteriormente, houve a seguir uma verdadeira proliferação de partidos, chegando a mais de 15, até quando houve o movimento revolucionário de 1964, que os extinguiu depois das eleições de outubro de 1965 quando foram eleitos os últimos Governadores de Estado, pelo voto direto.

O mês de abril de 1945 pode ser considerado o mês decisivo para o processo eleitoral de então, quando o Presidente Getúlio Vargas e todo o seu Ministério assinaram o Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril que concedia a anistia.

Aquele Diploma Legal teve a seguinte redação:

"O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º — É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste Decreto—Lei.

§ 1º — Não se compreende nesta anistia os crimes comuns não conexos com os políticos, nem os praticados em tempo de Guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de Outubro de 1942.

§ 2º — Consideram-se conexos para os efeitos deste artigo os crimes praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 2º — A reversão dos militares, beneficiados por esta Lei, aos seus postos, ficará dependente de

parecer de uma ou mais comissões militares, de nomeação do Presidente da República.

Art. 3º — Os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos semelhantes, à medida que ocorrerem vagas e mediante a revisão oportuna de cada caso, procedida por um ou mais comissões especiais de nomeação do Presidente da República.

Art. 4º — Em nenhuma hipótese terão os beneficiados por este Decreto-Lei, direto aos vencimentos atrasados ou diferenças, e bem assim a qualquer indenização.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945. 124º da Independência e 57º da República. ("O General Dutra e a Redemocratização de 45" — páginas 207/208).

Como decorrência de todo o processo político-eleitoral que já se instalava na nação, inclusive com as candidaturas nas ruas e o fim da Segunda Guerra Mundial, o Presidente Getúlio Vargas editou o Decreto—Lei nº 7.586 (Lei Eleitoral) que tornava sem efeito a antiga e combatida "Lei constitucional" de 28 de fevereiro de 1945 que dava ao Presidente da República poderes para fixar no prazo de 90 dias, as datas para as eleições presidenciais, governamentais e legislativas.

Este novo diploma legal preceitua nos seus artigos 136 e 137, as datas consideradas ideais por todos os políticos para a eleição, em oportunidades diferentes.

Dizem os dois artigos:

"Art. 136º — As eleições para Presidente da República, Conselho Federal (Senado) e Câmara dos Deputados, realizar-se-ão no dia 2 de dezembro de 1945 e as eleições para Governadores dos Estados e Assembléias Legislativas, no dia 6 de maio de 1946.

Art. 137º — As eleições municipais serão realizadas depois de constituídas as Assembléias Legislativas. ("O General Dutra e a Redemocratização de 45" - página 153).

O Presidente Getúlio Vargas parecia sonhar em presidir as eleições, o que não veio a acontecer, pois quase todos os partidos fizeram um movimento para sua saída, havendo, finalmente, sua queda no dia 29 de outubro, que foi comandado por integrantes do próprio Governo, conforme "O General Dutra e a Redemocratização de 45" às páginas 154 e subsequentes.

Com a sua queda, houve a ascensão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares que para muitos, foi um neutro e para outros, era simpatizante da candidatura do

brigadeiro Eduardo Gomes, o que veio a tornar a candidatura Dutra mais difícil, embora ele não se podesse confessar até então, candidato oficial do Presidente Vargas. Mesmo admitindo, anos depois que o Presidente José Linhares tinha tendências udenistas, ele se elegeu Presidente da República, tendo a Paraíba, naquela eleição, oferecido a seguinte votação:

Candidato	Partido	Votos
Eurico Dutra	PSD/PTB	61.090
Eduardo Gomes	UDN	76.110
Yedo Fiuza	PCB	5.719

O General Dutra e seu candidato ao Governo nas eleições posteriores - Alcides Carneiro - perderam na Paraíba, ganhando para Presidência da República o Brigadeiro Eduardo Gomes e para o Governo do Estado Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, ambos candidatos da União Democrática Nacional.

Fechado o Congresso Nacional pelo golpe que instituiu o Estado Novo em 1937, e, consequentemente, fechadas as Assembléias Legislativas dos Estados, é lógico que a abertura política, 8 anos depois, com amplas liberdades para o seu pleno exercício motivasse o aparecimento de lideranças novas, sobretudo de jovens recém-saídos das Faculdades ou de muitos outros que já dispondo de diplomas superiores exercendo atividades profissionais liberais poderiam ingressar na vida pública estadual e nacional.

E os exemplos foram vividos em vários Estados, inclusive, em Pernambuco, onde perdeu a vida em plena campanha democrática, o estudante Demócrito de Souza Filho que ainda continua a ser uma bandeira naquele Estado sempre lembrado quando as forças políticas mais jovens buscam um espelho do passado, onde se possa mirar a imagem de um idealista pelas nossas franquias democráticas.

Se em 1945 houve, após a queda do Estado Novo, aquela euforia para os grandes embates políticos e os debates na praça pública, hoje, observamos com a mais profunda tristeza que a juventude não acredita mais no processo democrático e às vezes, foge do seu encontro. Isto porque, depois da revolução de 1964 não foram estimuladas as novas lideranças ou simplesmente, quantos poderiam enveredar pelo campo político para o encontro com uma reabertura.

E há no fato, duas contradições indiscutíveis. Em 1945, *surgiram*, pelo menos na Paraíba, nomes novos e valores, como Osmar de Aquino, José Joffily, Abelardo Jurema, Pedro Gondim, Antônio Nominando Diniz, Hildebrando de Assis, e tantos outros que vinham do sertão mais distante. E hoje, não vemos, a mínima perspectiva de um aparecimento de lideranças novas que se imponham, sobretudo, pela despreparação política da nossa juventude estudantil ao longo dos 16 anos que nos separam da revolução de 1964.

Uma outra prova mais evidente, é que estão a representar o pensamento político dominante ou mesmo das oposições, homens que não podem jamais ser citados como jovens líderes, porque todos eles, sem exceção, trazem os resquícios da política de 1945 ou 1950, quando realmente, foram líderes e idealistas e, hoje, não expressam mais essa condição, a não ser de tradicionalistas ou representantes das lideranças daquela época.

Estão aí, no Congresso Nacional, figuras do passado, como Ernani Sátyro, Otacílio Nóbrega de Queiroz, Wilson Braga, Carneiro Arnaud (representa uma dinastia política nascida em 1930), Antonio Mariz (prolongamento da política do seu primo João Agrpino Filho que faz política há 50 anos), Milton Cabral (outra extensão familiar), Humberto Lucena (rebento da redemocratizaçaõ em 1950), Marcondes Gadelha (que representa o pensamento da oligarquia da família Paiva Gadelha e ainda não se emancipou).

Quem, hoje, na Câmara Federal, no Senado ou na Assembléia Legislativa, pode ter a expressão de talento de liderança arrebentado do povo nestes últimos quinze anos?

Quem, na atual conjuntura política, pode ter semelhança a um Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo ou se aproximar da sua cultura, do seu talento e da sua capacidade?

Quem expressaria o pensamento de Alcides Carneiro, ou a ele se igualaria em termos de expressão nacional?

Quem substituiria Samuel Duarte que saindo da Paraíba, em 1946, com um simples diploma de Deputado Federal, chegou à Presidência da Câmara dos Deputados?

Estas indagações que não encontram respostas, só poderão ser entendidas, se feita uma análise psico-política da geração de 1945 e da ausência de uma nova geração política na atual conjuntura, pois, não se descobre, ao menos, um orador de massas, um condutor de opinião, um líder novo, nem sequer uma tribuna livre para o aparecimento de novos valores.

Se há queixumes na atual juventude brasileira e, particularmente, paraibana, é possível que no futuro, a não haverem eleições livres, pelo voto universal para escolha dos futuros Governadores, não surjam mais chefes de Estado como o tivemos no pas-

sado e, possa, acontecer repetições de nomes, o que será, inegavelmente, a *confissão* do reaproveitamento do que vem do passado sem possibilidade de aparecerem as lideranças jovens que já deveriam ter despontado para conduzirem o novo processo de redemocratização que se deseja e anuncia no momento com as mesmas nuances (pelo menos aparentes) que caracterizaram o movimento eleitoral de 1945, a partir da entrevista do escritor José Américo de Almeida e do manifesto dos intelectuais de São Paulo que também foi um grito para a queda da situação existente na época.

Mesmo que o nosso trabalho objetive tão somente, referência aos governadores da Paraíba, com depoimentos pessoais de todos eles, de Oswaldo Trigueiro (1947) a Tarcísio Burity (1978), não podemos fugir a fatos reais de alguns Estados vizinhos, como foi a liderança de Democrítico de Souza Filho em Pernambuco, fato que não se repete nos dias atuais, e alguns do Rio Grande do Norte.

Neste Estado do norte, há dois fatos que podem servir de exemplo. Ainda lideram a política do território potiguar, dois nomes do passado - Dinarte Mariz que vem da revolução de 1930 e da intentona comunista de 1935 e Aluizio Alves que foi cria política deste e surgiu em 1945, como uma consequência do descobrimento de valores da juventude daquela época.

A prevalecerem nas próximas eleições estas duas lideranças naquele Estado, não se pode desmentir que a revolução de 1964 teria sido uma consequência do movimento de 1922, com trabalho de 1930 instalado finalmente, em 1964, visto que os velhos de hoje que eram jovens naquela época, continuam a ditar normas e impor liderança, como é o caso do senador Dinarte Mariz que vem politicando no seu Estado desde remotas éras para conseguir chegar ao Senado em 1954, depois de haver perdidc duas eleições consecutivas — 1945 e 1950.

Seu rival de hoje, é Aluizio Alves, que foi sua cria política, por ele eleito deputado federal em 1945 e que veio a abandonar o velho senador do sediró norte-riograndense, em 1960 quando postulou e conquistou o Governo do Estado, passando a partir daí, a se impor e fazer a política de antes, sem admitir (como Dinarte não admite) a presença de lideranças novas, a não ser do seu próprio filho - o deputado Eduardo Henrique Alves, enquanto Dinarte Mariz apresenta o ex-deputado estadual Moacir Duarte - seu genro e suplente.

Nenhum dos dois, depois que assumiram a liderança local admite até hoje, nem admite em termos de futuro o aparecimento de lideranças novas, porque temem a concorrência.

E o fato na Paraíba é idêntico, visto apenas pela ótica da predominância das lideranças de ontem, como Ernani Sátyro, Wilson Braga, Antônio Carneiro Arnaud, Otacílio Nóbrega de Queiroz, João Agripino Filho, José de Paiva Gadelha (pela voz do

seu filho Marcondes Gadelha), Milton Cabral e todos os outros que pensam tão somente em se perpetuar nos postos de comando partidário, sem chamar a juventude para sugerir e participar do novo processo de renovação política.

Parece que o fato não é apenas, regional, mas de caráter nacional. É que ainda estão no Congresso Nacional, os Andradas de Minas Gerais, o Magalhães do mesmo Estado que não quer compreender ser um homem superado pela idade, os Anintas Braga do Paraná, o Vitorino Freire que mandou no Maranhão até à véspera da morte e ainda deixou sucessores, os Távoras do Ceará, havendo mais de um deles que voltou ao Governo do Estado...

Embora a Paraíba não tenha repetido Governadores ou mesmo candidatos, como aconteceu em Pernambuco (Agamenon Magalhães), Pará (Magalhães Barata e Alacid Nunes), Alagoas (Gois Monteiro), Bahia (Antônio Carlos Magalhães), São Paulo (Ademar de Barros), Paraná (Ney Braga), Amazonas (Plínio Ramos Coêlho), é possível, que este Estado venha a entrar neste processo pela ausência de lideranças novas e/ou oportunidades de surgirem novos talentos políticos.

Se argumentarem que excluí a Paraíba, não citando Pedro Moreno Gondim, há uma resposta lógica: ele assumiu, em 1958, na qualidade de Vice-Governador de Flávio Ribeiro Coutinho e, reassumiu na qualidade de titular de fato do cargo, em janeiro de 1961, sendo, portanto, Governador substituto e, dois anos depois, Governador de fato, pelo processo da escolha do voto universal.

Enquanto a Paraíba tem sido reconhecida em alguns fatos, em política, a juventude vem sendo completamente abandonada, sendo de se lamentar que no futuro não se possa encontrar mais nomes iguais aos que fizeram nossa história política. E há até uma certa culpa jogada nas costas da juventude universitária. Se muitos deles se sentem frustrados com a legislação em vigor que não permite o rasgo de maiores vôos com posições desaconselháveis, há, também, os que se acomodam e, defendendo o que existe, não querem aparecer ou criar suas próprias oportunidades, o que seria prestar um grande serviço ao futuro deles e ao próprio futuro do Estado que se vem ressentindo de lideranças novas que inspirem confiança ou marchem para as grandes lutas em favor do aperfeiçoamento democrático definido em 1945.

Se naquela época, alguns surgiram fazendo oposição, outros apareceram e brilharam defendendo a situação reinante, hoje, não aparecem nem uns nem outros.

E quando se fala em novas representações políticas e lideranças que possam expressar o desejo e o pensamento da nova realidade, é porque sentimos que o Congresso Nacional hoje, não tem mais a autoridade de quando foi instalado em 1946, depois da queda do Estado Novo. Naquela época, o Congresso Nacional

tinha autoridade até para alterar a proposta orçamentária apresentada pelo Executivo, o que não mais acontece, pois a nova legislação modificou totalmente a vida democrática do país, tirando, inclusive, a autonomia dos congressistas.

Um documento válido sobre o assunto, foi a conferência pronunciada na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, pelo ex-Governador paraibano e ex-deputado Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo que entre algumas das suas informações, disse que a proposta orçamentária da União para 1959, recebeu, só na Câmara dos Deputados, 8.572 emendas, além de fazer outras críticas sobre "A Crise Legislativa e O Governo Presidencial" — título de sua conferência naquela escola de ensino superior.

E veja-se, quando ele falou sobre o assunto, em 1959, o país vivia um clima de democracia plena, estando na Presidência da República, Juscelino Kubitscheck de Oliveira, antes, muito antes de ser instalada a revolução de março de 1964 — o que não era sequer cogitado — a partir de quando passou a haver, realmente, crise no Congresso Nacional.

E até hoje, jamais o Congresso Nacional, como um todo ou isoladamente se pronunciou contra os atos de exceção usados pelo Governo revolucionário que vem sendo respeitado até a presente data, tendo inclusive mudado os rumos políticos do país, depois de haver deposto o Governo de João Marques Belchior Goulart que tentava instalar ou estimular a instalação de uma República Sindicalista.

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo em sua conferência em Minas Gerais, abordando "A Crise Legislativa e o Governo Presidencial", assim se expressou:

> "Alguns meses após haver assumido a Presidência dos Estados Unidos, em 1789, George Washinton queixava-se a um diplomata francês de falta de tempo para ler e assinar os papéis que lhe eram levados para despacho. É sabido que em um ano de Governo, ele sancionou 44 leis e expediu um Decreto Executivo. Nos dias correntes, o quadro é bem diverso: num só ano Franck Roosevelt sancionou 408 leis e baixou 315 Decretos. Enquanto Washington em 8 anos, vetou apenas, 2 projetos, Trumam vetou 240. O primeiro orçamento da Uni-União coube numa folha de papel; o atual será condensado em texto de cerca de 2 milhões de palavras.
>
> "Esta é uma matéria em que podemos rivalizar com os Estados Unidos. Sob a vigência da atual

Constituição - de setembro de 1946 a dezembro de 1958, isto é, num período de pouco mais de 12 anos, — o Congresso brasileiro votou 3.520 Leis — média de cerca de 300 por ano — e o Presidente da República expediu 23.288 Decretos — média anual de quase 2 mil. Vale dizer que o Presidente da República, em cada dia útil, sanciona uma Lei e expede meia dúzia de Decretos. Que ele não possa dar atenção acurada a essa massa legislativa, é coisa que, evidentemente dispensa demonstração.

"O que é realmente paradoxal, entretanto, é que, produzindo tão grande número de Leis, o Congresso seja censurado por não legislar suficientemente. A crítica tem procedência porque se é certo que o Congresso vota numerosos atos legislativos, não é menos certo que vota poucas leis em sentido próprio, ou seja, normas de legislação em sentido material. Essa deficiência não é de hoje. Há 65 anos, a Assembléia Geral do Império votou apenas uma grande lei - o Código Comercial que é de 1850. Já o Código do Processo Civil foi baixado sob a forma de Regulamento por Decreto do Poder Executivo. Na primeira República o ritmo legislativo não se acelerou. O Congresso votou o Código Civil — cuja tramitação se arrastou por 16 anos — mas o Código de Menores, em 1924 foi ato do Poder Executivo.

"Sabemos que presentemente, quase todas as nossas Leis básicas — Código Penal, Código de Processo, Lei das Falências, Lei de Sociedade Por Ações, Consolidação das Leis do Trabalho, inúmeras leis modificadoras do Código Civil — são emanadas do Poder Executivo, materializadas em Decretos expedidos em dois períodos de Governo descricionário posteriores à Revolução de 1930. Qualquer observador, mesmo superficial, da vida política brasileira, verifica que o Congresso Nacional está praticamente incapacitado para o exercício da tarefa legislativa no sentido clássico, isto é, a tarefa de elaborar as grandes Leis reguladoras da vida política e da ordem econômica e social do país.

"A maioria das Leis votadas anualmente, incluem-se na categoria das Leis meramente formais. São atos através dos quais, o Congresso desempenha atribuições constitucionais de controle financeiro ou político, porém, que não compen-

diam textos jurídicos normativos. Vejamos, para exemplificar, os atos de 1957 – 274 Leis e 41 Decretos legislativos, num total de 315. Mais de dois terços desses números compreendem atos de um só dispositivo que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais (84), aprovação de instrumentos internacionais ou de atos do Tribunal de Contas (41), isenções aduaneiras (29), concessão de pensões (25), criação de serviços de empregos (20), subvenções, auxílios e doações (14). No terço restante, ainda, se encontra o número apreciável de atos (uns 50), que, materialmente, não são legislativos, como que retificam rubricas orçamentárias, alteram a nomeclatura administrativa, dão nomes de brasileiros ilustres a estradas, pontes, ou aeroportos, autorizam emissões de selos comemorativos, revelam prescrição, federalizam escolas, mandam contar tempo de serviço, outorgam reconhecimento de utilidade pública.

"Vê-se dessa forma que apesar de trabalhar intensamente, durante onze e, mesmo doze meses por ano, às vezes realizando três sessões diárias, a produção propriamente legislativa do Congresso é insignificante". (Do livro "Problemas do Governo Democrático" – página 5, 6 e 7).

O livro "A Paraíba e Seus Problemas" de José Américo de Almeida, publicado em 1923 e em terceira edição em 1980 é considerado atualizado pelas suas acertivas sobre problemas regionais e pela linguagem utilizada, tendo sido nesta terceira edição, apenas, corrigida a ortografia.

Pois, da mesma maneira, como o livro daquele escritor continua atualizado, também o é, a conferência do ex-ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo pronunciada, em 1959, na Universidade Federal de Minas Gerais, e que talvez viesse a ser atualizada, apenas em termos de número de Leis e Decretos Legislativos assinados pelo Presidente da República e votados pelo Congresso Nacional, havendo hoje, o mesmo quadro daquela época, referido pelo conferencista em que ele afirma que *"às vezes realizando três sessões diárias, a produção propriamente legislativa do Congresso é insignificante"*.

Isto retrata, todo o quadro político de 1959, pois ele se referiu ao início da instalação do Congresso Nacional em 1946 – como pode retratar o quadro atual, onde os deputados e senadores ficam aprovando votos de pesar, de parabéns, alterações orçamentárias quando solicitadas pelo Poder Executivo, aplausos por promoções, reconhecendo entidades de utilidade pública, e sugerindo

a transferência de verbas, apenas, sugerindo porque a legislação em vigor tirou do poder legislativo os poderes que dispunham de legislar sobre despesas do Poder Executivo a quem compete a iniciativa. Determinada pelo Executivo, cabe ao Legislativo tão somente aprovar as medidas encaminhadas. Se as matérias não forem votadas, estarão aprovadas pelo decurso do prazo, o que mostra que há no Congresso Nacional menos competência do que em 1959 quando não havia a figura "da aprovação por decurso de prazo".

Os mesmos males analisados pelo ex-ministro Oswaldo Trigueiro são observados nas Assembléias Legislativas estaduais, onde a missão dos deputados, é bater palmas aos Secretários de Estado, aos discursos dos Governadores que são aplaudidos ou criticados, enviar mensagens de congratulações e procurarem, nos calendários oficiais as datas que marcam festas religiosas, militares, folclóricas e pátrias para apresentar votos de aplausos, cujos ofícios, muitas vezes, os deputados levam pessoalmente, desde que isto represente a oportunidade de uma longa conversa proveitosa em termos eleitoreiros.

Ao final dessa mesma conferência, se referindo à democracia na América Latina, depois de citar o escritor francês Émile Giraud, conclui, dizendo:

> "O papel que cabe ao Direito Constitucional em nosso país, não é o de defender fórmulas peremptas, voltando para o passado: é, pelo contrário, o de facilitar o desenvolvimento daquela progressão, atento às novas realidades que a cada passo se mostram mais fortes do que as Leis". (Livro "Problemas do Governo Democrático", página 31)

Tem sido proclamado por todos os estudiosos da política brasileira que as primeiras eleições após a queda do Estado Novo, se processaram da maneira mais lícita possível, expressando, todas elas (1945—1947 e 1950) o pensamento do eleitorado na composição das representações parlamentares e escolha dos mandatários executivos, desde o Presidente da República (Eurico Gaspar Dutra) até os Governadores estaduais, quando foram eleitos os melhores, na confissão dos estudos procedidos pelos cientistas políticos mais abalizados.

Pouco tempo depois, começaram a surgir os problemas políticos internos nos partidos e as consequências foram, o que podemos chamar de uma mudança radical nas representações parlamentares, afastando da vida pública nacional nomes que fizeram história num curto espaço de tempo que não resistiu 20 anos.

Como passe de mágica, desapareceram do cenário político, as maiores expressões da vida nacional, sendo poucos os que conseguiram ir além de dois mandatos. Nas primeiras eleições (ninguém pode negar) prevaleceu o valor pessoal do candidato que nas grandes campanhas fazia valer o seu talento, sua cultura, sua iden-

tificação com os problemas locais e nacionais, sua visão para solução desses problemas, seus dons oratórios e sobretudo o seu poder de aglutinação em praça pública, congregando verdadeiras massas humanas nos comícios ou nas passeatas programadas. Isto está registrado na imprensa de todo o país durante os primeiros anos da redemocratização.

A partir de certa época para cá, os valores políticos mais expressivos têm desaparecido. E hoje, o Congresso Nacional já não conta mais a presença de figuras como Arthur Bernardes, Gilberto Freyre, Kerginaldo Cavalcanti, Otávio Mangabeira, Prado Kelly, Afonso Arinos de Melo Franco, Marcondes Filho, Gabriel Passos, Gustavo Capanema, João Neves da Fontoura, Samuel Duarte, Argemiro de Figueiredo, José Américo de Almeida, Osmar de Aquino, Agamenon Magalhães, José Ferreira de Souza, Lourival Fontes, Victor Nunes Leal, João Mangabeira, Álvaro Maia, Leopoldo Peres, Ferreira de Souza, José Augusto Bezerra de Medeiros, Carlos Lacerda, João Agripino Filho, Simões Filho, João Café Filho, Parsival Barroso, Aquino de Souza, José Bonifácio — o velho e muitos outros.

Alguns já morreram. Outros se afastaram da vida levados por circunstâncias políticas e institucionais, decepcionados ou até mesmo, em função da prevalência do dinheiro no processo da escolha eleitoral, havendo muitos talentos políticos que foram forçadamente substituídos por portadores de talento econômico e cultura financeira, ligados aos sistemas banqueiros ou empresariais que têm prevalecido na nova sistemática política brasileira.

E o fato, não o sentimos, apenas, hoje,. Ele vem de longe, desde as eleições de 1958, quando começou a prevalecer o processo da influência do dinheiro na escolha dos representantes da vontade popular. Passou, então, a existir uma crise inicial nas estruturas políticas, levando crises maiores ao sistema eleitoral que até hoje, não conseguiu afastar a figura do financeiro ou financista na substituição dos que deveriam expressar a vontade do eleitorado. E parece — pelas circunstâncias que vivemos e pelas representações que assistimos se elegerem — que o processo do dinheiro continua, hoje, tão grave, ou mais grave do que na época em que começou a funcionar.

Sobre o assunto, o ex-deputado federal e ex-ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo escreveu, em 1959, um ensaio publicado na "Revista Brasileira de Estudos Políticos", em que afirmava àquela época, isto é, há 21 anos atrás:

> ... "As nossas eleições se processam por método moroso, complicado e caro, mas este método nos oferece, sob o aspecto formal, eleições livres e honestas, tão boas quanto as melhores da América Latina, entretanto, ninguém se mostra satisfeito com o estilo de nossas campanhas, e muito menos com

o resultado delas. Não é novidade falar-se em crises das nossas instituições, porque nós nunca estamos satisfeitos com o seu funcionamento. Mas a verdade é que eles passam, atualmente, por uma crise multiforme — crise da federação, crise do *presidencialismo*, crise financeira, crise de partidos, crise do sistema representativo — no sentido que as coisas funcionam pior do que antes e chegaram a um ponto crucial, de onde não sairemos sem modificações de certa profundidade.

"Seria simplista e mesmo errôneo, atribuir todos os nossos males políticos à deficiências ou vícios no processo legal de recrutamento dos governantes. Poucos duvidam, porém, que no presente sistema eleitoral está o ponto mais vulnerável das instituições e que, portanto, a crise desse sistema é predominante. Sentimos todos que as eleições, apesar de honestas e livres, não são genuínas, e que estão mesmo se transformando num foco de infecção que pode reclamar tratamento cirúrgico. A repetição de pleitos, cada vez mais frequentes por causa da incoincidência de mandatos e a proliferação dos partidos, cada vez mais enfraquecidos pela falta de disciplina, e pela babel de coligações, tornam difícil, senão impossível, todo Governo estável, coerente e construtivo. Sobretudo, corre dinheiro demais na política, o que está dando às nossas lutas cívicas um clima de licenciosidade incompatível com a boa reputação da República.

"Esse problema não existe apenas, na imaginação dos inconformados ou dos descontentes. Ele está sendo focalizado pelos homens de maior responsabilidade no Governo e na política — Governadores, Ministros, Chefes de partidos — cuja autoridade é insuspeitável para essa constatação. Ainda às vésperas do último pleito, o Ministro da Justiça, em declarações à imprensa, afirmou que, em certos Estados, candidatos à deputação gastaram quatro ou cinco vezes mais do que vão perceber em subsídios no curso do mandato, na hipótese de serem eleitos.

"É sabido que em nenhuma parte do mundo se faz eleições sem dinheiro. Além das despesas de caráter oficial, pagas pelo erário, há as variadas despesas dos partidos, dos candidatos, das organizações cívicas, dos grupos de pessoas. Mas, entre

nós, estas despesas são praticamente ilimitadas e estão assumindo proporções astronômicas. Não haverá exagero em dizer-se que as nossas eleições são, comparativamente, as mais caras do mundo. Para demonstrá-lo, basta considerar-se que, num eleitorado de 15 milhões, cerca de 50 por cento - particularmente nas áreas rurais dos Estados subdesenvolvidos - têm que ser transportados, alimentados e às vezes vestidos, para poderem votar, tudo às espensas dos partidos. Trata-se de uma verdadeira mobilização de 6 ou 7 milhões de pessoas, a qual deve custar, somente no dia do pleito, um bilhão de cruzeiros. No que diz respeito à despesas individuais dos candidatos — propaganda na televisão, pelo rádio, pela imprensa, por meio de difusoras e de boletins, etc. — a estimativa dos gastos não será menos surpreendente.

"Em suma, o que se pode afirmar como certo, é que hoje na quase totalidade dos Estados, a eleição de um senador, de um deputado ou de um vereador custa mais caro do que qualquer deles vai receber em subsídios. Esse tremendo ônus é suportado pelo próprio candidato, pela família, pelos amigos ricos, pelas organizações econômicas a que ele pertence ou a que está de algum modo vinculado. Apesar dos absurdos, essas despesas são geralmente tidas como lícitas e confessáveis, se bem que os nossos partidos nunca divulguem a origem das contribuições que recebem. O pior, porém, é que, com o crescimento do volume de dinheiro em circulação na política, começa a gerar-se uma atmosfera de suspeita, em face das acusações de que parte desse dinheiro provem de fontes públicas de onde sai por processos que não honram a prática da democracia. Como se sabe, existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de proceder à investigação de fatos sintomáticos dessa forma de corrupção. É possível que não passemos do terreno da suspeita, mas esta por si só é capaz de envenenar todo ar que se respira em nossa vida pública.

" Sem dúvida, este estado de coisas resulta de muitas causas, principalmente de natureza moral, ou decorrentes de limitações de nossa formação cívica e do nosso atraso econômico. É inegável, porém, que essa conjuntura é em grande parte fruto de um sistema eleitotal aceitável em teoria, mas

comprometido na prática por demasia, falhas ou deturpações visíveis a olho nú. Tal como entendida e praticada no Brasil, a representação proporcional responde pela maior parte das culpas por uma situação que ameaça a própria sobrevivência da Constituição.

... "Agrava-se o problema entre nós porque a representação proporcional teve os seus efeitos exarcebados por inovações que terminarão por anular todas as vantagens que dela deveriam porvir. Não é acertado dizer-se que o que existe de sério e de bom em nosso sistema eleitoral se deve à adoção do proporcionalismo. Nossas eleições são formalmente satisfatórias por causa do voto secreto e do processo judiciário, coisas que não são exclusivas nem características da representação proporcional. O que esta trouxe foi o grande número de partidos, o que de boa-fé ninguém pode considerar um benefício.

" Como disse o professor Hermes Lima, um dos mais lúcidos observadores da nossa vida política, a representação proporcional entre nós conseguiu até piorar o presidencialismo, o que não é dizer pouco. Porque, com efeito, o grande número de agremiações partidárias, que produziu certa parlamentarização do regime no pior estilo do termo, trouxe-nos a essa situação de perda da autoridade política e ausência do comando governamental, características do presidencialismo fraco que estamos paradoxalmente experimentando. Por outras palavras, a representação proporcional, pela multiplicação dos partidos agravou os efeitos do presidencialismo e tornou inefetivas as suas poucas virtudes. (Trechos do ensaio "A Crise do Sistema Eleitoral Brasileiro" — Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959, incluído no livro "Problemas do Governo Democrático" — páginas 209 e subsequentes).

Este ensaio e a conferência "A Crise Legislativa e o Governo Presidencial" já referida, dão bem uma noção do pensamento do ex-ministro Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo sobre o sistema eleitoral e a política do Brasil, ao contrário do que foi pregado em 1945 e executado durante pouco tempo.

Ainda em sua conferência "A Crise Legislativa e o Governo Presidencial" aquela autoridade judiciária assim se expressa:

... "Os novos costumes políticos estão concorrendo para a transformação dos estilos parlamentares. An-

tigamente a reputação e o prestígio do mandato dependiam mais de uma ação, nitidamente legislativa — o estudo, o debate, o encaminhamento dos problemas de legislação. Para os congressistas de hoje, diferentemente, o importante não é discutir o Código Comercial ou relatar projetos de reformas do Museu Histórico, salvo, neste último caso, se houver criação de novos empregos. O que interessa, porque dá rendimento político é a prática da munificiência parlamentar, a distribuição de subvenções e auxílios, o êxito na renhida competição estadual pela partilha de verbas, a postulação diuturna junto ao poder federal, dos interesses e reivindicações que cada um representa". (Problemas do Governo Democrático — Pág. 7).

2a. PARTE

ELEITOS PELO PROCESSO DA VOTAÇÃO UNIVERSAL

Prevista a deposição de Getúlio Vargas, renunciou à Interventoria da Paraíba o homem de confiança do sistema, Ruy Carneiro, antes do fato ser consumado. Assumiu a Interventoria do Estado no dia 16 de agosto de 1940, de onde se afastou no dia 27 de outubro de 1945, desincompatibilizando-se ante a perspectiva de sair candidato ao Governo do Estado (pelo PSD), transmitindo o cargo ao Secretário do Interior, Samuel Duarte.

Passou Ruy Carneiro a exercer a Presidência do então fundado Partido Social Democrático até a sua extinção pelo Ato Institucional nº 2, editado pela Revolução de março de 1964, se tornando posteriormente Presidente do Movimento Democrático Brasileiro, Diretório da Paraíba.

Em 1945, Samuel Duarte assume a Interventoria do Estado nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, onde se manteve até a sua demissão depois da deposição do chefe supremo da Nação, passando o cargo ao desembargador Severino Montenegro, presidente do Tribunal de Justiça do Estado que assumiu no dia 11 de novembro. Em 1945, Samuel Duarte disputou o mandato de Deputado Federal chegando à Presidência da Câmara dos Deputados quando da votação da Constituinte Brasileira de 1946.

Quando o ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal assomou à Presidência da República substituindo o Presidente deposto, com ele foram empossados quase todos os presidentes de Tribunais de Justiça dos Estados, o que levou o desembargador Severino Montenegro a dirigir os destinos da Paraíba, temporariamente.

No dia 6 de fevereiro de 1946 assumiu o Governo do Estado Odon Bezerra Cavalcanti, nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra para o cargo de Interventor, de onde foi exonerado no dia 22 de setembro do mesmo ano. Odon Bezerra Cavalcanti elegeu-se deputado Estadual nas eleições de 19 de janeiro de 1947, situacionista, chegando a tirar a licença para oferecer a vaga ao primeiro suplente João Lelis de Luna Freire que figurou na Constuintes do Estado de 1947.

O governador subsequente a Odon Bezerra Cavalcanti foi o sertanejo José Gomes, que esteve à frente do Governo até a posse de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo no dia 06 de março de 1947.

Processadas as eleições de Governador do Estado, no dia 19 de janeiro de 1947, saiu vitorioso Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, a quem seu adversário Alcides Carneiro cumprimentou, o que já não acontece, nos dias atuais. O teleframa do ex-candidato Alcides Carneiro (PSD) ao seu adversário, está publicado na edição do jornal "A UNIÃO" de 7 de fevereiro, nos seguintes termos:

> "No momento em que a preferência já definida nas urnas livres recae sobre o seu nome ilustre, cumpro o dever democrático de apertar, com o coração bem elevado, a mão que guiarái os destinos da nossa terra. Peço a Deus que o inspire e também aos seus amigos na penosa e dignificante tarefa que vai iniciar para que a Paraíba não tenha de que se arrepender. Se assim for, como é desejo de todos os bons paraibanos, estaremos ambos compensados no ingente esforço que fizemos".

OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELO

A partir daqui, começa a atual História dos Governadores da Paraíba, que vai desde Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, primeiro governador eleito pelo processo do voto direto e universal até Tarcísio de Miranda Burity, este último, governador escolhido pelo voto indireto sufragado pelos deputados e delegados do

Partido, da Capital e do interior do Estado. O último governador eleito pelo voto direto depois da queda do Estado Novo, em 1945, foi o ex-ministro João Agripino Filho que passou o mandato ao seu sucessor, eleito pelo processo do voto indireto, Ernani Ayres Sátyro e Souza que fora indicado pela Presidência da República, sendo hoje deputado federal no exercício da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, substituindo o deputado Djalma Aranha Marinho — uma das maiores culturas jurídicas do País.

Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo nasceu em Alagoa Grande, no dia 2 de janeiro de 1905, formado em Direito pela Faculdade do Recife, tendo sempre exercido a profissão, tanto na Paraíba como no Rio de Janeiro, desempenhando apenas dois mandatos eletivos, o de governador da Paraíba, de 1947 a 1950 e o de deputado federal, de 1951 a 1954, sendo, posteriormente, embaixador do Brasil na Indonésia, Procurador Geral da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal e seu Presidente, onde se aposentou. Integra algumas organizações jurídicas do país como: Instituto dos Advogados do Brasil, Instituto Brasileiro de Política Internacional, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Instituto Brasileiro do Direito Público e Ciências Políticas e Sociedade Brasileira do Direito Internacional, com vários trabalhos publicados, todos eles versando sobre política e ciências do direito.

O ex-governador, embora não tenha tido uma vida política das mais movimentadas, apresenta dados relevantes de uma inteligência sempre a serviço do Estado, segundo o seu *curriculum vitae* e sua própria resposta ao questionário formulado para composição deste trabalho.

Nascido em Alagoa Grande, é filho de Francisco Luiz de Albuquerque Melo e América Trigueiro de Albuquerque Melo. Fez o curso primário em sua cidade e o secundário no Colégio Pio X, na Capital da Paraíba, se formando em direito em 1924, portanto, aos 19 anos de idade. De 1925 a 1929, viveu em Teófilo Ottoni, em Minas Gerais, onde foi promotor de Justiça, Inspetor do Ensino Secundário e Advogado. Em 1930, voltou à Paraíba, onde participou da campanha da sucessão presidencial filiado ao partido que apoiava o Governo Federal. Em 1931, passou a residir no Rio de Janeiro, dedicando-se à advocacia. De 1936 a 1937, exerceu o cargo de Prefeito de João Pessoa. De 1939 a 1940 cursou a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos da América, obtendo o diploma de *Master em Ciências Políticas.* De 1941 a 1945, voltou a advogar no Rio de Janeiro, sendo orador e vice-presidente do Clube dos Advogados, secretário do Instituto dos Advogados e Secretário da Ordem dos Advogados do Brasil. Representou no Conselho Federal da OAB, durante vários anos, o Con-

selho Seccional da Paraíba. Em 1945, voltou mais uma vez à Paraíba para participar da campanha da sucessão presidencial, integrando a corrente que apoiava a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, e que se transformou posteriormente, na União Democrática Nacional. A 19 de janeiro de 1947, foi eleito governador do Estado da Paraíba, sendo empossado no dia 6 de março do mesmo ano, cargo que exerceu até o dia 30 de junho de 1950, quando renunciou para disputar o mandato de deputado federal pelo mesmo partido - UDN. De 1951 a 1954, exerceu aquele mandato legilativo, sendo membro das Comissões de Justiça e Diplomacia. De 1954 a 1956, exerceu o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia. De regresso ao Brasil, reiniciou a advocacia no Rio de Janeiro. De 1957 a 1960, foi diretor executivo do Instito Brasileiro de Relações Internacionais e diretor da Revista de Política Internacional. Em 1961, foi nomeado Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, cargo que exerceu por 4 anos. Em abril de 1964, no Governo Castelo Branco, foi nomeado Procurador Geral da República, dali saindo em 1965, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, do qual foi presidente, no biênio 1969/70, aposentando-se em janeiro de 1975, sendo casado com a senhora Ginira Sá Trigueiro de Albuquerque Melo, não tendo filhos.

Informa que durante sua vida estudantil, fez política acadêmica, tendo sido orador do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife.

Chegou ao Governo do Estado da Paraíba como candidato de uma conciliação interpartidária (UDN e partidos menores), tendo como seu concorrente Alcides Vieira Carneiro que posteriormente o saudou, quando so seu ingresso na Academia Paraibana de Letras, em cuja solenidade não se encontraram os adversários políticos de 1947, mas os dois intelectuais.

É também, de sua informação, que de 1947 a 1950, a Administração Estadual deu prioridade aos problemas de educação, saúde, produção e transportes, constando de suas mensagens à Assembléia Legislativa que,

> "40 anos, a administração estadual construiu e adaptou, para Grupos Escolares, cerca de 60 prédios. Em quatro anos, o Governo dotou o Estado de 30 novos Grupos Escolares, em prédios quase todos construídos para esse fim.
>
> "Durante o período de 1947 a 1950, a administração estadual concluiu e instalou Grupos Escolares na Torre (João Pessoa), Soledade, Pombal, Pirpirituba, Pedras de Fogo, Gurinhém, Mogeiro, Aldeia Velha, Aroeiras, Tacima, Remígio, Brejo

do Cruz, São Mamede, Coremas, Diamante, São Bento, Santa Helena, Sumé, Boa Vista, Jacaraú, Alhandra, Caaporã, Mangabeira, Itacambá, Santa Terezinha, Cajazeiras e Marizópolis, deixando em vias de conclusão, obras semelhantes em Serra da Raiz, Ibiara, bem como os Grupos Escolares de Tambaú, Roger e Ipanarama.

"Na relação não figuram os Grupos Escolares custeados com auxílios federais, os que em janeiro de 1951 se acham concluídos uns, e outros em adiantado estado de construção. Neste número estão os de Serra Branca, Bonito de Santa Fé, Jatobá, Catolé do Rocha, Patos, Uiraúna, Cuité, Araçagí, Arara, Tavares e Marí.

"Aparece, ainda, o Colégio Estadual de Campina Grande que iniciado no Governo anterior e nele foram empregados mais de dois milhões de cruzeiros.

"Em 1946, o Estado gastou com saúde pública, a importância de Cr$ 6.545.079,90. Em 1950, esta despesa se elevou para Cr$ 12.164.989,40, sendo criado o Centro de Saúde de Campina Grande, onde anteriormente havia apenas um Posto de Saúde, sendo concluído e equipado o Hospital de Itabaiana que começou a funcionar.

"Foi criado o Departamento de Saneamento para execução do abastecimento dágua e construído o abastecimento dágua de Alagoa Grande, ficando o da Capital planejado em avançado estado de construção, sendo firmado contrato com o Escritório Saturnino de Brito para estudos e projetos de abastecimento em 10 cidades do interior".

Entre outras das obras, apareceram conclusão do Mercado de João Pessoa, conclusão do edifício do Departamento do Saneamento, conclusão da remodelação do Teatro Santa Roza, restauração da Ponte do Sanhauá, conclusão do Hotel de Monteiro, início da construção da Cadeia Regional de Patos, construção dos açudes de Jurú, de Manaíra, e do Riachão, reforma da Rádio Tabajara, melhoramento da Colônia Penal de Mangabeira, aquisição de máquinas e material gráfico para a Imprensa Oficial, obras na Escola de Agronomia de Areia (conclusão do Pavilhão de Agricultura, construção da cantina e de 5 casas para professores e 11 para funcionários).

Ainda com suas próprias palavras, afirma que a composição do seu secretariado foi, eminentemente, udenista. "Na fase final houve duas substituições — as do Secretário de Educação e do Chefe de Polícia".

Se teria conseguido fazer seu sucessor, declara que em 1950 as oposições venceram as eleições em 18 Estados da federação e na Paraíba o Governador não fez o seu sucessor. Em 1954 se afastou da atividade partidária e em 1957, deixou a política, definitivamente, "sem rompimento e sem recriminações".

Durante seu Governo, sofreu "a oposição do PSD e, depois, a cisão da UDN. Mas não se registrou pressão anormal sobre o meu Governo". Considera seu Governo coerente com seus princípios pessoais e democráticos. Admite ser inviável a hipótese de voltar ao Governo da Paraíba, "porque não estou filiado a partidos nem tenho domicilio eleitoral na Paraíba".

Não declarou que mandato prefere — se o legislativo ou o executivo, afirmando "afastado de política há mais de vinte anos, a minha preferência atual é pela advocacia".

Entende que "como Governador esforcei-me para cumprir o meu dever. Creio que não poderia fazê-lo melhor do que fiz". E acrescenta que durante sua campanha em 1947, a "principal tarefa política era a reconstitucionalização do Estado. Na Paraíba, isto se fez sem maiores tropeços". Acentua que nunca sentiu qualquer frustração em seu Governo, e sobre que juizo faz a respeito do Governo democrático e o estado de exceção, opina que "Governei em regime democrático. Nunca me senti com vocação para o Governo autoritário", acrescentando que "a democracia é o Governo pela Lei e não pelo arbítrio dos homens providenciais. Fora dela não há salvação".

Defende o ponto de vista de que "os políticos não são melhores nem piores do que o seu país. Afastei-me da atividade menos por motivos de decepções do que por circunstâncias e razões de ordem pessoal".

Acha que "ninguém, tudo que pretende pode fazer, particularmente no exercício do Governo. Trabalhei como pude. Se valeu a pena, não sou a pessoa indicada para proclamá-lo".

E finaliza suas informações para o presente trabalho, declarando:

"Tendo alcançado a mais alta Magistratura da República, e estando, hoje, aposentado, sinto-me desobrigado de disputar outras posições e honrarias. Contento-me com a volta à advocacia, — On revient toujours"...

JOSÉ TARGINO

Nascido em Araruna, no Estado da Paraíba, no dia 17 de outubro de 1893, e hoje residindo na fazenda "Oiteiros" de sua propriedade, em Canguaretama, no Rio Grande do Norte, José

Targino foi deputado estadual por mais de uma legislatura na Paraíba. Vice-Governador de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, em cujas condições assumiu o Governo do Estado em 1950 para concluir o mandato do Governador, que renunciara para disputar uma cadeira de Deputado Federal.

Em 1956 — seis anos após ter entregue o Governo, passou a integrar a equipe do Governador Flávio Ribeiro Coutinho, na qualidade de Secretário de Viação e Obras Públicas, cargo que deixou em 1958, se afastando da atividade partidária, tendo sido durante longos anos, integrante da antiga União Democrática Nacional.

É filho do coronel Targino Pereira da Costa e Amália Baracuhy Targino da Costa, tendo feito os primeiros estudos no Colégio Nossa Senhora da Luz, em Guarabira, sendo casado com Maria Luiza de Morais Targino. Do casal, nasceram os seguintes filhos: Vera Targino de Almeida, casada com o engenheiro Hermano Augusto de Almeida; Nora Targino Novais de Araújo, casado com o advogado Celso Otávio Novais de Araújo e Gilberto de Morais Targino, casado com Maria Auxiliadora Peixoto Targino.

Formado em Agronomia, sempre se dedicou à pecuária e à agricultura, cujas atividades desenvolveu ao longo de sua existência, tanto na Paraíba, como no Rio Grande do Norte, sendo proprietário em Araruna, na Paraíba e em Canguaretama e Pedro Velho no segundo Estado.

Seguem suas opiniões pessoais sobre suas atividades políticas, à frente dos cargos que exerceu na Paraíba, em que há depoimentos considerados válidos, pela sua alta experiência de homem público:

> "Meu primeiro mandato eletivo foi o de Prefeito de Araruna, depois deputado estadual por três vezes, Vice- Governador do Estado e, afinal, Governador.
>
> "Cheguei ao Governo do Estado, pela renúncia do Governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, em 1º de julho de 1950. Está claro que em apenas seis meses de mandato não pude realizar uma obra definitiva de Governo, mas tão somente, concluir as do meu antecessor. Assim mesmo, ampliei os serviços de abastecimento dágua da Capital, como também, os de bonde com novas linhas, como melhorei a Rádio Tabajara.
>
> "Não houve pressão política de qualquer espécie no sentido da composição do meu secretariado. É natural que como homem de partido (UDN), que sempre fui, ouvisse os seus líderes e chefes na escolha, ou melhor as suas sugestões.
>
> "O sucessor do Governo da Paraíba não foi elei-

to pelo nosso partido e sim, por uma coligação de partidos adversários do nosso. Depois de Governador, ainda servi ao meu partido, no Governo de Flávio Ribeiro Coutinho, como Secretário de Viação e Obras Públicas.

"Não exerci outros cargos eletivos, após deixar o Governo.

"Estive no Governo numa hora difícil e de extrema paixão partidária. Procurei me conduzir com isenção de ânimo na condução do pleito, sem perder contudo, minha filiação partidária-política, que deve ser considerada característica do homem e do político, pois se assim não o fizer, terá sua imagem desfigurada, além de perder a confiança dos amigos.

"Considero o meu Governo coerente com os meus princípios pessoais, adotando como norma o cumprimento do dever e das obrigações decorrentes da minha condição de Governador.

"Se tivesse de voltar ao Governo do meu Estado, só o faria através das eleições diretas, pois ainda é o legítimo processo de escolha de um Governador.

"Havendo exercido por mais de uma vez, tanto o mandato legislativo como o executivo, torna-se para mim, indiferente, o exercício de um ou de outro. O que vale em ambos, é a vontade de acertar e o zelo pela coisa pública. Não tive outras aspirações para exercícios de outros mandatos.

"Para um homem como eu, de formação provinciana, considero-me realizado com o mandato de Governador do Estado.

"Se hoje eu fizer uma avaliação isenta de minha atuação naquele tempo, tenho de destacar como importante, o fato de haver presidido o pleito de 1950, de maneira justa — no que pese a provocação dos adversários e o clima agitado político—partidário reinante na época.

"Houve, no meu Governo, um critério de fazer administração e política a favor do meu partido. Nunca desejei renunciar o meu mandato, pois não via motivo para essa atitude, visto que não houve frustração durante o Governo".

Indagado que opinião tem sobre os Governos democráticos e de exceção, assim falou o ex-Governador José Targino:

"Essa opinião fica para os estudiosos. Desconfio, porém, que a tecnologia está matando o sistema democrático. A verdadeira democracia só deve ser exercida de forma plena.

"Os políticos são antes de tudo, os seres humanos e como tal susceptíveis de fraquezas e vacilações. Nunca me decepcionei propriamente com eles. Creio que devemos sempre esperar, vez por outra, o resultado dessas limitações a que me referi. Como diz o filósofo popular: "O ser humano é prodigiosamente incompleto".

"Na altura dos meus 87 anos, não tenho mais qualquer pretensão política. Ser Governador foi uma das maiores honras de minha vida. Nada mais desejo a não ser poderr estar ainda algum tempo, ao lado da minha esposa, a quem sempre amei e dos filhos, genros e nora, além dos netos".

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA

Tudo já foi dito sobre a vida do político e do escritor José Américo de Almeida.

Nasceu no município de Areia — Engenho Olho D'água — no dia 10 de janeiro de 1887 e faleceu, em sua residência, à praia de Tambaú, no dia 10 de março de 1980, sendo seus pais Inácio Augusto de Almeida e Josefa Leopoldina Leal de Almeida. Foi casado com a senhora Alice de Melo Almeida, de cujo consórcio nasceram três filhos: José Américo de Almeida Filho, falecido, Selda de Almeida Carneiro, casada com o ministro Alcides Carneiro, ambos falecidos e Reynaldo de Melo Almeida, Presidente do Tribunal Superior Militar, general do Exército.

Estudou as primeiras letras em Areia, com a professora Júlia Verônica dos Santos Leal, perdeu seu pai aos nove anos, sendo então levado para morar com seu tio, padre Odilon Benvindo, sacerdote de educação austera, logo transmitida ao sobrinho, que veio mais tarde a ser orientado, em seus estudos, pelo outro tio, também sacerdote, o monsenhor Walfredo Leal, ingressando no Seminário aos quinze anos, de onde saiu, para concluir seus estudos secundários no Lyceu Paraibano.

Formou-se em Direito na Faculdade do Recife, em 1908, seguindo em 1909 para a cidade de Souza, onde foi exercer as funções de Promotor da Justiça.

Três anos depois, tal a penetração de seu nome, volta à Capital para exercer o cargo de Procurador Geral do Estado e Consultor Jurídico. Desde rapazinho fez literatura e jornal em Areia, vivendo nele o solitário e o intelectual. Sempre usou uma franqueza quase rude, que o tornou respeitado, desde a sua juventude até o exercício de todos os cargos que assumiu no país.

Com o seu temperamento independente, filiou-se ao Partido político chefiado por Gama e Melo, fazendo oposição ao seu tio, Monsenhor Walfredo Leal, como confessa na entrevista prestada para este trabalho.

Como romancista se firmou, em 1928, depois que o seu livro, "A Bagaceira" foi criticado por Agripino Grieco e Alceu do Amoroso Lima que o chamou o "romancista do Nordeste". A esta altura já era considerado um sociólogo, poeta, novelista, e homem de imprensa polemista. Antes, aparece sua novela "Reflexão de Uma Cabra", e posteriormente "A Bagaceira", trabalho consequencial à obra "A Paraíba e Seus Problemas", publicada em 1923, que é mais forte do que um relatório sobre a seca daquele ano no Nordeste, o que levou a escrever em missão oficial, tal a penetração no assunto da estiagem e do flagelo.

Parece que nasceu predestinado aos grandes vôos, pois em 1932 era convocado para o Ministério que na época cuidava dos problemas da seca, — o de Viação e Obras Públicas que voltou a ocupar pela segunda vez, em 1953, vinte anos depois, sendo coincidentemente, ministro de um só presidente em suas épocas distantes — Getúlio Dorneles Vargas.

Se tudo já foi dito sobre o escritor, poeta, jornalista, sociólogo e político José Américo de Almeida, pouco ou quase nada resta a ser registrado do homem que nascido na pequena cidade de Areia, se tornou Governador do Norte e Nordeste, em 1930, Interventor de seu Estado, ministro de dois Governos, candidato à Presidência da República, membro das Academias Paraibana e Brasileira de Letras, orador dos mais inflamados e respeitado quando se punha em posição política contrária.

O historiador José Honório Rodrigues que prefacia a terceira edição do livro "A Paraíba e Seus Problemas", depois de citar estudiosos da historiografia regional, como João Francisco Lisboa (Maranhão), Tristão de Alencar Araripe (Ceará), Pizarro e Araújo (Rio de Janeiro), Baltazar da Silva Lisboa (Rio de Janeiro), Gaspar Madre de Deus (São Paulo, José Miguel de Brito (Santa Catarina), e tantos outros, passa a analisar a obra de José Américo de Almeida que "embora escrita em 1923 tem o sabor da redenção de hoje", conforme disse Tarcísio Burity no dia 9 de janeiro de 1980 quando se comemorou o aniversário do ex-governador do Estado.

Com a palavra José Honório Rodrigues:

"A Paraíba e Seus Problemas" é um livro exemplar, pela qualidade das pesquisas, pela correção metodológica, pela capacidade crítica, pela informação bibliográfica, pelo uso das fontes, até mesmo relatório de presidentes de Província e discursos no Parlamento — o que não era usual na época —, pela elaboração do Plano sistemático, ordenado, orgânico, e pelo resultado obtido, frutífero, cheio de originalidade e novidades, não fatuais, mas sobretudo interpretativas.

"O livro é esplendidamente bem organizado, estudando a terra, o clima, as secas, a história político-administrativa, os dois problemas básicos, as distâncias e a água, o estudo antrosocial e o econômico.

"Como se vê, uma unidade orgânica perfeita que começa com o estudo da terra, da sua fisionomia, passa pelo clima que é importante na região, examina os acidentes, as secas, conta a história política e administrativa, estuda as distâncias e a questão da água que se liga à seca, caracteriza o povo, e analisa a estrutura econômica.

"É um estudo profundo, com base no conhecimento dos cronistas contemporâneos, na bibliografia contemporânea também e na da sua época, a interpretativa e a crítica.

... Na parte política ele não esconde as verdades, antes as revela, com o agudo espírito crítico e a profundeza do analista político.

... "José Américo pensou que o fim da miséria, do analfabetismo, contato social determinado pela maior comunicação social, que seria promovida pelo trem e foi aumentado pelo automóvel, liquidaria com a barbaria sertaneja.

"O Capítulo final "estudo econômico" é repleto de informações que servem até hoje, para mostrar o quadro da situação econômica paraibana nos anos vinte deste século.

"Este livro tem 56 anos de vida, mas ainda tem viço e força, e creio que terá por outros muitos anos.

"É um livro único, singular, reflexo da individualidade incomum do seu autor, que simboliza a personalidade do seu povo, que traz no seu sangue as virtudes de coragem, do denodo, da confian-

ça e da inteligência paraibana". ("A Paraíba e Seus Problemas." edição 1980, prefácio de José Honório Rodrigues, de 1979, págs. 17, 21 e 22).

E o próprio autor do livro parecia que naquela época, em 1923, já escrevia com uma previsão perpétua do futuro, pois afirmava no capítulo "Terra Ignota" que

"No trabalho destes moldes, destinado ao exame de alguns problemas relacionados com os grandes empreendimentos, aplicados na melhoria das nossas condições gerais, é de interesse fundamental o conhecimento do meio.

"Tento fornecer a idéia do campo em que se desdobrou essa vasta ação administrativa, não somente para tornar mais compreensiva a distribuição local das obras, mas também para que se evidencie que a Paraíba corresponde, vantajosamente, pelo conjunto dos seus elementos físicos, ao emprego dos dinheiros públicos dispendidos em seu benefício.

"O nosso destino de povo desaparelhado de recursos próprios para a correção das irregularidades perturbadoras de um maior desenvolvimento econômico já esteve condenado por falsos patriotas à solução do abandono do território.

"Só pela ignorância de nossa natureza na integridade de sua formação, se explica êsse alvitre monstruoso.

"É a mostra da ligeireza com que são encarados, muitas vezes, os problemas da nacionalidade por uma preocupação imponderada de medidas prontas que se alternam, improficuamente, na instabilidade dos Governos.

"Ver-se-à que o nosso meio não é imprestável, como se afigura, à primeira vista a esses juizes falsos de observação direta. É, ao contrário, suscetível de um aproveitamento compensador do quinhão de sacrifícios, com que, afinal, a União diligenciou emendar os efeitos dos acidentes que têm retardado em suas forças produtivas.

"Não exagero o valor das condições naturais".

(A Paraíba e seus problemas - págs 51 e 52).

Estas afirmativas e conceitos do estudioso da seca do Nordeste a que atendeu, anos depois, como ministro de Viação e Obras, são os mesmos prevalecentes até a data atual, quando nossa estrutura básica em quase nada melhorou e, quando, as dificuldades para liberação de recursos da União, encontram as mesmas bar-

reiras burocráticas e o mesmo senso de que ainda continuamos a ser *uma região* inviável.

Se ele não exagerava o valor das condições naturais, muito menos, de certo não haveria naquela época, nem há hoje, exagero sobre as condições do potencial de força que representamos em termo de trabalho no meio rural.

E afirma, no mesmo capítulo "'Terra Ignota" — à pág. 81:

> "A ignorância das propriedades físicas e químicas do solo é uma desorientação para a indústria agrícola, mas essa falta de determinação de elementos mineralógicos também prejudica outras especialidades".

Claro que o escritor e analista queria se referir à ausência de interesse dos mais fortes pelas nossas condições locais e ideais para estudo e produção e trabalho regional.

E continua o observador do problema das secas, em 1923:

> "O atual território paraibano, tendo sido bipartido pelas Capitanias de Itamaracá e Maranhão, ficou esquecidamente, inexplorado". (Mesmo livro, página 230).

O Livro "A Paraíba e Seus Problemas" é todo cheio de análises e informações que já descobriram naquela época o resultado dos problemas da terra, a que sempre se dedicou José Américo de Almeida, ao longo dos seus 93 anos de uma existência toda dedicada ao estudo e à solução dos problemas nacionais e regionais, o que lhe deu uma dimensão extraordinária como político e como escritor apaixonado pelas coisas mais sérias de que já se teve notícia na Paraíba.

Se neste livro está presente sua figura no interior do Estado, ele também esteve em outros pontos do país para debater ou para decidir, como o fez em 1930 depois de haver assumido o Governo provisório do Norte e Nordeste ou, em 1937, quando seu nome foi cogitado para disputar a Presidência da República, sem que, no entanto, a iniciativa tenha sido sua, conforme ele próprio afirma na entrevista que concedeu à "Fundação Getúlio Vargas", e que foi inserida na revista "Política" da "Fundação Milton Campos" onde prestou o seguinte depoimento:

> "A primeira notícia que tive de lembrança do meu nome como candidato à Presidência da República em 1937, foi-me dada por Assis Chateaubriand mal chegado do Norte. Vinha ele de Pernambuco e havia tocado na Bahia onde se encontravam alguns tenentes de 1930 a serviço dos interventores. Entendiam que 1930 falhara, por ter deixado de rea-

lizar as reformas mais urgentes exigidas pela revolução. Achando que como chefe civil da revolução e ministro da Viação, eu tentaria introduzir princípios e ansiara aplicar uma prática administrativa mais autêntica, estaria em condições, embora tarde, de reabilitar aquele movimento. Retruquei que, como representante de um Estado, pequeno e pobre, não reuniria condições para resistir, caso fossem contrariadas as minhas idéias. Só um grande Estado teria a estrutura necessária para impor um nome. Foi por isso que tanto Assis Chateaubriand como o brigadeiro Eduardo Gomes, também inclinado a apoiar-me, se passaram depois para Armando Sales.

"Nunca me apresentei como pretendente à Suprema Magistratura. Mesmo quando Benedito Valadares parecia ser um coordenador, falando em nome de Getúlio Vargas, para deter a candidatura Armando Sales, tive essa pretensão.

"Fui lançado à minha revelia. Na posição que ocupava, Benedito Valadares temia que Getúlio Vargas não contasse com uma base militar para permanecer no poder, como tencionava. Ouviu ele então, um general de quem se fizera amigo em Belo Horizonte e, como a conspiração ainda não se tivesse generalizado, a resposta à consulta de que haveria eleição, foi afirmativa. Tomado de temores, Benedito Valadares fugiu para as montanhas, sendo encalçado por amigos meus e amigos de Armando Sales. Cedendo a um recente convite de Juracy Magalhães opinou em meu favor.

"Nunca fui candidato oficial. Getúlio Vargas jamais proferiu uma palavra em meu favor. Ao ter conhecimento da atitude de Benedito Valadares, ficou estarrecido e desapontado. Foi aí que João Alberto procurou reanimá-lo dizendo que desse tempo ao tempo. Nessa hora a Constituinte do Estado Novo, chamada a "polaca", já estava elaborada por Francisco Campos.

"A revolução de 1937, foi uma inspiração facista. Alegava-se o perigo comunista como um dos pretextos, mas nunca Carlos Prestes estivera numa situação de maior debilidade política, ainda acossado pelo integralismo que atuava ostensivamente estimulado pelo próprio Governo".

A confiança no seu nome, àquela época, era tão grande

que os poetas sertanejos sobre ele se pronunciavam, abertamente, como Dimas Batista e José Limeira — o último "O poeta do Absurdo":

"De trinta a seca inconstante
Não há quem mágoas não sinta,
Trinta e um foi como trinta
Trinta e dois mais torturante
enquanto o sol causticante
fazia fogo no chão,
apareceu um cristão
apagando a labareda
José Américo de Almeida
o salvador do Sertão".
Dimas Batis

"Eu me chamo Zé Limeira,
cabra macho do sertão,
serrote que serra pedra
no tupete do baião...
Se Zé Américo quisé
os home vira muié,
jurema vira algodão".
Zé Limeira

Em depoimento pessoal, de julho de 1979, exclusivo para este trabalho, diz de maneira sucinta como aconteceram alguns fatos de sua vida e o que fez durante o seu Governo:

"Ainda como estudante, fui oposição ao meu tio monsenhor Walfredo Leal, presidente do Estado, em favor do candidato dissidente Senador Antônio Alfredo da Gama e Melo. Eleito deputado federal em 1929, fui depurado, apesar de ter obtido 23.000 votos, contra 3.000 votos dados ao meu opositor. Antes de ser eleito governador em 1950, fui aclamado Interventor da Paraíba e chefe do Governo Provisório do Norte pelas forças vitoriosas da Revolução de 1930. Em 25 de janeiro de 1935 fui eleito Senador, pelo voto indireto da Assembléia Legislativa, tendo renunciado ao mandato três meses depois da posse. Fui ainda eleito Senador, em 1945, depois da queda do Estado Novo.

"Depois da Revolução de 1930, fundei na Paraíba, o Partido Progressista da Paraíba e em 1945, fui um dos fundadores da União Democrática Nacional, tendo sido presidente de ambos os partidos.

"Fui eleito Governador do Estado por uma coligação de partidos: Partido Social Democrático e Partido Libertador".

Indagado que obras do seu Governo considerava relevantes, relatou:

"A fundação da Universidade da Paraíba. O início da pavimentação da BR—230. A pavimentação da avenida Epitácio Pessoa, tornando João Pessoa uma cidade marítima e em seguida tôda a praia de Tambaú. Conclusão das obras de Marés e construção das caixas dágua de Miramar, Diogo Velho, Cruz das Armas e Torre. Construção da Penitenciária Modelo e várias cadeias no interior. O Corpo de Bombeiros da Capital. Criei o Serviço de Águas Rurais. Construção de Grupos Escolares na Capital e no interior. Criou-se o Conservatório de Música e o Teatro Santa Roza e a Rádio Tabajara foram totalmente reformados. Reaparelhei a Imprensa Oficial. Foi criado o Departamento de Serviço Social e a Escola de Pindobal transformou-se num Centro de Educação e Trabalho. A construção do Bando do Estado (sede atual) e do Estádio Olímpico. Adquiri o terreno e o prédio da Estação Termal Brejo das Freiras, reformulando o hotel.

"Em Campina Grande, construi o primeiro Colégio Estadual, a Escola Técnica, dois Grupos Escolares, a Casa do Estudante, o Hospital Regional, a Maternidade, a Cadeia e a seção do Corpo de Bombeiros.

"Foi assinado o contrato com a Chesf para eletrificar o Estado. Adquiri ônibus para o transporte coletivo.

"O meu Governo empenhou-se, sobretudo, na batalha da produção. A cultura do sisal teve grande desenvolvimento pela distribuição gratuita de mudas. Para melhorar a fibra do algodão foram adquiridas e distribuidas sementes selecionadas de outras variedades. A batatinha teve seu incremento com a importação de sementes e foi construido um armazem para conservá-la. Os postos de saúde de todos os municípios foram providos de medicamentos e na Capital, o Departamento de Saúde desdobrou suas atividades com higiene pré-Natal. Foi construido em Bayeux, o prédio para Exposição de Animais".

Quanto ao Secretariado diz que foi feita a composição "por livre escolha e mudei alguns por conveniência administrativa e outros por incompatibilidade de ordem pessoal.

"O meu sucessor Flávio Ribeiro Coutinho, antigo adversário de 1930, foi escolhido de comum acordo com a coligação que apoiava o Governo.

"Depois que deixei o Governo em 1956, afastei-me da política, retornando em 1958 como candidato da UDN ao Senado. Verificado o resultado„, retirei-me definitivamente da atividade." (Perdeu a eleição para o Senador Ruy Carneiro).

Se sofreu ou exerceu pressões, disse:

"Nem uma coisa, nem outra. Se havia de modificar a linha política, resistia".

Se considerava seu Governo coerente com seus princípios:

"Sim. Libertei a Justiça, a Polícia, o Fisco e o Magistério de qualquer influência, inclusive de chefes locais".

Se voltaria ao Governo e em que condições, assegurou:

"Em nenhuma condição".

Que exercício preferia - legislativo ou executivo:

"Estou afastado de política"

"Fui nomeado Embaixador do Brasil junto ao Vaticano, tendo renunciado antes de tomar posse e, candidato à Presidência da República em 1937, fui sacrificado em meio da campanha pelo golpe de Estado.

"Realizei a obra que estava ao meu alcance, com os parcos recursos do Estado, sem nenhuma ajuda federal e coincidindo com a seca de 1953 que devastava o Estado. Interrompi o mandato para ocupar, novamente, o Ministério da Viação e Obras.

"Preferia administrar o Estado. A política seria transferida a outros".

"Nunca pretendi renunciar ao Governo.

"Senti não poder realizar o que desejava por falta de meios. O Estado não tinha (como tem hoje) nenhum auxílio do Governo Federal. Todas as obras corriam por sua conta.

"Como democrata, sempre preferi que a democracia se exercesse plenamente, salvo quando se achava exposta à anarquia.

"Preferi a democracia plena, sem os excessos do

velho liberalismo que a transformava em ditadura devido às medidas de exceção adotadas para salvá-la. A nossa democracia tem sido golpeada. Falta-nos ainda, educação republicana para oferecer resistência a qualquer violência, independente de apelo às armas. Conheci bons e maus políticos, Faltava, porém, a opinião organizada como base de uma política pura e pragmática.

Se ainda continuaria agindo, politicamente:

"Não. Renunciei a todas as posições que me foram oferecidas, inclusive, missões no Exterior.

"Valeu a pena ser Governador do Estado pela obra que executei sem nenhuma cooperação federal".

Se ainda desejava ser alguma coisa, disse, apenas:

"Ser, como sou, escritor".

No dia 26 de janeiro de 1956, cinco dias antes de deixar o Governo do Estado, recebeu da Câmara Municipal de João Pessoa, o título de cidadão pessoense, onde pronunciou um dos seus melhores discursos, em que finaliza, afirmando:

"Cheguei ao fim. Todo termo de jornada dá uma sensação de alegria e de alívio, menos o descendo do poder. A descida para a planície, ao cabo de anos de fastígio, é uma queda no nada. É o vazio, a vida sem razão de ser, depois de tantas tarefas, copiando a imobilidade das estátuas de braços cruzados. Mas eu desço de um calvário em que sofri todas as dores que não pude sanar. Tive o meu holocausto nas fogueiras do clima incidioso e sinto remorsos, não pelo que fiz, mas pelo que não pude fazer em benefício do povo que me confiou sua sorte. E desço caindo nos braços que me levantam, que me colocam alto, que me põem nas nuvens, sem me deixarem, sequer, tombar para dar o beijo da despedida.

"Depois do nada, só as almas eleitas têm o condão de subir, escalando os pedestais. E eu — pobre de mim — fico maior, nestas horas patéticas, no ocaso que me sorri, como um dia que vem nascendo.

"Espantam estas demonstrações para quem disse sim, mas disse mil vezes não. E quanto mais nada sou, mais nada quero ser.

"Teçamos, agora o nosso hino à cidade de que sois eleitos e em cujo nome me saudais pela palavra sincera e colorida de quem jamais faltou com sua

grandeza dalma e pela outra palavra cordial e expressiva que acabastes de ouvir.

"Sou um enamorado dos encantos que o turista vai descobrindo e apontando à nossa sensibilidade indiferente ao quadro familiar. Em vez de ruas, como túneis, uma sombreando a outra, é o espaço cheio de sol, salteando dessa policromia vegetal que é cor e aroma, que enfeita e perfuma. A cidade, amiga das árvores, feita um mercado de flores entrelaça-se com a natureza e, é "urbs" e é bosque sem contrastes de formadores que compõem de beleza e harmonia. E a lagoa no centro, é um pedaço do céu caído, com luas e estrelas mergulhadas nas noites líricas do Parque.

"Quando cair o silêncio, ouvirei ainda os ecos desta hora. E será de bem perto, porque aqui ficarei, no meu ostracismo voluntário, a viver a vossa vida. Os braços que me levantam prenderam-me para todo o sempre no momento da minha fuga".

Incluimos a seguir as obras publicadas pelo escritor José Américo de Almeida, em que aparecem estudos sociológicos, poesia, romances, novelas, depoimentos, discursos e memórias:

Poetas da Abolição — 1921 — Imp. Oficial
Reflexões de uma Cabra — 1922 — Ed. Felipéia
A Paraíba e Seus Problemas — 1923 — Imp. Oficial
A Bagaceira — 1928 — Imp. Oficial
O Ministério da Viação no Governo Provório — 1933
O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação — 1934
Coiteiros — 1935 — Com. Ed. Nacional
O Boqueirão — 1935 — Ed. José Olympio
Entrevistas e Discursos — 1945 — Ed. Espasa
A Seca do Nordeste — 1953 — Gráfica do DNER
Ocasos de Sangue — 1954 — Ed. José Olympio
Discursos do seu Tempo — 1964 — Un. F. da Paraíba.
Raul Machado — 1965 — A União
A Palavra e o Tempo — 1965 — A União
Ad—Imortalitatem — 1967 — A Imprensa
O Ano do Nego — 1968 — Gráf. Record
Eu e eles — 1970 — Ed. Nosso Tempo
Quarto Minguante — 1975 — Interplan
Antes que me Esqueça — 1976 Ed. Francisco Alves.

Em 1972, recebi do escritor José Américo uma carta sobre um dos meus livros. Vai a seguir, com timbre da Academia Brasileira de Letras:

João Pessoa, 12 de dezembro de 1972

Benedito Maia:

FLAGRANTES DE POLÍTICA E IMPRENSA é um livro que se compõe, como vejo, da experiência jornalistica e de uma malícia natural, mais ou menos anódina.

A redação de um jornal será sempre o melhor campo de observação para se aferir o homem público no que êle tem de mais constante que é a preocupação de aparecer. Ser exaltado ou, quando nada, lembrado é a pedra de toque do prestígio. Houve um estadista do Império que, para não ser omitido, atacava-se a si mesmo, anonimamente, como matéria paga. Para seus eleitores tinha que ser focalizado, de qualquer forma, mesmo negando-se, porque ter inimigos representa também um sinal de importância.

A sátira desse gênero sempre foi popular no Brasil. Entre outros, Carlos de Laet, Antônio Torres e Gondim da Fonseca cultivaram, vantajosamente, seus venenos.

Seu panfleto é mais ameno. Nãc deixa, porém de ser interessante. Digo mais: interessantissimo. Um delicioso folclore.

Como tôda caricatura, deforma, aqui e ali, algumas passagens comuns nas relações dos politicos com os elementos da propaganda.

Acham-se incluidos na sua galeria alguns amigos meus que, se se expuseram à sua mira, foi por simples brincadeira com o reporter ou movidos por certas conveniências.

Sua linguagem é das melhores: é a do seu ofício e a da aptidão para escritor sóbrio e preciso.

Muito obrigado pela oferta.

Cordialmente

José Américo

FLÁVIO RIBEIRO COUTINHO

Pertencia Flávio Ribeiro Coutinho a uma das mais ilustres e tradicionais famílias paraibanas, a quem se deve parte do progresso industrial do Estado.

Flávio Ribeiro Coutinho nasceu na fazenda "Chaves", no município de Pilar, no dia 20 de julho de 1882 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de maio de 1963. Era filho do coronel João Ribeiro da Silva Coutinho, agricultor e proprietário naquele município e dona Ana Ferreira de Castro Ribeiro Coutinho.

Passou a infância em sua cidade, fazendo os primeiros estudos no Colégio Pio X e Lyceu Paraibano, formando-se em medicina na Bahia, em 1907.

Foi rápida sua passagem nesta época, pela Paraíba, indo morar em Balém do Pará, um Estado longinquo, para fazer suas primeiras experiências como médico, instalando seu consultório na Farmácia Galeno, onde se revelou um homem forte para o trabalho sensível ao convívio humano.

Voltando de Belém, fixou residência em Itabaiana. Ali iniciou sua vida pública, exercendo por pouco tempo, o cargo de prefeito municipal, saindo Vice-Governador de João Suassuna no período de 1924 a 1928, aí já morando na Capital do Estado.

Em 1930, representou a Paraíba na Câmara Federal,

até quando, depois do movimento revolucionário, quando a Paraíba se tornou a fonte crescente das agitações e movimentos populares, e culminaram com a Revolução Liberal, perdeu o seu mandato, passando a enfrentar todos os sacrifícios e vicissitudes, relegado ao mais duro e difícil ostracismo que não abateu seu ânimo e resistência que representavam a sua altivez e fibra de homem do Nordeste que não se entrega e vence todos os obstáculos.

Em 1937, foi integrante do Conselho Administrativo do Estado, já no período do Estado Novo.

Temporariamente afastado das lides partidárias, inclusive, por força do Governo da época, retornou à vida pública de forma atuante em 1945, quando ao lado de José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo fundou a União Democrática Nacional, chegando à presidência do Diretório Regional.

No ano de 1947, foi eleito Deputado Estadual e escolhido presidente da Assembléia Legislativa, quando da votação da Constituinte do Estado. Reeleito deputado estadual, permaneceu na Presidência da Assembléia Legislativa, ocupando por duas vezes a Chefia do Executivo Estadual, por impedimento do então Governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, ocasião em que restaurou a ponte Sanhauá em tempo recorde. Isto, antes da eleição de José Targino para o cargo de Vice-Governador.

Em 1955, centralizando a confiança das agremiações políticas de maior expressão e conciliando velhos adversários, foi escolhido candidato único e de pacificação ao Governo do Estado, sucedendo o Ministro José Américo de Almeida, com o apoio total da UDN, PSD e PL que eram os partidos mais fortes.

Vinha com longa experiência da vida pública e em condições de realizar não somente uma tarefa de pacificação que dele se reclamava, mas sobretudo com a dupla experiência de político que conhecia muito bem os problemas da terra, e de industrial e banqueiro.

Apesar de governar o Estado menos de dois anos - de 31 de janeiro de 1956 a 04 de dezembro de 1957 - deixou algumas obras, merecendo destaque o seu interesse pelo progresso da Paraíba. Lutou incessantemente junto ao Governo federal pela equiparação da Universidade Federal da Paraíba, conseguindo seu objetivo após vários entendimentos com o Ministro de Educação e Cultura, quando autorizado o funcionamento das Escolas de Engenharia, Farmácia, Odontologia e Serviço Social, sendo liberadas verbas para o pagamento dos professores universitários que estavam em atraso e para aquisição do terreno destinado à construção da Cidade Universitária. Compreendeu Flávio Ribeiro que seria sobremodo honroso para seu Governo tutelar à grandeza de um dos mais altos e significativos instantes da vida universitária da Paraíba.

Ainda no seu Governo foi criado o Ginásio estadual de Sapé, a extensão do serviço de Merenda Escolar a todo o interior paraibano, e foram feitas restaurações em várias escolas primárias. Data desta época, a inauguração da pista pavimentada do aeroporto Castro Pinto e da ligação por linha telefônica das cidades de João Pessoa e Recife, deixando em estudos a ligação com os outros Estados do Brasil e com o exterior.

Foram pavimentadas nessa época várias estradas no interior do Estado e se deu início a eletrificação do interior com convênio assinado pela Codebro.

Foram, ainda, atacados os problemas angustiantes do Porto de Cabedelo, que naquela época estava quase paralizado pelo descaso das companhias de navegação, conseguindo, que o Loydd Brasileiro reiniciasse o seu percurso atracando os seus navios naquele ancoradouro.

Durante os anos que exerceu os mandatos de deputado ou de Governador jamais recebeu seus subsídios, distribuindo-os com várias instituições de caridade sem consentir que se fizesse qualquer alusão de público a esse despreendimento..

Além das inúmeras atividades política, Flávio Ribeiro Coutinho exercia paralelas e incessantes atuações na vida econômica e social da Paraíba, o que revela superior compreensões do nosso processo de desenvolvimento de múltipla capacidade de empreendimento. Foi fundador e diretor do Banco Comércio e Indústria da Paraíba S/A; diretor-presidente da S/A Usina Santa Rita; presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar (desde sua fundação) e presidente por mais de uma vez da Associação Comercial de João Pessoa.

Em 9 de maio de 1925, quando era Vice-Governador do Estado, no Governo João Suassuna, casou-se com sua sobrinha Berenice Ribeiro Mindelo, filha de José Francisco de Lima Mindelo e dona Débora Úrsula Ribeiro Mindelo, sua irmã.

Viveram em completa felicidade durante 38 anos, de que nasceram os seguintes filhos: Francisco Leocádio - engenheiro-agrônomo, casado com Maria Julinda da Cunha Pereira Ribeiro Coutinho; Ana Rita (Nanhã), hoje viúva do seu primo Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho; João Crisóstomo Ribeiro Coutinho, médico casado com Maria Helena Pessoa de Melo Ribeiro Coutinho; Francisca Ninóssa, casada com o industrial Renato Brito Bezerra de Melo; Berenice Maria Ribeiro Coutinho e José Painho, industrial, casado com Natércia Suassuna Dutra Ribeiro Coutinho.

O ex-governador Flávio Ribeiro Coutinho, faleceu, no Rio de Janeiro, no dia 27 de maio de 1963, cercado do carinho dos seus familiares, principalmente da esposa que se desvelou de corpo e alma à vida do marido, fazendo do seu sofrimento, o calvário de sua vida, não o deixando um só instante, no que deu um

raro exemplo de abnegação e amor — o que constitui um sinal marcante de tudo de sobrehumano que se pode fazer por uma criatura. (Dados biográficos fornecidos pela viúva do ex-governador, senhora Benerice Mindelo Ribeiro Coutinho).

Sua candidatura ao Governo do Estado, nasceu depois de uma famosa reunião na fábrica Tibiri, de que participaram algumas lideranças políticas e o Governador de então, José Américo de Almeida que pregava a pacificação dos partidos.

À esta altura já se apresentavam como candidatos em potencial ao Governo do Estado, João Agripino Filho, José Pessoa, Verniaud Wanderley, Virginio Veloso Borges e o próprio Flávio Ribeiro Coutinho que terminou candidato único, depois de marchas e contra-marchas, saindo indicado pela UDN, enquanto coube ao PSD indicar o candidato a Vice-Governador. O PSD defendia o privilégio de indicar o candidato a Governador por contar com José Américo no Governo, eleito com seu apoio cinco anos antes.

No dia 6 de agosto de 1955, depois do PSD concordar em indicar o Vice-Governador, como o fizera na campanha de José Américo, em 1950 indicando João Fernandes de Lima, publica nota oficial lançando a candidatura de Flávio Ribeiro Coutinho, presidente da UDN, o que passaria a representar o acordo definitivo.

Mesmo assim, ainda houve contratempos e o PR chegou a indicar o nome do deputado federal João Agripino Filho que embora pertencente a UDN foi lançado por outro partido, o que poderia representar uma cisão na UDN. No entanto, depois de interferências do Governador José Américo de Almeida, os demais candidatos desistiram e o nome de Flávio Ribeiro Coutinho foi homologado como candidato único às eleições de 3 de outubro de 1955.

No mesmo ano, se apresentou, como candidato de protesto contra o acordo dos grandes partidos, o advogado Renato Teixeira Bastos, que nada mais foi, do que candidato contra o acordo, recebendo pequena votação contra os candidatos da UDN, do PSD, do PL e doss demais partidos — Flávio Ribeiro Coutinho (Governador) e Pedro Moreno Gondim (Vice-Governador), o primeiro da UDN e o segundo do PSD, que era deputado estadual pela terceira vez.

Os jornais da época publicaram notas oficiais quase que seguidas, apoiando os candidatos, inclusive, o Partido Libertador presidido pelo deputado Ivan Bichara Sobreira que designou uma comissão dos diretorianos Pereira Diniz, Ivan Bichara, Plinio Lemos, Nominando Diniz, Heretiano Zenaide e Napoleão Nóbrega para tomar conhecimento dos entendimentos havidos entre o PSD e a UDN e defender a pacificação pregada pelo Governador José Américo, a quem deveria cientificar do resultado dos entendimentos com os demais partidos.

No dia 31 de janeiro de 1956, Flávio Ribeiro Coutinho recebeu o Governo de José Américo de Almeida, nomeando um secretariado misto em que apareciam integrantes do seu partido UDN, do PSD e até do PL.

A partir de então, o Governador Flávio Ribeiro Coutinho demonstrou interesse pela solução dos problemas rurais e o aproveitamento da cana-de-açúcar que sobrava na zona canavieira, tendo solicitado do Presidente da República Juscelino Kubitscheck de Oliveira, a instalação de destilarias de álcool, no que pediu o apoio dos deputados da bancada federal da Paraíba. De imediato, o presidente do IAA mandou técnicos estudar o assunto, se interessando pela localização da Destilaria em Várzea Nova, cujas despesas foram estimadas em Cr$ 40.000.000,00.

Outra medida tomada pelo Governador, foi a criação de Armazens e Silos do Estado da Paraíba — Casep —, tendo conseguido aumentar o limite de crédito agrícola das agências do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, afora outras medidas voltadas para o desenvolvimento do setor primário.

Pensou, também, naquela época em instalar uma usina de pasteurização de leite, tendo em mensagem à Assembléia Legislativa, informado que,

> "Um problema crônico e muito grave é a qualidade do leite destinado ao consumo. A solução será a pasteurização que propiciará o consumo de leite puro, mormente à população infantil.
>
> "Com esse objetivo foi firmado convênio entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional do Socorro à Infância (Fisi) pelo qual será instalada nesta Capital uma usina daquele tipo, com capacidade diária de 15 mil litros". (Livro "Flávio Ribeiro Coutinho", História de uma vida e uma época - 1977, página 149).

Tratou do problema de assistência a outros setores do interior, firmando convênios com o Ministério da Agricultura para assistir, tecnicamente, o pessoal da zona pecuária, ensinando a aplicação de vacinas e outros métodos modernos de trabalhos da época, protestando junto ao Governo federal contra o baixo preço de algodão que era uma das principais fontes de receita do Estado, bem como procurou estimular a indústria sisaleira e aumentar a produção de açucar.

Tentou seguidas vezes, junto ao Ministério de Viação e Obras, para que fosse ampliado o cais do Porto de Cabedelo, mobilizando a bancada federal, havendo inclusive, se interessado pelo problema o deputado João Agripino, que em um dos seus telegramas ao Governador informa na época que incluíra no orçamento da União, do ano seguinte, 30 milhões para prolongamento das

obras do Porto, além de 5 milhões para a guia do Porto de Cabedelo. (mesmo livro, página 155).

Não poderia, evidente, se enumerar todas as suas obras. No entanto é sabido que muito foi feito pelo seu Governo, no tocante a estimular as bases trabalhadoras do meio rural, não se descuidando dos problemas mais altos, sendo importante citar a Universidade quando empossou como seu primeiro reitor, o ministro José Américo de Almeida e sobre o assunto, diz na primeira mensagem à Assembléia Legislativa, do dia primeiro de julho de 1956:

> "A Universidade da Paraíba foi criada pelo Governo do Estado, conforme Lei nº 1.070, de 27 de setembro de 1954.
>
> "Esta Lei foi modificada pela Lei nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955 que, com redação mais adequada, em consonância com as instruções da diretoria do Ensino Superior, instituiu a Universidade. Em caráter provisório até que seja credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura, foi instalada a Universidade em 12 de dezembro de 1955". (Livro Flávio Ribeiro Coutinho - pág. 190).

Flávio Ribeiro Coutinho governou o Estado de 31 de janeiro de 1956 a 04 de dezembro de 1957, sendo no dia seguinte, 05 de dezembro acometido de uma trombose, permanecendo em casa até o dia 28 do mesmo mês quando viajou, em caráter definitivo para o Rio de Janeiro. No dia 2 de janeiro de 1958, o deputado Jacob Frantz, então líder da UDN, levou à Assembléia um ofício do Governador solicitando uma licença de 180 dias para tratamento de saúde.

No dia 03 de janeiro, a Assembléia Legislativa aprovou a resolução nº 169, concedendo a licença solicitada, sendo empossado o Vice-Governador Pedro Moreno Gondim, que iniciou seu expediente no Palácio da Redenção no dia 05 de janeiro de 1958.

PEDRO MORENO GONDIM

Depois da campanha de 1950 — que foi uma das mais renhidas do Estado — quando disputaram o Governo José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo (velhos aliados de 1945) e uma pacificação com os nomes de Flávio Ribeiro Coutinho e Pedro Gondim apoiados pelos maiores partidos, a campanha de 1960 apresentou a mesma movimentação de 10 anos atrás. E isto porque, Pedro Moreno Gondim em pleno exercício do Governo - subs-

tituiu Flávio Ribeiro Coutinho afastado por doença — se achava com o direito de ser o candidato do PSD — seu partido — às eleições de outubro daquele ano.

O Partido Social Democrático foi dividido, surgindo a ala que apoiava esta candidatura e uma outra que defendia a candidatura do deputado federal José Janduhy Carneiro, irmão do Senador Ruy Carneiro, lutando por todos meios pela indicação do seu nome, sob a alegação de que o seu companheiro Pedro Moreno Gondim já havia sido contemplado com a Vice-Governança do Estado chegando a assumir o próprio Governo.

Por outro lado, Pedro Gondim alegando os grandes serviços prestados ao partido, chamava a sí, o direito de sair candidato, o que veio a dividir o PSD muito antes da sua convenção, quando o diretório por maioria ficou com o deputado José Janduhy Carneiro — talvez pressionado por este — e o Pedro Gondim se desligou com um respeitável número de simpatizantes, ligando-se ao Partido Democrata Cristão.

Comentava-se na época que o Senador Ruy Carneiro teria tentado afastar o deputado Janduhy Carneiro de suas intenções prevendo a derrota que se registrou com grande maioria de votos.

Pedro Gondim que havia assumido o Governo em janeiro de 1958, sentindo o problema do agravamento do estado de saúde do Governador Flávio Ribeiro Coutinho, renunciou ao Governo, passando, inclusive, a ser estimulado pelo então deputado federal João Agripino, presidente do diretório regional da União Democrática Nacional que aspirava, o apoio dessa aliança, nas eleições subsequentes de 1962 para chegar ao Senado, o que realmente aconteceu, tendo como seu suplente o deputado federal Domício Gondim Barreto — sobrinho de Pedro Gondim.

Iniciada a campanha entre a indicação do seu nome e do nome do deputado federal José Janduhy Carneiro, se criou em Pedro Gondim uma vítima da dinastia dos Carneiros, o que o levou a renunciar antes do tempo determinado pela Legislação em vigor, passando o Governo ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Fernandes de Lima do PSD, no dia 18 de março de 1960. No dia 31 de maio, José Fernandes de Lima, em pleno exercício do Governo disputou sua reeleição para Presidência da Assembléia, empatando no primeiro escrutínio com o deputado José Teotônio e ganhando no segundo, por apenas 2 votos, o que lhe garantiu permanecer à frente do Executivo, até 31 de janeiro de 1961 quando entregou o Governo, novamente, a Pedro Moreno Gondim.

Aquela renúncia ao Governo foi fortemente estimulada pelo deputado federal João Agripino e até aconselhada a sua antecipação, antes da morte do Governador Flávio Ribeiro Coutinho — esperada a qualquer momento — para que houvesse a desimcompatibilização,sem o que,faltariam a Pedro Moreno Gondim, as con-

dições legais para se candidatar ao Governo do Estado.

A partir dessa renúncia, houve uma verdadeira mobilização espontânea do povo, tanto em João Pessoa, como no interior do Estado, sobretudo, quando ele se apresentava como vítima dos Carneiros. A movimentação da campanha de 1960 jamais tinha sido registrada no Estado, parecendo que reinava um clima de guerra civil, tal a disposição de luta de eleitor a eleitor, aflorando as paixões mais vivas dos gondinistas e dos seus adversários.

Houve, pela primeira vez na Paraíba, a colocação de grandes garrafões em portas de casas comerciais que se destinavam a recolher contribuições populares para as despesas da campanha de Pedro Gondim.

Foram feitos os entendimentos e formadas as coligações partidárias para apoio a José Janduhy Carneiro e a Pedro Gondim, vindo o Partido Trabalhista Brasileiro de se dividir, enquanto uma ala apresentava Jacob Guilherme Frantz como candidato a Vice-Governador de Janduhy Carneiro, uma outra ala apresentava o nome de Hermano Sá que concorreu em faixa própria, pois, enquanto se esperava que Pedro Gondim viesse a apoiá-lo, foi apresentado como seu candidato oficial o nome de André Avelino de Paiva Gadelha, integrante dos quadros da UDN e que fazia política em Souza, no alto sertão paraibano.

Nasceu Pedro Moreno Gondim, na fazenda Capim Açú, em Alagoa Nova, no dia 1 de maio de 1914, sendo filho de Evaristo da Costa Gondim e Eulina Moreno Gondim, chegando aos 66 anos, com uma longa experiência política e profissional, tendo uma vida política movimentada e uma ascensão das mais rápidas, sendo deputado estadual nas legislaturas de 1947, 1950 e 1954, saindo Vice-Governador em 1955 e Governador em 1960, para em 1966 se eleger deputado federal, cassado em fevereiro de 1969, sendo assim, o único Governador da Paraíba atingido pelos atos da Revolução de 1964.

Com suas próprias palavras faz uma análise de sua vida política e sua passagem pelo Governo do Estado em dois períodos — de 04 de janeiro de 1958 a 18 de março de 1960 e de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966.

> "Fiz política estudantil, quando ainda jovem, mas ao modo da época, participando da política de grêmios literários, não fazendo a política partidária propriamente dita. Esposávamos as candidaturas em disputa, sem um sentido mais profundo de participação de caráter partidário.
>
> "Cedo eu fui convocado à uma candidatura a deputado estadual. Disputei de início, quase que dile-

tantemente, sem ter maiores perspectivas, sem maior convicção. Eleito passei a exercer o meu mandato. Já no exercício do terceiro mandato, houve uma composição entre a UDN e o PSD, em que a UDN saiu com o candidato a Governador e o PSD saiu com o candidato a Vice-Governador, cabendo a indicação do meu nome, já com atuação efetiva naquela época no Partido Social Democrático.

"Escolhido Vice-Governador de Flávio Ribeiro Coutinho, cheguei ao posto. Com a doença do Governador que tomou, infelizmente, caráter irreversível, eu fui Governador substituto. Como demorasse a doença e veio o novo processo político, eu renunciei a tempo de desincompatibilizar-me e fui eleito, em 1960, Governador do Estado, numa luta das mais renhidas, das mais históricas do nosso Estado, porque figurava como candidato de uma coligação entre a UDN, dissidência do PSD, Partido Libertador, grande parte do PTB, Partido Social Progressista e outros segmentos políticos".

Quanto a algumas obras do seu Governo, depõe:

"Não é fácil destacar uma obra importante, dentro do Governo, pois eu procurei reformular o mais possível, os nossos hábitos e costumes políticos, sobretudo porque eu tinha vindo de uma campanha muito radical e precisava até, fazer um trabalho de moderação e de prudência, no sentido de conclamar todos à uma consciência de que era o Governador de todos os paraibanos, e não somente de alguns partidários de minha luta.

"Então, eu comecei a fazer esse esforço e obter uma imagem de que eu era o Governador que refletia um denominador comum da confiança e até da estima de todos os paraibanos, independentemente mesmo de partidos. Esse foi o nosso primeiro esforço que senti vitorioso.

"O segundo esforço foi no sentido de dotar a Paraíba de um sistema técnico burocrático de administração de onde podesse emergir uma força de trabalho empresarial e administrativo, daí, porque tive que partir para a criação de órgãos de natureza técnica e de planejamento político e administrativo que ainda sobreexistem apenas, com nomes mudados, como por exemplo o Conselho Estadual de Desenvolvimento que hoje é a Secreta-

ria do Planejamento e Coordenação Geral, a Cinep que ainda existe, a Carteira Agro-Industrial do Banco do Estado da Paraíba, a reorganização completa do DER, os Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande, tudo isto, nos planos prioritários, ao lado do aperfeiçoamento do ensino, erradicando na época, professoras leigas que constituiam a grande maioria.

"Neste setor baixei um Decreto exigindo pelo menos, o nível médio completo, o que veio a aprimorar em muito, o ensino. Há alguns outros órgãos que foram por mim criados e depois ampliados e aperfeiçoados, de acordo com a visão e os recursos de cada novo administrador.

"Deve ser registrado que o primeiro experimento asfáltico foi no meu Governo, que foi essa estrada que vai daqui até perto de Guarabira e, naquele tempo não havia o plano quintenal do Governo nem ajuda federal, o que era conseguido, muito excepcionalmente, através de convênios.

"Esses convênios eram conseguidos à proporção em que o Governo fosse correligionário do Governo federal, a minha situação era de distância, havendo um tratamento discreto e restrito porque eu não fazia parte do sistema do eminente brasileiro Juscelino Kubitscheck de Oliveira".

A partir daí, passa a analisar o segundo período do Governo, quando assumiu contando com minoria na Assembléia, dispondo, apenas, de 19 dos 40 deputados estaduais, conseguindo, no entanto, contornar a situação até o final do seu mandato.

"Recordo que nós tínhamos 40 deputados estaduais e eu contava, apenas, com 19, me havendo, então com minoria na Assembléia Legislativa. Isto, de algum modo dificulta e também aprimora o trabalho do Executivo. Dificulta, porque vim de uma política extrema, de onde havíamos saído para fazer o Governo, e contando com minoria é um problema realmente grave, do ponto de vista de condução. Mas, era salutar, porque o Governo nestas condições, aprimora o quanto possível os seus projetos e suas iniciativas, de modo a tornar o trabalho motivador de aplausos do legislador em geral".

"De modo que, eu tive um Governo super-fiscalizado por uma oposição numericamente maior na Assembléia do que meu próprio Governo".

Composição do seu Secretariado:

"O meu secretariado foi político partidário coligacionista. Quanto à pressão, todo Governo sofre pressão, aceitará ou não, contornará ou não essa pressão. Eu contornei ao máximo que pude, fazendo prevalecer a minha confiança".

Quanto ao seu sucessor:

"Consegui fazer o meu sucessor na pessoa do ministro João Agripino Filho. Tendo absoluta consciência de que contribui de modo excepcional, tratando-se na verdade de um bom candidato, trazendo um curriculum nacional muito festejado, sob a bandeira de um partido coeso, dando o máximo que podia dar, sem sacrifícios à moral do meu Governo, sem sacrifício ético do meu Governo, indo à praça pública e indo até o Tribunal Eleitoral, defender-me de acusações que tentavam vincular o Poder do Governo ao resultado das eleições. Tudo isto fiz, e consegui eleger João Agripino Filho. E o mérito está nele, mas não deixa de estar no nosso apoio e no estilo e forma da nossa campanha, se constituindo absolutamente decisivo na sua eleição.

"Fiz a campanha de João Agripino e logo depois a minha de Deputado Federal, sendo empossado sem nenhuma obstaculação de ordem legal ou institucional e, assumi a Câmara e exerci o mandato durante dois anos e dias.

"Depois do episódio Márcio Moreira Alves — não sei se por conta dele — veio a minha cassação e a suspensão dos meus direitos políticos.

"Tanto quanto possível, considero meu Governo coerente com meus princípios pessoais. Nenhuma pessoa, em tempo algum, e dentro do sistema, qualquer que seja, pode dizer ao final do seu Governo, que ele respondeu inteiramente aos seus sentimentos, às suas pretensões e aos seus desejos.

"Primeiro em quantitativo de obras, em planos de trabalhos, um homem ricamente possuído de bons propósitos, não poderá deixar o Governo para dizer que fez tudo quanto quis. Ele terá feito o máximo que as circunstâncias permitiram. E eu fiz, o

o que as circunstâncias me permitiram, mas teria muita coisa ainda planejada e desejada por fazer.

"Não pretendo mais voltar ao Governo do Estado. A minha meta é voltar à Câmara dos Deputados, Pretendo voltar para o lugar onde estava, quando a Revolução de lá me tirou. Isto é, de onde me tirou o Movimento Político—Militar dominante, que não se poderia chamar de Revolução, propriamente, porque Revolução foi assim, o nome dado ao impacto dentro da própria surpresa.

"Revolução nós temos, quando ela se forma em reformas de costumes, se forma em reformas de mentalidades até se dá aquela eclosão natural, em que a Revolução representa uma reforma, apenas, formalizando tudo que já estava sedimentado na consciência de cada um e de todos os brasileiros. O que houve foi um Movimento Político-Militar dominante a uma situação que se admitia não corresponder às aspirações do povo à conjuntura nacional. Pois, foi esse Movimento que me tirou da condição de Deputado Federal, para onde gostaria de voltar como resposta específica".

Se se considera realizado como Governador, diz:

"Há um preceito ou uma sentença filosófica de que quando o homem se dá por satisfeito, é mesmo que expedir seu atestado de estagnação, de quem para como estando realizado junto e dentro de todos os objetivos. Politicamente, ser Governador foi a maior graça que a Paraíba poderia me conceder. Isto não significa que foi o atestado final do meu dinamismo político, da minha capacidade de objetivos políticos. Eu me sinto dentro do processo político que é dinâmico, versátil e não pára.

"No Governo, fazer política era uma espécie de respaldo, uma espécie de conexão popular do administrador com o complexo administrativo. Então, política no Governo, eu fazia em razão do respaldo perseguido que daria força maior ao Governo, no entanto, eu preferia fazer uma administração que correspondesse às ansiedades do povo, procurando, sobretudo, estocar projetos para que não houvesse nenhuma descontinuidade administrativa".

Seu conceito de democracia:

"Só aceito a democracia em sua plenitude. A ditadura não se justifica de modo geral. Pode se

impor como uma transição histórica de cada povo, e que seja a mais rápida possível. Acho que a ditadura é o que existe de mais nefasto na vida de um povo. Só a democracia pode garantir a liberdade e o retrato da verdade. Ditadura só pode ser aceita como um episódio para reposição rápida da democracia verdadeira.

"Valeu a pena ser Governador da Paraíba, pelo máximo que consegui fazer. Não temo nenhuma investigação nem confronto. Procurei fazer um Governo com economia na coisa pública,e com muita humildade publicitária, respondo, inclusive, por esse pecado. Dentro das condições da época, meu Governo não fica, absolutamente, em plano de inferioridade a que qualquer outro que me tenha sucedido, desde que sejam consideradas as circunstâncias de Governo a Governo".

Disse, finalmente que hoje, o que mais deseja é a tranquilidade pessoal, a boa convivência com a família, a amizade da Paraíba e, no plano político, poder participar de uma luta oposicionista ao Governo revolucionário,

"isto pela minha condição de ex-cassado e pela minha condição de deputado federal que procurou ser independente e que talvez esteja pagando o preço da própria independência, com os erros que se acumularam sob o ponto de vista de ordem política e administrativa, só me restando um compromisso imprescindível de trabalhar com as forças da oposição para ser coerente comigo mesmo"

JOÃO AGRIPINO FILHO

(último governador eleito pelo processo do voto direto)

Desde que começou a fazer política, até hoje, João Agripino Filho tem sido um mito, inegavelmente imbatível nas lutas políticas de que participou, vindo do início da redemocratização do processo político brasileiro em 1945, quando se elegeu Deputado Federal pela primeira vez, em cuja posição se manteve até 62 quando saiu da Câmara para o Senado, depois de haver passado

pelo Ministério de Minas e Energia (1961), até chegar ao Governo da Paraíba, em 1966, sendo o último Governador paraibano, eleito pelo processo do voto direto, no dia 3 de outubro de 1965, tendo sido o primeiro Ministro de Minas e Energia.

Fundador da União Democrática Nacional, foi Secretário do Diretório Nacional e presidente do Diretório Regional, cuja palavra de comando sempre foi ouvida e respeitada, passando, posteriormente à condição de fundador da Aliança Renovadora Nacional (Arena), sendo seu presidente de honra na qualidade de Governador do Estado até 15 de março de 1971, a partir de quando não mais disputou eleições no Estado, passando a condição de Ministro do Tribunal de Contas até aposentar-se para se dedicar à iniciativa privada, dirigindo empresas industriais em São Paulo, onde reside, hoje, depois de afastado das empresas em que prestava seus serviços.

Nasceu João Agripino Filho, em Brejo do Cruz, no dia 1 de março de 1914, formando-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1937, portanto, aos 23 anos. É filho de João Agripino de Vasconcelos Maia e Angelina Mariz Maia, casado em primeiras núpcias com Maria de Lourdes Bonavides Maia, de cujo consórcio há os seguintes filhos: João Agripino de Vasconcelos Maia Neto, Gervásio Bonavides Mariz Maia, Antônio Fábio Bonavides Mariz Maia, Tarcísio Otávio Bonavides Mariz Maia, Maria de Lourdes Maia. Do segundo matrimônio tem os filhos Raquel Agripino Borborema Maia e Daniel Agripino Borborema Maia.

Por mais de uma vez, teve seu nome cotado para a Vice-Presidência da República, quando era candidato à Presidência da República, o general Arthur da Costa e Silva que foi o segundo Presidente depois da Revolução de 1964. Sua evidência em termos nacionais, se verificou desde o tempo da sua atuação como deputado federal, pela União Democrática Nacional, quando na Câmara era a voz mais respeitada do Nordeste, época em que havia naquela casa do Congresso Nacional a famosa "orquestra da UDN" formada por Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso e outros deputados de Estados maiores que se levantavam a qualquer pretexto para discutir as mensagens governamentais, tanto do presidente Eurico Gaspar Dutra, como dos Presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck de Oliveira.

Pelas suas posições intransigentes, se tornou conhecido, vindo mais tarde de figurar, também, em termos nacionais, como um dos articuladores da candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1960, o que lhe valeu pela sua coragem pessoal e pelo seu destemor nas horas de decisão, o cargo de Ministro de Minas e Energia daquele Governo que foi de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto do mesmo ano.

Já como Governador da Paraíba (1966/1971), na qualidade de integrante do Conselho Deliberativo da Sudene, sempre se mostrou uma voz de protesto nos grandes debates de problemas da região nas reuniões daquela agência do desenvolvimento. Mesmo sendo governador do Estado e, elemento de confiança do sistema revolucionário vigente, jamais fugiu das suas atitudes de discordar, se revelando a mais das vezes, o crítico que sempre foi característico do político de 1945 que se filiou à antiga UDN para combater o Estado Novo, instalado por Getúlio Vargas em 1937 e derrubado em outubro daquele ano.

Quando nomeou o seu primo Antônio Marques da Silva Mariz para Secretário da Educação e Cultura, chegou a ser advertido da incoveniência do ato, tendo reagido com autoridade de Governador de Estado, o que era raro (ou ainda o é) nos homens que levados a grandes postos, sempre temem tomar posição de discordância.

Isto, no entanto, sempre foi típico de João Agripino Filho que jamais se calou quanto a solução dada a um problema fere osseus pontos de vista, sobretudo, quando estão em jogo os interesses públicos defendidos pelas suas mãos, enquanto, ao lado do político irredutível, sempre se revelou um político coerente e o administrador, o que veio a ser comprovado na sua passagem pelo Governo da Paraíba, cujo depoimento pessoal bem atesta o que foi feito durante o seu mandato, revolucionando o processo administrativo do Estado para criar obras que na época erãm consideradas inviáveis.

Enquanto deu provas de um espírito democrático, fez uma administração com vistas ao futuro, criando a mentalidade da indústria turística do Estado, com a construção do "Hotel Tambaú" que é obra de infraestrutura para esse ramo, hoje explorado como fonte de renda na maioria dos Estados europeus. Outra obra sua que não pode ter negado o seu valor de infraestrutura para o desenvolvimento do Estado, foi a conclusão do projeto de eletrificação urbana do restante das cidades que encontrou sem energia, quando assumiu o Governo, a ponto de ao fim do seu mandato, haver lançado o slogan: "Procura-se uma cidade sem luz".

Foi o responsável, pelo seu prestígio pessoal, para que o Governo federal concluisse a pavimentação da rodovia BR—230 que vai de Campina Grande a Cajazeiras, cujos resultados econômicos para o Estado já começam a ser sentidos, pelo escoamento das mercadorias e o intercâmbio da Paraíba com os demais Estados da região pela parte Oeste da Paraíba, o que forçou Governos sucessores a ligar outras regiões do Estado a BR—230, além de haver pavimentado o trecho João Pessoa—Cabedelo, cuja estrada foi construída durante o Estado Novo e foi totalmente refeita no seu Governo por se encontrar superada. Ainda, no plano rodo-

viário, o "Anel do Brejo" é citada como outra obra de envergadura ra para o processo de integração de uma região pobre do Estado — o Brejo — e que jamais fôra assistida por Governos anteriores — conforme depoimentos dos estudiosos do desenvolvimento regional da Paraíba.

O seu Governo tem sido, ainda hoje discutido pelos problemas que procurou resolver, notadamente, quando enfrentou sérias críticas às medidas adotadas, independentemente das repercussões que pudessem ter na área estadual ou federal... Por este e por outros fatos, não pode ser negado que era "o político do Nordeste mais ouvido pelo Palácio do Planalto" — ("O Globo" — 23.10.1967).

A ele foram transferidas culpas por muitos atos cometidos na Paraíba, a maioria da administração federal, em que alguns acreditam que tenha havido a presença do seu dedo. Ele, no entanto, numa verdadeira prova de autenticidade, disse num programa de televisão, de Campina Grande, quando entrevistado pelo jornalista Francisco Maria Filho, o que realmente fez e o que não fez e comentou, com objetividade, a razão de tantas calúnias contra seu Governo e contra sua pessoa, chegando a afirmar que alguns o combatiam porque não foram nomeados seus Secretários de Estado como o desejavam.

O que tem sido discutido até hoje, sobre o político João Agripino Filho, é frieza do seu temperamento e a firmeza com que faz suas declarações de público, jamais faltando com a verdade, nem se preocupando com a repercussão de suas afirmações, sendo o político paraibano que melhor colheu os frutos de uma semente política bem plantada.

Como os demais governadores do Estado, enviou suas respostas ao questionário feito, especificamente, para este trabalho. Eis seu depoimento, sobre obras realizadas e o que considera mas relevante:

> "Para o público: respeito à criatura humana, proibindo espancamentos policiais; liberdade de crença, regulamento do exercício da crença africana; prestação de contas da administração em praça pública, admitindo todo e qualquer tipo de interpelação. Para o desenvolvimento do Estado: 630 quilômetros de estradas pavimentadas, 90 por cento da população urbana com abastecimento de água, com todas as cidades com energia hidroelétrica, conjunto de casas populares, hotel de primeira categoria para a Capital, ampliação da capacidade física escolar dos primeiro e segundo graus, selecionamento rigoroso de professores, instalação

de vários hospitais e dezenas de unidades sanitárias, tornando a medicina preventiva ato de rotina; milhares de metros de pontes em estradas carroçáveis; silos e armazens em centros produtores agrícolas, silos móveis, e muito mais que dispenso de enumerar.

Quanto a nomeação e demissão do seu secretariado informa que "escolhi-os, livremente, sem que acontecessem compromissos políticos. Houve pleitos, não pressões. Mudei-os por conveniência do próprio secretário ou da administração".

Eleito pelo processo do voto direto, informa que conseguiu fazer o seu sucessor pelo processo da eleição indireta.

Se teria deixado política, diz que:

"Cumpri as missões que recebi do povo, decidi voltar-me mais para a família. Continuo político, como interessado por todas as coisas da Paraíba e do Brasil.

Depois de haver deixado o Governo do Estado "não disputei nenhum cargo, nem sofri uma só derrota pessoal de 1945 a 1970".

Se sofreu pressões, afirma:

"Ninguém governa sem sofrer pressões. Cabe ao governador ajuizá-las para ceder quando justas e resistir quando descabidas ou acobertem interesses contrariados, conflitantes com o interesse público.

Se considera seu Governo coerente com seus princípios:

"Sim. Recusei a praticar todos os atos e procedimentos que condenei como oposicionista. Não desejo voltar ao Governo do Estado — já cumpri a missão de Governador da Paraíba".

Se prefere o exercício executivo ou legislativo:

"O exercício dos mandatos legislativo e executivo são nobres e sedutores para o político. Para mim, o executivo me encheu mais as medidas do realizador. Parece-me mais atraente".

Não quis vôos mais altos e diz:

"Recusei o convite do Presidente Castelo Branco para ser candidato a Vice-Presidente da República com Costa e Silva. Fui Ministro de Estado e Ministro do Tribunal de Contas da União. Exerci cargos nos três poderes, o que me fez sentir realizado, plenamente, inclusive, com o mandato de Governador do meu Estado".

E afirma:

"Governei 5 anos com 4 Presidentes da República (Castelo Branco, Costa e Silva, Junta Militar e Garrastazú Médici), 4 generais diferentes no Comandado do IV Exército e 4 generais, também diferentes no comando do Primeiro Grupamento de Engenharia. Em regime revolucionário, pude governar sem pressões ou interferências militares ou do Governo federal. *É um depoimento que dou, que considero muito honroso para todos nós".*

Se preferia administrar ou fazer política:

"Não se deve administrar em proveito do partido a que se pertence. Administração e política se faz em proveito da coletividade. Quando se faz bem, contar-se-á, certamente, com o apoio eleitoral nas eleições partidárias. A conquista do voto se obtém por vias indiretas e não diretas. A conquista direta é decorrente da política de favorecimento individual. É efêmera e nociva aos interesses do Estado e da coletividade. Representa, via de regra, preterição ao mérito de muitos que não podem alcançar o favorecimento. Nunca desejei renunciar ao mandato, nem fui aconselhado a tal, pois não dava esse cabimento".

Quanto a frustrações, declara:

"Sofri. Quando não podia realizar obras de real significado porque não dispunha de recursos ou quando tinha recursos e não dispunha de projetos para a obra a que se destinavam. A inflação devorava os recursos, rapidamente".

Dá seu depoimento sobre a democracia:

"A democracia é o regime condizente com a formação cívica e a tradição intelectual dos brasileiros. A exceção foi medida aplaudida, geralmente, na época, como meio de por termo ao desregramento existente em 1964. Caído este, cessa a razão daquela. Não há democracia vigiada. Há sim, democracia em que o legislativo ou executivo pode ser mais ou menos fortes. Sou partidário do executivo tão forte quanto necessário ao poder de administrar bem e tão fraco quando necessário que o impeça de oprimir ou violentar consciências e liberdades a um legislativo tão forte quanto necessário à boa fiscalização do executivo e sua participação nos destinos políticos, administrativos e sociais do país.

"Tenho dos políticos excelente conceito. Não será á prática de atos reprováveis de alguns políticos que me leve a mudar esse conceito. A grande maioria dos políticos se compõe de homens de bem, interessados por sua gente e sua terra. Continuo atuando, politicamente, embora sem disputar cargos públicos.

"Valeu a pena governar o Estado. Não realizei tudo que pretendia, mas não me arrependo do que realizei ou do que deixei de realizar. Governar um Estado pobre é tarefa difícil. Mas sou convencido de que fiz o bastante para afirmar e confirmar o slogan da campanha "um Governo diferente", que nem no passado, nem tão cedo haverá outro igual no Estado. Perdôe-me o cabotinismo".

Que mais desejaria:

"Estou satisfeito com o que fui e o que sou. Um homem que não fracassou nas diversas posições que ocupou — no legislativo, executivo, judiciário e empresa privada.

"Orgulho-me de ter instalado na Paraíba a mentalidade, ou melhor a conscientização, de que o futuro pertence aos que estudam e que a ignorância é a fonte principal de todos os males e atrasos".

3a. PARTE

GOVERNADORES ELEITOS PELO PROCESSO INDIRETO

Ernani Sátyro

(Primeiro Governador do processo indireto 1970)

Integrante da bancada federal da Paraíba à Constituinte de 1946, Ernani Ayres Sátyro e Souza exerceu o mandato de deputado federal da primeira à sexta legislaturas, representando, inicialmente, a União Democrática Nacional — UDN — de que foi seu presidente e, posteriormente a Aliança Renovadora Nacional — Arena —, sendo o seu líder na Câmara durante o Governo Costa e Silva, de onde se afastou depois da derrota do Governo no processo Márcio Moreira Alves.

De temperamento explosivo, é no entanto, portador de profunda sensibilidade sabendo reconhecer seus equívocos e estender a mão quando lhe é feito um pedido que toca a alma. Jamais deixou de expor seus pontos de vista, mesmo que isto viesse a representar atritos com seus velhos companheiros de lutas políticas memoráveis, tendo sempre, o senso da medida para saber equi-

latar os efeitos positivos e negativos de suas tomadas de posição, o que lhe dá força maior para se impor, sem negar, todavia, sua disposição de luta, o que faz com que muitos o temam e nada lhe imponham.

Deputado à Constituinte do Estado em 1935, foi posteriormente, chefe de polícia na época do Estado Novo — o que lhe serviu de credencial para ser posteriormente prefeito de João Pessoa. Embora não se tenha revelado um líder de massas — sempre foi um homem de elite — jamais deixou de conseguir a votação necessária à sua eleição à Câmara Federal, o que veio a repetir em 1978, quase quatro anos após ter se afastado do Governo e, temporariamente, do Estado.

Foi o sucessor do ex-governador João Agripino Filho, ao lado de quem sempre esteve desde de 1946, na Constituinte Federal, sendo eleito Governador pelo processo de voto indireto na qualidade de candidato do seu antecessor e do próprio Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, conforme suas próprias declarações adiante incluídas.

Estudioso do direito, sua atuação sempre foi das mais brilhantes, se revelando ao mesmo tempo advogado eficiente e escritor de rara visão com alguns livros publicados — "Mariana" e "O Quadro Negro" — para atestar sua dedicação às letras literárias e jurídicas, sendo hoje, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, depois de haver sido indicado pelo presidente da República, João Batista de Figueiredo para relatar no Congresso Nacional o processo da anistia, em que fez uma verdadeira peça jurídica e literária comentada em profundidade pelos que mais estudam a matéria no país.

Quase ao fim de seu curso de Direito, fora participar de um juri em Patos, sua cidade, quando seu pai, o rábula Miguel Sátyro lhe teria dito que usasse a citação de alguns artigos do Código Penal e a sua inteligência que o resto seria positivo. Fez esta revelação durante um discurso, quando era governador da Paraíba para afirmar: "e o resultado foi dos mais alvissareiros, o que me deu forças para iniciar a minha carreira no mundo judicial".

Em todos os seus discursos políticos — quer em praça pública ou em ambiente fechado — jamais mudou o tom da sua linguagem de homem que fala fazendo citações de figuras eminentes ou de fatos reais. Sua voz não cai de tom, mesmo que o ambiente o exija. Sua autenticidade em todas as posições assumidas, tem sido uma característica marcante da sua personalidade de homem que venceu porque sempre soube o que quis.

Quando candidato ao Governo da Paraíba, pelo processo indireto, em 1970, algumas notícias indicavam que ele teria concorrentes ou seria eliminado do páreo. No entanto, jamais demonstrou qualquer dúvida quanto a indicação do seu nome, mantendo os mesmos argumentos pessoais de auto-defesa e o mesmo

tom de voz quando tinha de se dirigir ao público ou à imprensa. *Esta mesma* atitude se repetiu durante seu Governo contra os que lhe criticavam e, em 1974, quando lutou diuturnamente para apresentar o nome do seu sucessor, que foi seu ex-colega na Câmara Federal, Ivan Bichara Sobreira.

Coerente com seu temperamento e seus pontos de vista sem dar nem admitir receber maçadas, sempre se mostra um homem da mais absoluta pontualidade, dizendo de própria voz que "não dou nem gosto de receber impontualidades". Isto para ilustrar o seu alto sentido de cumprir os compromissos exigidos, o que sempre impôs em relação a si.

Sucessor de João Agripino Filho, se tornou, por força do cargo de governador o comandante da Arena no Estado, figura nova que veio a surgir no mundo político partidário depois da Revolução de 1964.

Integrante da antiga UDN e depois da Arena sucedânio daquele antigo partido, deve ser registrado que tanto ele como os seus companheiros de fundação daquela agremiação partidária em 1945, exerceram mandatos eletivos, inclusive de governadores da Paraíba, em que aparecem Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, José Targino, José Américo de Almeida, João Agripino Filho, e Ivan Bichara Sobreira, sendo, portanto, a maioria dos governadores da Paraíba fundadores da UDN, embora José Américo de Almeida tenha rompido com seu partido de origem e sido eleito pela coligação do PSD e PL, respectivamente Partido Social Democrático e Partido Libertador. Os demais continuaram coerentes com a política defendida em 45 para a queda do Estado Novo.

Entre mutias obras do governador Ernani Sátyro, podem ser citadas, o Centro Administrativo — sede de despachos do Governador e dos secretários de Estado, a Assembléia Legislativa do Estado, conclusão do Hotel Tambaú, início da pavimentação do Vale do Piancó, construção e inauguração de novas caixas D'água, aumento do reservatório dágua de Campina Grande, centro de estudos de solos de Areia, ampliação das salas de aula, transformação do jornal "A União" de departamento em empresa pública, com novos maquinários e sua implantação no Distrito Industrial de João Pessoa, dois estádios, um em João Pessoa e outro em Campina Grande, duas sedes da Ceasa nas mesmas cidades, criação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuária da Paraíba — Cidagro, sede da Unidade Administrativa do Estado em Patos, continuação da campanha de silos e armazéns para os agricultores, continuação da rodovia "Anel do Brejo" criação do departamento de eletrificação rural na Saelpa, além de outros empreendimentos que marcaram seu pulso de administrador.

Identificado como intelectual e jornalista desde o tempo da juventude, manteve nos jornais da cidade, inicialmente, e depois, apenas, em "A União", uma coluna semanal "Sempre aos domingos" em que abordava temas administrativos ou políticos partindo às vezes para a literatura, chegando até a fazer prestações de contas de atos do Governo, sendo a maioria destes trabalhos incluidos no livro com o mesmo título. Muitas vezes, gostava de revisar suas próprias matérias, temendo os erros de revisão. Sério, respeitado como poucos homens na Paraíba, a sua personalidade jamais foi confundida com a dos que fazem da política uma profissão, pois, sempre exerceu os seus mandatos com a mais absoluta seriedade da missão que buscava e conseguia nas urnas.

Antes da metade do seu mandato, houve o rompimento com o seu antecessor João Agripino Filho, havendo até a ausência de um quando o outro se fazia presente, durante a campanha política de 1974, quando a Arena sob os impulsos dessa divisão perdeu a eleição para o Senado da República, reelegendo-se Ruy Carneiro para o quarto mandato pelo MDB, sucedânio do antigo PSD. Quatro anos depois, em 1978, os dois se encontraram e formaram um pacto de união vindo para o mesmo palanque, no Estado, defender a candidatura indireta ao Governo do Estado do deputado federal Antonio Marques da Silva Mariz que veio a perder a indicação do seu nome na Convenção de quatro de junho de 1978, para o professor Tarcísio de Miranda Burity, até então distanciado das atividades político-partidárias.

Houve, muito antes, um outro desentendimento entre Ernani Sátyro e João Agripino. Esse foi em 1966, quando o então deputado federal Ernani Sátyro pretendia ser o candidato da Arena ao Senado e, o governador da época, João Agripino trabalhou a candidatura do economista Aloísio Afonso Campos que saiu vitoriosa na Convenção e perdeu nas eleições de 15 de novembro para o senador Ruy Carneiro que conquistou seu terceiro mandato, depois de haver perdido o governo do Estado, no ano anterior, para João Agripino.

Na época, — 1966 — Ernani Sátyro admitindo sair candidato ao Senado, chegou a comprometer sua votação para o candidato monsenhor Manoel Vieira. Levado o resultado da convenção dopartido à Brasília, o presidente Castelo Branco exigiu que ele fosse reconduzido à Câmara, o que lhe causou sérias dificuldades. Mesmo assim, com o empenho do governador João Agripino, em outras áreas que não às de Ernani Sátyro, conseguiu ajudá-lo no processo da sua reeleição. Empossado em 1967, chegou a líder do presidente Arthur da Costa e Silva, de onde se afastou após o recesso do Congresso Nacional de 1968, para ser nomeado ministro do Superior Tribunal Militar, onde se aposentou, para sair candidato em 1970, a governador da Paraíba, reiniciando, assim, o seu reencontro com a vida partidária, depois de um breve recesso in-

tegrando o poder judiciário militar.

Ernani Ayres Sátyro e Souza, nascido em Patos, Estado da Paraíba, no dia 11 de setembro de 1911, é portador de movimentado curriculum, sendo filho de Míguel Sátyro e Souza, antigo chefe político naquela cidade, e Capitulina Ayres Sátyro e Souza, sendo casado com dona Antonieta Sátyro, de quem tem três filhos todos bachareis em direito: Bertholdo Sátyro, Sileide Sátyro Ribeiro e Gleide Sátyro Sales. Fez o curso primário em Patos, o secundário no colégio diocesano Pio X e o superior na Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 1933, portanto, aos 22 anos, para dois anos depois se eleger deputado estadual Constituinte. Tem os seguintes trabalhos publicados: "O Quadro Negro" e "Mariana", romances editados pela livraria José Olympio editora. Discursos sobre o escritor paraibano Carlos Dias Fernandes, quando de sua posse na Academia Paraibana de Letras. Plaquete sobre o novo conceito da legítima defesa, trabalho elaborado logo após o Código Penal de 1940. Colaborou em vários jornais e revistas do país. Dez poemas seus figuram na "Antologia Brasileira de poetas bissextos contemporâneos" de Manuel Bandeira. Autor de ensaio sobre Cervante, Roussea, Diokens, Machado de Assis, José Lins do Rego, Luiz Jardim e outros publicados em suplementos literários e revistas especializadas do Rio de Janeiro. Tem três livros inéditos: "Dia de São José", romance; "O Canto do Retardatário", poemas. Publicou seu primeiro trabalho literário na revista Pio X, de que era diretor padre José Coutinho, em 1924, mediante concurso em que tirou primeiro lugar. É autor do prefácio das obras completas de Epitácio Pessoa, editadas pelo Instituto Nacional do Livro, mediante projeto de lei de sua autoria e do deputado Adroaldo Mesquita da Costa, encontrando-se seu estudo no volume "Pela Verdade".

Aqui vão seus depoimentos que, como dos demais governadores envolvem respostas políticas e administrativas:

> "Cheguei ao governo do Estado por decisão do Presidente Médici. Segundo me declarou o Presidente, no dia seguinte ao de minha escolha quando me recebeu em audiência, fui, desde o primeiro momento em que se cogitou de eleição indireta de governadores, o único da Paraíba. Nunca tive a menor dúvida sobre a escolha do meu nome, por vários motivos, dos quais destaco apenas os seguintes: 1) fui revolucionário autêntico desde de antes mesmo da deflagração do movimento. Fiz vinte e três discursos contra o regime de João Goulart, ora na Câmara dos Deputados, ora em concentrações públicas em diversos Estados, ora pelo rádio e pela televisão. 2) fui o único nome indicado pela

Arena da Paraíba. 3) era ministro do Superior Tribunal Militar. 4) o presidente Médici mandou, no dia 13 de fevereiro de 1970, que me aposentasse do meu cargo no Superior Tribunal Militar. A escolha somente se daria no dia 08 de julho. Durante todo esse tempo guardei o segredo das informações que tinha quanto à certeza de minha escolha. Outros nomes surgiam nas especulações da imprensa, nos boatos de ruas e nos conciliabulos dos gabinetes. Eu permanecia firme e calado, sem poder dar uma palavra que acalmasse meus amigos, pois o Presidente Médici me recomendava reserva. Foi assim, que cheguei ao Governo do Estado.

"Meu secretariado foi organizado por mim, sem imposição de ninguém, quer no plano federal, quer no Estadual ou Municipal. *Alguns dos nomes foram contestados em documentos reservados, de órgãos federais. Mesmo assim, resistí, com a minha autoridade de revolucionário e mantive as indicações.* As mudanças de secretários que ocorreram durante o meu Governo são fatos sem maior significação e por isso, deixo de esclarecer as razões, ora de natureza política ora de natureza administrativa. Não recebi pressão direta de ninguém. Todos nós governantes ou mesmo políticos no exercício de qualquer função, recebemos as pressões naturais do ambiente; dos acontecimentos, da imprensa, da opinião pública. É impossível, de resto em qualquer atividade pública ou privada, fugir a essas pressões. Posso dizer no entanto, que tanto quanto se possa resistir a elas, quando contrárias a nossa índole e a nossa vontade, eu resisti.

"Não vou dizer que fiz o meu sucessor. Mas o escolhido foi o meu candidato e por ele a Paraíba toda sabe que lutei decididamente, inclusive em audiência dramática com o presidente Ernesto Geisel, nas vésperas da escolha. Isso foi reconhecido pelo meu sucessor, em várias oportunidades, inclusive em discursos que tenho gravados e em declarações à imprensa, cujos recortes estão no meu arquivo. Com o correr do tempo apareceram muitos padrinhos ou tutores da candidatura do meu sucessor, havendo até jornalistas que se deixaram levar por essa onda. Para melhor esclarecimento peço que consulte o discurso que proferi

na Convenção da Arena, no dia 04 de junho de 1978.

"Não deixei a política, depois do exercício do meu mandato de governador. Fiquei, isto sim, sem mandato durante quatro anos, porque o presidente Geisel não permitiu que os governadores do meu tempo renunciassem aos seus mandatos, para se candidatarem a qualquer posto eletivo. Mantive no entanto meus contatos políticos, constante e persistentemente, tanto na esfera federal, como na estadual e municipal. E a prova disto é que consegui eleger-me deputado federal, com alguma dificuldade é certo, pois entrei praticamente na última hora, quando praticamente todos os colégios eleitorais do Estado estavam comprometidos com outros candidatos. A razão de minha demora em lançar-me candidato à deputação, é que, como se sabe, aspirava a um mandato de senador, o que não foi possível, por motivos conhecidos, inclusive porque perdi na votação realizada pela Convenção estadual da Arena.

"Considero ter realizado um Governo consoante com os meus princípios pessoais. É claro que deixei de realizar muita coisa que pretendia, do mesmo modo que realizei outras não previstas. De um modo geral, porém, creio poder afirmar que executei o programa de Governo elaborado cuidadosamente pela equipe de trabalho que convoquei, trabalhando com a minha supervisão. Muito devo a meus auxiliares por tudo aquilo que me foi possível realizar em benefício do meu Estado.

"Não pretendo voltar mais ao Governo do Estado. Nem pretendo nem poderia voltar. Todo homem público tem o seu momento. O meu era aquele e o momento chegou.

"Nesta altura da vida prefiro, evidentemente, o mandato legislativo, mesmo porque era o que estava ao meu alcance. A eleição dependia da vontade do povo e também de meu apoio a decisão. Para ser sincero, depois de ter sido legislador por muitos anos, magistrado — membro de um Tribunal Superior — e Governador do Estado, devo dizer que o melhor dos poderes, para o homem público é o executivo. Não se trata do amor ao poder pelo poder, e sim da possibilidade que se tem, como executivo de criar e executar. Já disse certa vez que o poder executivo é aquele em que o ho-

mem mais se aproxima de Deus, porque tem a capacidade de criar. Nada mais belo do que projetar, planejar, iniciar uma obra, vê-la crescer e depois concluí-la.

"Todo político, principalmente o verdadeiro político de carreira, político por votação e por destinação da natureza, tem as mais altas aspirações. Principalmente quando moços todos nós somos candidatos a Presidente da República. Confesso, porém, que jamais sonhei muito fora da realidade. Sou o homem que costuma olhar para as estrelas, mas, sempre com os pés plantados no chão. Nem sou otimista. Sou um realista, até onde o realismo pode conciliar-se com o idealismo.

"Considero-me realizado em parte. Quando o ser humano se considera plenamente realizado, em qualquer atividade, ele está começando a morrer. Só os espíritos fátuos costumam dizer que estão realizados. Enquanto nos pulsar nas veias um pouco de energia e nos povoar o cérebro um resto de imaginação, temos sempre alguma coisa a realizar.

"Não tenho nenhum fato extraordinário a mencionar, no campo político, durante o meu governo. O que houve de bom e de mau, de vitória ou de derrota, de benefícios ou malefícios, tudo ocorreu dentro de certa normalidade. Não houve revoluções, não houve terremotos, não houve seca, não houve maiores inundações. Quero salientar que, durante o meu governo não houve uma só prisão de natureza política, nem qualquer cidadão foi molestado pelo fato de me combater.

"Tenho dito sempre que política e administração são como corpo e alma. Devem andar sempre juntas, harmônicas e solidárias. Porventura a definição clássica de política não é a de que política é a arte de governar? Acrescentarei, portanto, que governar é a arte de fazer política.

"Nunca pensei em renunciar ao mandato de Governador nem houve ninguém que tivesse a ousadia de me aconselhar a isso.

"Posso adiantar, no entanto que sofri frustrações mas não importantes que delas me recorde agora.

"Sou democrata. Sou homem de centro, como se sabe no Brasil inteiro. Admito, porém, como admiti mais de uma vez, um regime de exceção, sempre que se tem em vista salvar o Brasil do cáos e

do comunismo. Esses regimes de exceção, hão de ser forçosamente transitórios e devem extinguir-se sempre que o perigo tiver passado. Não vou dizer que neste momento, esse perigo tenha passado inteiramente. Devemos, em todo caso, voltar ao exercício quanto possível pleno da democracia, principalmente com instrumentos de defesa ou salvaguarda, nos termos que se encontram na última reforma constitucional.

"Um julgamento sobre os políticos implica num julgamento da própria natureza humana. Há políticos bons e maus, como existem homens e mulheres bons e maus em qualquer outra atividade. As decepções com a humanidade são uma contingência natural da vida. De vez em quando estamos a nos decepcionar até com nós mesmos.

"Continuo atuando politicamente.

"Valeu a pena ser governador. Foi a concretização de uma de minhas aspirações essenciais. Realizei o que pude.

"O que desejaria é o que acabo de conseguir: voltar ao Congresso Nacional. Fui advogado durante muitos anos, mas não desejaria voltar à advocacia ao menos que dela necessitasse para viver. Não tenho mais a flexibilidade, a vivacidade, o dinamismo que se exige do exercício da advocacia. Não é que me faleçam, desculpe a imodéstia, as condições intelectuais. Falta-me o vigor físico e a disposição para esse tipo de atividade verdadeiramente fascinante. Exerço outras atividades, pois como todos sabem sou proprietário rural, agricultor e criador. Apenas dirijo minhas fazendas à distâncias, pois não disponho de tempo para delas melhor cuidar. Não é o tempo material, é o tempo psicológico, o mais importante de todos".

Hoje exerce, novamente, o mandato de deputado federal, eleito que foi nas eleições de 1978, tomando posse no dia 31 de janeiro de 1979, estando na presidência da Comissão de Constituição e Justiça.

Coerente com a sua resposta, "se fez o seu sucessor", chegou a escrever no jornal "A União", de 26 de maio de 1974, na sua coluna "Sempre aos Domingos", uma crônica sobre o candidato Ivan Bichara Sobreira.

Escrita a crônica, no dia 26 de maio de 1974, e, rompida a aliança entre os dois durante a campanha de 1978, o então ministro Ernani Sátyro candidato ao Senado pela votação indireta, der-

rotado na Convenção da Arena, pronunciou, nesta mesma oportunidade, no dia 04 de junho, um veemente discurso político acusando o seu aliado e escolhido de ontem, enquanto se incorporava à campanha do candidato à escolha pela convenção, deputado Antonio Mariz, que concorria com o candidato do governador Ivan Bichara Sobreira — seu secretário de Educação e Cultura Tarcísio de Miranda Burity.

Passado o processo da convenção que foi dos mais quentes, de quantos a Paraíba teve notícias, confessou em praça pública que mesmo discordando da candidatura de Ivan Bichara ao Senado, votaria na legenda da Arena, por ser um homem partidário, mantendo, assim, sua coerência política de muitos anos, o que é conhecido e propalado aos quatro ventos.

Depois de concluídos os pleitos direto e indireto, o já deputado federal, Ernani Sátyro se aproximou do candidato vitorioso Tarcísio Burity e passou a apoiá-lo na Câmara Federal e em outras áreas, onde o atual governador do Estado depende, quase sempre, do apoio dos que formam a representação da Paraíba, no Congresso Nacional.

Vai a seguir, publicada a crônica sobre Ivan Bichara:

"Ivan Bichara"
"(Brasília, 25, pelo telefone).

Para decepção de meus inimigos ou adversários de dentro ou de fora do partido, como queiram, sou um homem sereno. Até mesmo quando uso a emoção ou a energia, uso-as com moderação. Sempre procurei distinguir entre a força e a violência. A força pode ser legítima. A violência, não.

Pois é com essa serenidade que venho hoje falar sobre Ivan Bichara Sobreira. Conheço-o de longos anos. Era eu deputado estadual constituinte, em 1935, quando comecei a ler, em jornais da capital, artigos ou correspondências de um jovem colegial de Cajazeiras. Comentei, com Celso Matos, também deputado, o talento do moço cajazeirense, que defendia a tese de eleição de representantes sertanejos para a Câmara Federal. Depois, Milton Vieira, colega de Ivan no famoso Colégio Padre Rolim, me dizia:

— Ernani, preste atenção a Ivan. É um dos moços de maior futuro da Paraíba.

Os tempos correram. Vieram as lutas políticas. Ivan revelou-se um bravo na campanha da reconstitucionalização em 1945. Foi, muito jovem um dos fundadores da gloriosa UDN. A par-

tir de então é que nos aproximamos, numa amizade e confiança que perdura até hoje. Mesmo na grande luta de 1950, quando eu defendia a candidatura de Argemiro de Figueiredo e ele a de José Américo de Almeida, jamais as nossas relações pessoais sofreram qualquer abalo. É que as campanhas anteriores tinham criado laços tão fortes que uma divergência eventual, mesmo no caldeirão de uma batalha de ferro e fogo não conseguia destruir.

Passaram-se os tempos. Fomos candidatos a deputado federal na mesma chapa, o que, de certo modo, é pior do que ser candidato em partidos diferentes. É como briga de foice em quarto escuro com as portas fechadas. Tínhamos amigos comuns, que se inclinavam, ora por mim, ora por ele. Foi aí que se consolidou, definitivamente, a nossa amizade.

Sempre que ia ao sertão, Ivan se hospedava no velho solar que foi a residência senhorial de Miguel Sátyro, em Patos. Uma das vezes chegou de madrugada, com alguns companheiros, dona Capitulina o recebia como uma pessoa da família. Ele não era o competidor do seu filho, era antes de tudo o amigo do seu filho. E fomos ambos eleitos.

De uma das vezes, Ivan não conseguiu a reeleição, coisa que acontece a qualquer homem público, grande ou pequeno. Epitácio Pessoa perdeu para Gama e Melo, em 1896, a eleição de presidente do Estado. Perdeu também a eleição para deputado federal. E chegou à Presidência da República. José Américo perdeu uma eleição para senador. Um golpe de Estado não permitiu que fosse presidente da República. Rui Barbosa, o maior de todos, perdeu duas eleições para presidente da República. Por que Ivan não podia também, perder?

Um dia, convidando-me para almoçar no Palácio da Alvorada, como fazia quase todas as semanas, o grande presidente Castelo Branco me disse:

— Estou precisando de um homem de confiança para o Conselho Superior da Caixa Econômica Federal. O senhor tem alguma idéia?

— Tenho — respondi sem titubear.

— Quem é?

— É Ivan Bichara Sobreira, um dos paraibanos mais capazes, que infelizmente, não conseguiu reeleger-se para a Câmara dos Deputados.

— Pois mande chamá-lo — concluiu Castelo. — Tenho missão especial para ele lá na Caixa.

Do que foi a atuação de Ivan Bichara na Caixa Econômica, bem podem dar atestado quantos passaram por ela, a começar por Oswaldo Piercuceti. Agora mesmo, a propósito da sucessão governamental na Paraíba, o deputado Célio Borja, líder do Governo e da Arena, antigo diretor daquele estabelecimento de crédito e poupança, teve oportunidade de prestar o seu depoimento. Disse ele, a quem de direito, que Ivan Bichara foi um dos homens mais esclarecidos e capazes que passaram pelo Conselho da Caixa. E a sua atuação não se cingiu ao trabalho de um parecerista. Ele foi, acima de tudo, um executivo, principalmente, no que se refere aos problemas de habitação popular. A todo instante, a opinião de Ivan era solicitada pelo presidente da Caixa. E foram-lhe atribuídas, diversas vezes, funções administrativas.

Na Câmara dos Deputados, não foi um frequentador demagógico da tribuna. Quando aparecia, era com um estudo de profundidade. Sua ação voltou-se, de preferência, para as Comissões, onde sempre se impunha com um parecer seguro e lúcido.

Moramos juntos, numa época em que a vida em Brasília era uma aventura. Poeira, se fazia sol, Lama, se chovia. Enormes caminhadas, em busca de um restaurante. Estavamos sozinhos. Não havia condições para trazermos as famílias. Ivan, Raul de Góis e eu vivíamos como irmãos. Do mesmo modo como ainda vivemos, com o acréscimo de Fernando Nóbrega e Hiaty Leal.

Quando, porém, mais se estreitaram as nossas relações e mais profundamente conheci as suas virtudes e a sua capacidade de decisão, foi numa viagem que fizemos ao Oriente Médio e à Europa. Ivan, Mirtes, Antonieta e eu éramos inseparáveis. Juntos vimos tudo quanto tem a mostrar os descendentes dos fenícios. As belezas do Líbano, com Beirute à frente, com todas as características de cidade ocidental, o mercado de ouro de Damasco, na Síria. Andamos de camelo. Subimos e descemos as escadas íngremes e perigosas das pirâmides do Egito. Conversamos com os Faraós. Depois voamos para Atenas, onde passamos uma manhã inteira procurando desvendar mistérios das colunas imor-

tais de Acrópole. Paris, Roma, Suiça, Alemanha, Espanha, Portugal, esse foi o nosso roteiro.

Como sabem todos os turistas, dessas excursões em comum, ou se volta mais amigo ou se regressa inimigo. Nós voltamos mais amigos. Divergência de gosto, conflito de interesses, implicância das mulheres, tudo pode contribuir para malentendidos. Conosco tudo foi entendimento e compreensão. Quando surgia uma dificuldade, ele tinha sempre uma palavra de serena e eficiente decisão. Visitamos os mesmos museus. Percorremos as mesmas livrarias. Fomos às mesmas diversões. E nunca mais nos separamos. Somos até, Antonieta e eu, para honra nossa, padrinhos de casamento de uma das suas filhas.

Não foi só isso no entanto, que me levou, desde do primeiro instante, a apoiar o nome de Ivan Bichara como candidato a governador do Estado. Foi pincipalmente o conhecimento do homem público que ele é, competente, sereno, enérgico, capaz de continuar e renovar para melhor, com as características de sua personalidade, uma obra de Governo que não é minha, porque é acima de tudo, da Paraíba.

Jamais pensei em ter um sucessor que fosse a minha cópia, do mesmo modo que não sou a cópia de ninguém. Seja no campo administrativo, seja no campo político, ninguém é dono da Paraíba.

Ivan há de realizar, se Deus quizer, o seu próprio Governo. Vai pacificar a Arena paraibana. A sua escolha não representa a vitória de uma facção, e sim uma elevada inspiração de trabalho.

Ivan é também um escritor brilhante, autor de um dos melhores estudos que já foram feitos sobre a obra José Lins do Rego. O seu discurso, recebendo-me na Academia Paraibana de Letras, é também uma obra prima, em que pesem o exagero e a generosidade nos conceitos.

Que Deus o proteja, como me tem assistido até hoje.

Grande é a vida". (Livro "Sempre aos Domingos", 1978 – pág. 275).

Publicada a crônica, vão aqui alguns trechos do discurso do deputado Ernani Sátyro, pretendente a candidato ao Senado pelo processo indireto, em 04 de junho de 1978, quando lhe fugia

o apoio do então governador Ivan Bichara Sobreira, na Convenção da Arena:

"A primeira eleição do atual governador da Paraíba foi conseguida com a ajuda de minha família, ou, para maior clareza, de meu irmão Clóvis Sátyro. Muita gente na Paraíba, ou quase todo mundo talvez ignore isso, que me foi tantas vezes proclamado e repetido pelo beneficiário da ajuda.

Anos depois, quando foi derrotado na eleição de deputado federal, consegui do presidente Castelo Branco a sua indicação para membro do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal. Ele estava em desespero, porque os vencimentos do cargo que exercia eram insuficientes para sustentar a família numerosa. Tal foi sua emoção pelo meu gesto que, na minha eleição seguinte para deputado federal, lançou manifesto, em que proclamava os méritos e virtudes que em mim encontrava. No seu gabinete de trabalho, no Rio de Janeiro, havia uma cortina que evocava o meu romance "O Quadro Negro", com inscrição pintada pelas mãos de sua digníssima esposa.

Passaram-se os tempos. Vim para o Governo do Estado. Ao aproximar-se o término do meu mandato, lembrei-me, entre outras opções, do nome dele para me suceder. Nos últimos tempos tem saído aqui, nos jornais, versões de que apenas o apoiei por questão de habilidade, por se tratar de candidato forte, amparado por parentes poderosos, tanto no setor civil como militar. Nada menos verdadeiro. A inspiração do nome dele, foi minha, inicial e exclusivamente. Quem tiver boa memória estará lembrado de que, quando inaugurei o edifício da Assembléia Legislativa, muito tempo antes para se deflagrar o processo da sucessão, eu o trouxe para falar em nome dos antigos deputados federais, presidente que fora da nossa Assembléia.

Quando o senador Petrônio Portela aqui esteve, para ouvir as lideranças políticas, sobre os nomes a serem examinados pelo Presidente da República, empreguei toda a força de que dispunha, perante congressistas e próceres arenistas, para que o seu nome fosse o primeiro da lista. Mesmo assim, os seus parentes prestigiosos esquivavam-se de participar da batalha. Corriam os dias, e houve o momento em que se deu como certa que seria escolhido outro nome, pertencente a ala da Arena que estava

separada de mim. Fiz uma carta dramática ao general Reynaldo Almeida, apelando para que nos ajudasse naquele transe. Dessa carta, foi portadora a digníssima senhora do atual governador, que temeu entregá-la ao parente ilustre, tal a veemência de minhas palavras e tal o calor de minha exaltação.

E no momento final, tendo recebido aviso de um amigo, de que estávamos perdidos, voei para Brasília, depois de ter conseguido do exmo. sr. Presidente da República, através de ligação telefônica a segurança de que o problema não seria resolvido — e o seria no dia seguinte — sem que antes eu fosse ouvido em audiência, pelo chefe do Governo e do partido. O que foi o meu trabalho durante uma semana, entre Rio e Brasília, conversando, apelando para amigos, escrevendo memorial, percorrendo gabinetes e quartéis, a começar pelo o do Primeiro Exército — de tudo isso ninguém tem melhor e mais promemorizado conhecimento do que o atual Governador.

"Escolhida sua candidatura, em lances verdadeiramente dramáticos e cujo episódio mais vivo e emocionante, foi a minha audiência com o Presidente Geisel, regressei ao Estado para prosseguir os meus trabalhos à frente do Governo e ao mesmo tempo, preparar a vinda do candidato escolhido, em sua primeira viagem à Paraíba. Do que foram os seus pronunciamentos na imprensa escrita e falada, bem podem dizer os jornais e gravações em meu poder. Em Cajazeiras, na praça pública, ele rememorou episódios os mais calorosos de minha luta, inclusive, o que lhe informou o Presidente Geisel, sobre o que eu dissera à sua excelência na histórica audiência.

Veio a eleição, aproximava-se a posse. Depois de ter ouvido do meu candidato as mais emocionantes declarações de gratidão, de apreço e de solidariedade, só podia acreditar na firmeza e sinceridade dessas afirmações. Um dia, em Cajazeiras, uma senhora inteligente, me perguntou espantada, se eu confiava nele. Ao responder que sim, ouvi esta réplica: "pois aqui, ninguém confia".

Não procurei intervir na escolha dos seus auxiliares. Não me cabia fazer isso. Pedi-lhe apenas, que contemplasse, entre os futuros secre-

tários, um parlamentar que por ser meu parente próximo não podia pleitear a releição. Desatendeu ao meu pedido sob a alegação de que, se o fizesse, a outra ala, precisamente a que combatera fortemente, o seu nome podia não gostar e fazer exigências. Comecei a ver então outros sinais que se desenhavam no horizonte. Ia vendo e fazendo que não via. Empossado não mais me fez aquelas declarações de gratidão, apreço e solidariedade. Procurando iludir-me a mim mesmo, eu recordava palavras passadas: "a única coisa que quero mostrar a você é que sou um homem grato". Ou então: "terminado o meu Governo, minha aspiração é fazer você senador pela Paraíba".

Não cansarei esta convenção com a narrativa do que tem sido os seus atos de hostilidade, isto será feito, no momento oportuno, se ele ousar apresentar-se como candidato ao Senado. Esta ainda não é a hora do diagnóstico definitivo e implacável de uma enfermidade moral e política. Essa hora chegará".

Resultado daquela convenção: os dois candidatos do "Acordo de Brasília" — Antônio Mariz para Governador e Ernani Sátyro para o Senado perderam por 28 votos para Tarcísio Burity (Governador) e Milton Cabral (Senador), sendo o último reeleito no dia 1º de setembro de 1978.

IVAN BICHARA SOBREIRA

De temperamento reconhecidamente moderado, o ex-governador Ivan Bichara Sobreira nasceu no Oeste da Paraíba, na cidade de Cajazeiras, no dia 24 de maio de 1918, sendo filho de João Bichara e Hermenegilda Bichara Sobreira. É casado com a senhora Mirtes de Almeida Sobreira, tendo os seguintes filhos: José Humberto, engenheiro civil; Ivan Bichara Sobreira Filho, economista; Maria Lavínia formada em Letras Anglo-Saxônicas; Joanine Sobreira, engenheira química; George Victor, geólogo; José Augusto, desenhista industrial e Paulo Martinho, engenheiro civil.

Com uma vida política sem maiores agitações, foi diretor do jornal "O Norte", na década de 1950, depois de eleito deputado estadual à Constituinte do Estado, em 1947, sendo posteriormente reeleito e eleito presidente da Assembléia Legislativa durante todo o Governo do ministro José Américo de Almeida, deputado federal em 1954, perdendo as eleições de 1958, para voltar ao Estado, na qualidade de candidato indireto ao Governo, em 1974, empossando-se no dia 15 de março de 1975, em cujo discurso de posse, disse como primeiras palavras:

> "Presto este juramento com quem faz uma declaração de amor. De amor à Paraíba, doce e forte terra mãe, a quem espero servir com honra, dedicação e lealdade.
>
> "Por ela e para ela estou aqui, cumprindo um comando do destino, que para mim tem um nome, o nome de Deus, Pai Onipotente, Criador do céu e da terra, das coisas visíveis e invisíveis.
>
> "Não a pleiteei, pois honra não se pede. Mas recebendo esta missão, a mais alta a que pode aspirar qualquer um de nós, posso dizer aos paraibanos que tudo farei para não perder um só dia destes quatro anos, que serão consagrados não só aos superiores interesses do Estado, como àqueles nossos conterrâneos que só precisam de estímulo para não ficar à margem das conquistas sociais e econômicas do nosso tempo.
>
> "Receberei, logo mais, na praça pública, o bastão de comando das mãos honestas e diligentes do Governador Ernani Sátyro, a quem fica a dever a Paraíba soma inegável de obras e serviços espalhados pelos quatro cantos do Estado. A Paraíba saberá, sempre, fazer justiça ao eminente paraibano que terei a honra de suceder na Governança do Estado". Em outro trecho do seu discurso se identifica como jornalista e prevê alguns pontos que considerava essenciais ao seu Governo:
>
> ... "Homem de jornal, darei o apreço necessário à crítica honesta e oportuna, pois quero governar à luz do sol, sem mistérios, sem subterfúgios e sem sombras, a exemplo da tradição paraibana de seriedade e de espírito público dos seus governantes".

Durante seu Governo estimulou os mais variados setores, tanto o primário — como acentua em uma das suas mensagens à Assembléia Legislativa e nas respostas enviadas para este trabalho

— como o de Educação e Cultura com o que teve especial carinho e veio a oferecer condições para seu Secretário desta pasta, professor Tarcísio de Miranda Burity, ser indicado seu sucessor, com quem parece haver esfriado as relações políticas (sem afastamento pessoal), o que aconteceu nos três últimos Governos da Paraíba - João Agripino Filho, Ernani Sátyro e o próprio Ivan Bichara — entre sucessores e antecessores.

Candidato ao Senado Federal nas eleições de 1978, entende pelas suas próprias palavras (adiante publicadas), que foi derrotado pelas medidas adotadas pelo Governo federal e que ficaram conhecidas como o "Pacote de 14 de Abril" de 1977, embora ele tenha obtido 39 mil votos a mais do que o candidato da oposição, o então deputado federal Humberto Lucena que, segundo a imprensa da época, teria recebido votação da ala comandada pelo ex-governador João Agripino Filho e pelo deputado Antônio Marques da Silva Mariz derrotado na convenção da Arena, pelo professor Tarcísio de Miranda Burity, fato que ainda vem sendo explorado, como uma consequência do ex-governador Ivan Bichara Sobreira não haver aceitado "O Acordo de Brasília", a que também faz referência.

A seguir, o seu próprio depoimento, como retrato de sua personalidade e da sua atuação como Governador e homem de reconhecido temperado moderado:

> "Não fiz política estudantil. Na Faculdade de Direito do Recife, em 1945, participei do movimento pró-redemocratização do país. Fui orador da minha turma (1945) na homenagem a Demócrito de Souza Filho. Deputado estadual em duas legislaturas (1947 a 1954) e Presidente da Assembléia Legislativa nos anos de 1951 e 1952. Deputado Federal de 1955 a 1959.
>
> "Ingressei nos quadros da UDN em 1945, elegendo-me por esse partido. No Governo Oswaldo Trigueiro, a UDN dividiu-se em duas correntes: a de José Américo e a de Argemiro de Figueiredo. No segundo mandato já pertencia ao Partido Libertador, tendo sido eleito Deputado Federal por este.
>
> "Dentro do processo estabelecido pela Revolução, o ex-governador Ernani Sátyro coordenou a indicação do meu nome, para isso, obtendo o apoio do partido e da bancada federal e estadual. Empenhou-se a fundo nessa luta em Brasília. Devo dizer à bem da verdade, que recebera por um amigo comum, *a informação de que o Presidente Ernesto Geisel já havia falado, duas vezes, antes de tudo isso, na possibilidade de ser eu escolhido como candidato*

ao Governo da Paraíba. Isso só ocorreu, é certo devido ao empenho do ex-Governador".

O ex-governador Ernani Sátyro, sempre se apresentou como tutor daquela candidatura, o que fez por várias vezes, em crônicas publicadas sobre o ex-Governador Ivan Bichara Sobreira, e em seu discurso, na convenção da Arena, em 4 de junho de 1978, quando defendia a candidatura do deputado Antônio Mariz ao Governo do Estado e sua própria ao Senado pelo processo da eleição indicação, enquanto o ex-governador Ivan Bichara Sobreira trabalhava pelos nomes de Tarcísio de Miranda Burity para o Governo e do Senador Milton Cabral para reeleição pelo sistema indireto.

E enumera algumas de suas obras, consideradas importantes:

> "Estimulei a prioridade efetiva pelo setor primário. Cuidei da agricultura, dando assistência real aos principais produtos do Estado. Trouxe para o nosso Estado o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, graças ao apoio do Presidente Ernesto Geisel, Organizei uma malha de cooperativas de produção que foi a coisa mais séria que já se fez na Paraíba em defesa do produtor do algodão.
>
> "Consegui a implantação de seis projetos do Polonordeste e igual número do Projeto Sertanejo nas diversas regiões do Estado. Construi mais de 300 açudes de pequeno e médio portes.
>
> "Construi mais de mil novas salas de aula. Deixei a Paraíba com uma rede de estradas pavimentadas que coloca o nosso Estado numa posição privilegiada não só no Nordeste como no Brasil. Cito as as principais estradas: a complementação da Redenção do Vale, iniciada na administração anterior; Pirpirituba-Bananeiras; Cajazeiras—São José de Piranhas—Monte Horebe—Bonito de Santa Fé; Belém-Araruna, a ligação com o Rio Grande do Norte até Passifica; Catolé do Rocha-BR-230.
>
> "Construi mais de 8.000 casas populares pela Cehap e pelo Ipep.
>
> "Dei inegável apoio ao setor industrial, criando dois novos distritos para João Pessoa e Campina Grande. Dei início, de forma real ao problema de exportação dos minérios em nosso Estado.
>
> "Dupliquei os serviços de abastecimentos dágua em João Pessoa, Campina Grande, Patos e Caja-

zeiras. O mesmo trabalho com relação ao saneamento básico (esgotos sanitários) em Campina Grande e João Pessoa. Estendi o serviço de saneamento a 10 cidades do interior e completei mais de 50 novos serviços de abastecimento dágua. São obras de infra-estrutura social (habitação, água, saneamento), da maior importância. Para isso, tive de tomar empréstimos a organismos do Governo federal.

"Fala-se como se fosse uma catástrofe, na dívida do Estado. Mais de 80% dessas obrigações (habitação e saneamento) estão escalonadas para pagamento em períodos que vão de 15 a 18 anos. Só se realiza alguma coisa com coragem e fortaleza de ânimo. Não são ooras de fachada. Reconheçam ou não o meu esforço, fiz o que achava de mais útil para o povo.

"Selecionei os integrantes do meu secretariado por livre escolha. Houve mudanças em algumas Secretarias mas nenhuma delas ocorreu por pressão política.

"Dentro das normas da Revolução, coordenei a indicação do meu sucessor. Reuniu-se a bancada federal (7 dos 9 representantes) e indicou, com o apoio de 85% do Diretório Regional da Arena, o nome do Senador Milton Cabral em contraposição à candidatura Antônio Mariz surgida do "Acordo de Brasília". Lutei por essa solução até o fim. Estão aí o ex-Presidente Ernesto Geisel, o Senador Petrônio Portela (*) e outras destacadas figuras do partido para atestarem a correção de minha conduta. Não tenho sorte: o senador Milton Cabral levantou dúvida quanto à minha correção. Com o impasse surgido entre os dois candidatos acima citados, o que era previsível, no final, surgiram outros nomes e, por fim, o do professor Tarcísio de Miranda Burity.

"Deixei o comando político do partido, que passou, como é natural, para o novo Governador. Desencarnei e não quero ficar fazendo assombrações. Isso não significa eu tenha deixado a política. Tenho, pelo menos, a obrigação de defender a minha administração. É o que farei pelos instrumentos de que puder dispor.

"Disputei a eleição de senador e perdi, apesar de ter obtido 39.000 votos a mais do que meu compe-

tidor. O pacote de abril beneficiou o MDB...

"Claro que sofri pressões. Se não me engano, o Presidente Kennedy disse, certa vez, que governar é disciplinar pressões... Em tudo só tinha uma preocupação: encontrar a solução que melhor atendesse aos interesses do Estado e à paz política.

"Fiz um Governo voltado pra os objetivos a que me propus: atingir o interior, as populações mais necessitadas.

"Não voltaria ao Governo do Estado, por hipótese alguma. Basta uma vez. Chega, como diz a canção e é demais para o meu coração.

"Acho que o exercício do executivo dá a sensação de que participamos, efetivamente, de alguma coisa que está sendo criada pelo nosso esforço ou pelo esforço comum por nós coordenado. Disputei a eleição para o Senado por obediência à decisão do partido. Fiz tudo para não ser candidato Perdi. Não me queixo de ninguém. Adianta protestar contra as peculiaridades da natureza humana? Em política, então, é preciso ser muito ingênuo para não contar com as surpresas eleitorais...

"Tenho a convicção de que se não fiz o que sonhei, fiz o que pude. Honrei a confiança do Presidente Ernesto Geisel, não deslustrei a tradição de honradez da vida pública da Paraíba e cumpri, minuto a minuto, o mandato que me foi outorgado.

"As eleições municipais de 1976 foram realizadas num clima de respeito e de garantias gerais. Outro fato importante: a escolha do governador Tarcísio Buriti pela convenção. Um jornalista faccioso disse que eu havia usado meu cargo para cabalar votos. É mentira. Não nomeei ninguém, não subornei ninguém, não pressionei ninguém.

"Não quero fazer um auto-julgamento. Penso que procurei realizar o bem comum. O resto viria e virá por acréscimo.

"A distância entre o que sonhei e o que realizei é o começo da frustração. Consola-me saber que não fiz pose do governador. Governei mesmo. Criei. O tempo dirá.

"É inteiramente impossível em poucas linhas opinar sobre a democracia. Claro que desejo a democracia na sua plenitude, pois isso representa a defesa da pessoa humana, dos direitos fundamentais, da liberdade como o bem supremo sem esquecer a contrapartida da responsabilidade.

"Não me decepcionei com a vida pública. Ao contrário: vi na Paraíba uma geração nova, responsável, capaz, com largo espírito público. Exemplo: os que integravam o quadro da administração e muitos outros que, mesmo sem *cargo público*, cooperaram e ajudaram com amor e dedicação. Quanto aos políticos, também não me descepcionaram. No final das contas eu estou no meio deles..."

Se desejaria continuar atuando politicamente, diz que:

"Desejava ser compreendido. Sei que cometi erros; sei que tive falhas e defeitos. Acho, entretanto, que governei a Paraíba com lisura, com dignidade, com amor, sem vaidade e sem orgulho. Podem dizer que não realizei uma grande administração; que deixei de fazer isso ou aquilo, mas não podem negar ter eu servido às altas funções que me foram confiadas com probidade, com decência, com honra. Isso eu defenderei até o último instante, pois mais importante do que as posições é o sentimento de honra; mais importante do que ter prestígio, é ter vergonha; é poder olhar seu povo face a face".

DORGIVAL TERCEIRO NETO

Sem participar de política, efetivamente, chegou num espaço de quatro anos a Prefeito da Capital, Vice-Governador e Governador do Estado, embora fosse — como ainda o é — um homem de temperamento forte, duramente franco e considerado até alheio à política sempre dizendo "não quero nada com isso".

Quando redator do jornal "A UNIÃO", evitava, o que mais que podia, contatos com deputados ou outros líderes políticos, sendo do conhecimento do pessoal de sua época naquela folha (década de 50) que muitas vezes saía da redação do jornal ou procurava ocupações inexistentes — como pesquisas e outras — para não conversar sobre política, arte de que sempre discordou.

Depois de exercer os mais variados cargos de confiança, inclusive de Secretário do Tribunal de Justiça, Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, diretor do Banco

do Estado, procurador do DER, chega a Prefeito da Capital e ao Governo do Estado, confessando em suas respostas que vão adiante incluídas que *"fui empurrado para tudo isso, sem querer e sem pedir".*

Em 1980 teve seu nome cogitado para Reitor da Universidade Federal da Paraíba. Desta vez não foi "empurrado", porque fez finca-pé e declarou alto e bom som que não aceitaria, como aceitou os demais convites *"sem querer e sem pedir"*. São reconhecidos o seu talento, sua cultura e visão de homem que sempre leu profundamente sobretudo coisas do campo e da agricultura, sendo apaixonado pelo folclore e a poesia da vida rústica do interior.

Como governador do Estado (14.08.1978 a 15.03. 1979), por mais de uma vez dispensou as honrarias ou a segurança da Casa Militar, a que tinha direito, andando no carro quase só, com um assistente e o motorista. Não foi jamais flagrado dando entrevistas promocionais ou áquelas, em que o Governador em geral, convoca a imprensa para falar dos seus objetivos políticos ou desmentir problemas levantados sem que existam. Sua modéstia já chegou a ser admitida por um psicólogo de João Pessoa (não admite ser identificado) como anormal, podendo representar um estado d'alma do passado com um problema psicológico de exigir viver sem ser sentido pelos seus semelhantes.

Com uma franqueza quase rude - nisto parecido com o Ministro José Américo de Almeida — prefere hoje, como sempre o preferiu no passado, ouvir cantadores de violas, versos improvisados, estórias do sertão, a ter que suportar as longas e cansativas conferências sobre sociologia, administração pública e a filosofia política, pois, homem nascido no Cariri (Taperoá) e ali vivendo boa parte de sua juventude, se afinou com as coisas do campo, mantendo sua sensibilidade de talvez um poeta recolhido que ainda não quis se revelar.

Pulso forte, modernizou a administração da Prefeitura de João Pessoa, quando chegou a impor cobranças de impostos municipais de palacetes que não pagavam aquelas obrigações a decênios, sem temer pressões porque entendia que estas jamais iriam provocar sua renúncia à chefia da edilidade. É um técnico inconfessado, segundo palavras do engenheiro Paulo Souto que, quando foi feito o projeto para o Banco do Brasil financiar as obras do viaduto "Terceirão", os argumentos e os termos foram tão convincentes que o Banco do Brasil passou a usar o projeto de financiamento para Prefeitura de João Pessoa, como modelo para outras cidades.

Nascido em Taperoá, no dia 12 de setembro de 1932, Dorgival Terceiro Neto é filho de Melquiades Vilar e Eliza Vilar,

sendo bacharel em Direito, casado com a senhora Marlene Muniz Terceiro Neto, tendo os seguintes filhos: Germana Muniz Terceiro Neto, Dorgival Terceiro Neto Júnior e Adriana Muniz Terceiro Neto.

Seguem suas respostas:

> "Fui presidente do diretório estudantil da UDN em 1951 e presidente da Casa do Estudante da Paraíba em 1953, por eleição dos integrantes das aludidas entidades.
>
> "Na vida pública, fui prefeito de João Pessoa, nomeado em 1971, renunciando nos primeiros dias de julho de 1974.
>
> "Por eleição indireta, fui Vice-Governador do Estado, tomando posse no dia 15 de março de 1975.
>
> Participei unicamente da UDN e, em seguida da Arena, como convidado do Governo escolhido, Ivan Bichara Sobreira".

No tocante à administração, depois que assumiu o Governo do Estado, cita as seguintes obras de sua gestão de 7 meses:

> "Continuação e término da pavimentação do trecho rodoviário Monte Horebe-Bonito de Santa Fé. Pavimentação da rodovia BR—230—Taperoá. Continuação das obras de pavimentação da rodovia Teixeira—Patos, iniciada no final da gestão de Ivan Bichara Sobreira e ainda por concluir na administração Tarcísio de Miranda Burity. Início das obras de pavimentação do trecho rodoviário Princesa Isabel—Tavares. Continuação das obras de pavimentação das rodovias Pilões—Areia, Alagoa Nova—Lagoa Seca, Guarabira—Alagoinha, Queimadas—Boqueirão, iniciadas, igualmente no Governo Ivan Bichara Sobreira, devendo ser concluídas na administração Tarcísio Burity. Construção da linha de transmissão entre Coremas e Ipatoranga, com 46,8 Km. Conclusão da construção de oito colégios estaduais e construção de 86 grupos escolares em municípios do interior, com recursos oriundos de programas federais. Construção de 39 centros de saúde e 100 postos para atendimento à comunidades rurais, também com recursos repassados pelo Governo Federal. Instalação de 10 laboratórios de saúde pública em cidades do interior. Eletrificação de três Distritos no interior do Estado. Instalação de 13 abastecimentos dágua singelos em comunidades do interior, Conclusão de obras de construção

de sete Centros Sociais Urbanos. Construção de seis açudes públicos, Elaboração de estudos de zoneamentos da Paraíba, para oportuna inclusão em programas de reflorestamento compatíveis com as diversas áreas do Estado. Criação do Distrito Industrial de Santa Rita para micro-empresas. Criação do Distrito Industrial de Cajazeiras''.

Quando à composição do seu Secretariado, diz:

''Não houve mudanças, porquanto iria apenas completar por sete meses o período do Governo Ivan Bichara, cujo sucessor já estava escolhido, não sendo, portanto, feito por mim''.

Se deixou política, ao sair do Governo, aduz:

''Sim. Porque é atividade muito difícil de ser exercida, enquanto tiver como objetivo o interresse, apenas eleitoral de grupos ou de pessoas, que só advogam e pedem nomeações, remoções, sempre em confronto com outros ou personalidades atuantes.

''Não exerci outro mandato eletivo ao deixar o Governo.

''Nunca exerci pressão política para valorizar mais ou minimizar o desempenho político ou administrativo de nenhum líder. Mas quase todos tentaram, sem maiores resultados, pressionar o meu Governo para obter mais atenções em detrimento dos opositores que tinham dentro da mesma facção política''.

Se fez um Governo coerente com seus princípios:

''Até certo ponto, apenas, porque na verdade gostaria em relação a determinados atos e providências, de agir diferentemente, sem transigir mesmo, o que nem sempre é possível para não agravar a convicência política.

''Em nenhuma condição, gostaria de voltar ao Governo do Estado''.

Sobre o mandato executivo e legislativo:

''Um e outro podem ensejar condições para um desempenho, mas como não sou político, não tenho preferência por nenhuma forma de mandato. Ademais, a conquista de um mandato eletivo, representa também uma disputa econômica, nem sempre ao alcance de quem pleiteia votos.

"Nunca tive aspirações políticas. Acredito até que o meu destino foi violentado. Pretendia ser agrônomo e terminei bacharel em direito. Quis ser apenas advogado, mas fui chamado muitas vezes a desempenhar cargos que me impediram, intermitentemente, de exercer a advocacia em sua plenitude. Depois, resolvi ser Juiz, mas quando ia fazer o concurso, Mário Moacir Porto me convocou para a sub-Secretaria do Tribunal de Justiça e em seguida para Secretário Geral da Universidade Federal da Paraíba que ajudei a instalar, como órgão federal, na gestão daquele extraordinário jurista e homem público. Fui diretor do Banco do Estado da Paraíba, sem ter vocação para banqueiro. Fui Prefeito de João Pessoa, quando não almejava sequer, ser vereador na minha terra. E, ao final, fui vice-Governador rendendo-me a um convite do Governador Ivan Bichara Sobreira. *Fui empurrado para tudo isso, sem querer e sem pedir".*

Se se sentiu realizado no Governo, depõe:

"Não, porque a temporariedade do exercício não ensejou condições para iniciativas e providências que em prazo mais longo poderiam ser tomadas. Do mesmo modo que não me considero realizado como prefeito que fui de João Pessoa, porque em três anos e três meses muito esforço e recursos foram consumidos apenas em planejamento e projetos que ainda hoje presidem as ações administrativas na Capital".

Fatos políticos importantes:

"A isenção com que me conservei diante do pleito eleitoral de 15 de novembro de 1978. Colaborei, como podia, mas sem comprometer a administração estadual. Ressalvo que o candidato ao Senado, pela Arena, o ex-Governador Ivan Bichara em momento algum pretendeu que outro fôsse o comportamento do seu substituto.

"Preferí administrar o Estado, apenas, fazendo somente a política em benefício do progresso econômico e social do Estado, que resultaria, afinal de contas, em serviços ao partido".

Se desejou renunciar ou fôra aconselhado:

"Não, porque não sou de renúncia. Enfrento qualquer situação sem arredar o pé dos compromissos. Sei resistir".

Se sentiu alguma frustração no Governo:

"Muitas, especialmente, por não poder atacar

problemas cuja solução é óbvia, mas depende de recursos sempre escassos ou inexistentes".

Sua opinião sobre democracia:

"A democracia é uma concepção de soberania popular. Deve ser desenvolvida, praticada, exercida, para alcançar o padrão desejado. Mas enquanto todo o povo não for suficientemente instruído e economicamente fortalecido, suas manifestações poderão estar comprometidas pelas necessidades e emoções do meio em que vive, por isso mesmo, as escolhas poderão não ser as melhores. Admito a exceção, quando não for baseada em buscas ou lutas pelo poder, mas tão somente para impedir males e sacrifícios intoleráveis no presente e para o futuro. A faculdade de escolher dirigentes deve sempre estar com o povo, que, ao longo do tempo, e na medida em que se instrui e adquire melhor condição de vida, vai se determinando em suas preferências, fugindo do direcionamento muitas vezes imposto pelos outros.

"A autêntica soberania popular só poderá ser alcançada com a democracia plena, mas para chegar a tanto é necessário que os padrões e métodos se aperfeiçoem, como já destaquei".

Sobre seu juizo dos políticos e decepções:

"Já tinha juizo formado a respeito de todos quantos atuam na política paraibana. Quanto à decepções com a vida pública, quem não as tém? Entretanto, o conhecimento que se tem de cada militante político já contribuiu para reduzí-las, ou pelo menos impedir que a cada instante a gente se surpreenda".

Se continuaria atuando, politicamente:

"Não. Por falta de gosto pelo Poder, que é sempre uma tônica de quem faz militância política.

"Valeu e não valeu a pena ser Governador do Estado, por razões que já considerei, anteriormente".

Hoje, só deseja:

"Voltar ao meio rural para o desempenho de atividades que exerci na juventude e que ainda hoje me prendem às origens".

TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY

Distanciado do processo político partidário, chega ao Governo do Estado, a 15 de março de 1979, o professor Tarcísio de Miranda Burity nascido em João Pessoa, no dia 28 de novembro de 1938, sendo o único pessoense a assumir o Governo neste século. O outro Governador do Estado, nascido nesta cidade, foi Antônio Alfredo da Gama e Melo que dirigiu a Paraíba de 1896 a 1900 quando foi substituído pelo sertanejo José Peregrino de Araújo.

O atual Governador é filho do cientista Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity e dona Maria José de Miranda Henriques Burity, casado com a senhora Glauce Maria Navarro Burity, tendo os seguintes filhos menores: Tarcísio, Maurício, Leonardo e André Luiz, se tornando chefe do Poder Executivo do Estado aos 41 anos, depois de eleito no dia primeiro de setembro de 1978.

Sempre foi professor universitário de mais de uma cadeira da Universidade Federal da Paraíba, além de integrante de bancas examinadoras das Universidades Federais da Bahia e de Pernambuco.

Estudioso dos problemas nordestinos, especialmente, econômicos, sempre se revelou um espírito dedicado aos estudos mais sérios e à música clássica sendo autor de algumas produções. Tarcísio de Miranda Burity se tornou Secretário de Educação e

Cultura no Governo Ivan Bichara Sobreira, no dia 15 de março de 1975, para chegar a Governador — objetivo fora de suas cogitações.

É formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, tendo ainda os cursos de Sociologia, a nível de pós-graduação feito durante um ano, na Universidade de Poitiers—França, de Doutorado em Ciências Políticas no Instituto Universitário de Estudos Internacionais de Genebra, na Suiça.

Quando foi convocado para a Secretaria de Educação e Cultura exercia as funções de professor de Filosofia do Direito da UFPb; e de História da Educação da mesma Universidade e professor de Direito Público no curso de pós—Graduação a nível de mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, secção da Paraíba por indicação do seu presidente nacional, professor Miguel Reale.

Participou nos Estados Unidos, do Curso de Treinamento para Professores e Administradores de Universidades, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades do Brasil e a Universidade de Houston no Texas. Foi convidado oficial do Governo francês para visitar instituições do Ensino Superior da França.

Entre outras funções, exerceu as de Presidente do Conselho Estadual de Educação, Presidente do Conselho Estadual de Cultura, membro do Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco a convite do professor Gilberto Freyre, membro da Ordem dos Advogados secção da Paraíba, Promotor Público da Paraíba, chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba, Diretor da Faculdade de Direito da UFPb, Fundador e Coordenador do Curso de pós-graduação em Direito, membro da Comissão de Avaliação dos Diplomas Estrangeiros no Conselho Superior do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Com vasto curriculum, além de medalhas e menções honrosas, tem alguns trabalhos publicados como: "Direito e Fato na Ordem Jurídica Internacional" in Revista dos Tribunais de São Paulo; "Mar Territorial Brasileiro de 200 Milhas" in Revista "Jurídica" do Ministério de Indústria e Comércio; "A Concepção Kelseniana do Direito Internacional Costumeiro", em Anais do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e "A Democracia Brasileira" — trabalho apresentado na Adesg—Rio de Janeiro, em reunião nacional.

Tão logo assumiu o Governo da Paraíba, impôs nos primeiros dias da administração a austeridade financeira que sentia ser necessária para poder cumprir um longo programa administrativo, a considerar que iniciou o Governo no final do primeiro trimestre de 1979 (15 de março), quando as verbas desse período já

estavam totalmente comprometidas e, ele iria trabalhar nove meses restantes do primeiro ano com um orçamento elaborado e aprovado pelo Governo anterior, o que indiscutivelmente lhe tirava os poderes de maior avanço em termos administrativos.

Sem qualquer militância político—partidária até a data da indicação do seu nome, surgiu candidato ao Governo da Paraíba, de maneira surpreendente, depois de ter havido os mais profundos desentendimentos entre duas alas da Arena — partido em vigor — para que a apresentação do nome viesse a receber o referendum do Palácio do Planalto.

Na época surgiram dois candidatos — o Senador Milton Bezerra Cabral e o deputado federal Antônio Marques da Silva Mariz. Este último apresentado pelos que fizeram o discutido "Acordo de Brasília" (um acordo político fechado) de que participaram o próprio candidato a candidato, o deputado federal Álvaro Gaudêncio e os ex-governadores estaduais João Agripino Filho e Ernani Sátyro. Era pelo acordo, garantida a cadeira de senador indireto para o último e a cadeira de senador direto para o então Governador Ivan Bichara Sobreira que centralizaria as lideranças do partido, sendo considerado imbatível.

Até então, havia desentendimentos entre os ex-governadores João Agripino Filho e Ernani Sátyro que se reaproximaram em função das eleições do deputado Antonio Mariz ao Governo do Estado e de Ernani Sátyro ao Senado. Embora, o então governador Ivan Bichara Sobreira tivesse sua eleição garantida para o Senado, não aceitou o acordo.

A imprensa da época (1978) registra que o ex-governador Ivan Bichara Sobreira assessorado pelo então presidente do diretório regional da Arena, deputado Waldir dos Santos Lima e pelo deputado federal Wilson Leite Braga, discordou radicalmente da proposta, passando a defender a candidatura do Senador Milton Cabral ao Governo "até o último instante" conforme suas declarações em página anterior.

Deflagrada a luta, tanto na Paraíba como em Brasília, onde, finalmente, seria decidido o problema, o então governador Ivan Bichara Sobreira reiterou seu apoio ao senador Milton Cabral e admitiu, em uma das suas entrevistas que poderia sair o "tertius" quando passou a haver dúvidas sobre quem seria.

Depois da mais acirrada luta entre os candidatos a candidatos o empenho pessoal de cada uma das lideranças em defesa dos seus pontos de vista, veio de ser anunciada com surpresa geral para a classe política do Estado, o nome do professor Tarcísio de Miranda Burity que recebeu a notícia da escolha do seu nome, além da meia noite, passando no dia imediato a ser a figura centralizadora de todas as atenções inclusive, do presidente do Diretório da Arena, Waldir dos Santos Lima que lutava para sair candidato a vice-governador, sendo à época, indicado, apenas, pela sua vonta-

de pessoal apesar de dizer aos quatro ventos, que o então governador teria compromissos com ele, o que jamais foi desmentido.

Em sua primeira viagem à Brasília para receber, oficialmente a confirmação da indicação do seu nome, o já escolhido candidato Tarcísio de Miranda Burity declarou que seu Vice-Governador seria homem que afinasse com ele mentalmente, e fôsse portador de respeitável densidade eleitoral, vindo por fim, de ser indicado o ex-deputado e ex-Vice-Governador Clovis Bezerra Cavalcanti que havia exercido o último mandato no Governo Ernani Sátyro.

Dia imediato àquela indicação, o então presidente da Arena, deputado Waldir dos Santos Lima rompeu com o esquema governista que apoiava a que assessorou para não aceitar o "Acordo de Brasília" passando a defender a candidatura que combatia, do deputado federal Antônio Mariz, de quem foi companheiro de chapa à convenção da Arena em que disputaram a indicação contra os nomes apontados pelo Palácio do Planalto — Tarcísio Burity e Clovis Bezerra — a exemplo do que aconteceu em São Paulo. Enquanto naquele Estado o candidato opositor Paulo Maluf saiu vitorioso, na Paraíba, os candidatos da oposição ao Planalto — Antônio Mariz e Waldir Lima perderam por 28 votos.

Durante a convenção, houve dois discursos violentos, um do deputado Ernani Sátyro (cujos trechos estão em páginas anteriores) e um outro do ex-deputado federal Luiz Bronzeado que era interrompido pelo público que lotava as galerias da Assembléia Legislativa, quando o orador chegou a afirmar: "o povo tem o direito de vaiar, mas tem também a obrigação de me ouvir". O discurso mais moderado na convenção, foi do ex-governador João Agripino Filho que falou de sua longa experiência política e revelou que havia aconselhado o deputado Antônio Marques da Silva Mariz a não concorrer à convenção, aconselhando moderação a ambos os candidatos.

A partir daí, a Paraíba passou a viver um clima político dos mais movimentados se configurando a divisão do partido governista que prevaleceu até as eleições diretas, extinção dos antigos partidos e à criação dos novos, indo os dissidentes liderados pelo deputado Antônio Mariz para o Partido Popular, isto já depois da posse dos eleitos no Governo do Estado.

Desde sua posse até hoje, o governador Tarcísio Burity tem pregado o seu desejo de entendimento e de paz no Estado, se abringo ao diálogo com todos, até com os membros da oposição, se mostrando disposto a receber todos os adversários para conversações francas sobre os problemas políticos locais e a administração em geral.

Esta sua pregação sempre foi uma constante nos primeiros dias de sua gestão, pelo que lhe chegaram os deputados dissidentes da época da campanha: Ernani Sátyro, Álvaro Gaudêncio e

os estaduais que ouvem estas duas lideranças, enquanto Antônio Mariz se mantém irredutível em sua posição de afastamento do Governo, declarando hoje, como ontem que "não quero aproximação com os donos do Poder".

Empossado naquele clima, o governador Tarcísio Burity escolheu seu secretariado entre os que formavam o esquema governista, sem no entanto, sofrer pressões, como ele próprio declara nas suas informações-depoimento para este trabalho, tendo "livre poder de escolha sobre pessoas de sua inteira confiança.

Vão transcritas algumas das principais frases do seu discurso de posse pronunciado na Assembléia Legislativa do Estado, no dia 15 de março de 1979, em que aparece o governador que sonha com melhores dias para o seu Estado e figura em cada linha o pensador que sabe o que diz, porque sabe o que quer. Aparece, também, em suas palavras, o propósito de como comandar os destinos políticos e administrativos da Paraíba durante o quatriênio de 1979 a 1983, cujos primeiros reflexos estão no seu próprio depoimento.

A seguir algumas frases daquele discurso:

> "Assumo os destinos políticos e administrativos da Paraíba, sem prevenções e sem ódios, com o espírito aberto ao diálogo e à conciliação, e com a intenção decidida de lutar intransigentemente em defesa dos interesses maiores da coletividade.
>
> Toda a Paraíba sabe que não busquei esta situação. Procurei recebê-la como um chamamento ao dever, uma missão a cumprir. Entretanto, aceitei-a, com alto espírito de responsabilidade e consciente decisão de entregar-me plenamente ao trabalho em benefício de nosso povo, sobretudo em favor dos mais pobres, dos mais humildes, dos mais necessitados, daqueles que só possuem privação!
>
> Governarei a Paraíba com o povo, pois somente o povo poderá ser o Juiz de nossa ação administrativa, porquanto dele emana o poder político da Nação".
>
> "A Paraíba reflete o Nordeste: apesar de todo o esforço desenvolvimentista já empreendido por vários governos, apresenta um quadro difícil, a exigir de cada um o sacrifício constante dos interesses individuais e particulares, em benefício do que é coletivo, do que é comunitário, do que não é de ninguém porque é de todos!
>
> Os estudiosos de nossa realidade são unânimes em apontar o agravamento do declínio relativo da economia paraibana, nesses últimos trinta anos,

através dos baixos índices de crescimento da renda interna e de outros indicadores relativos à produção e produtividade, à ocupação e ao desempenho setorial das atividades produtivas. Não apenas comparativamente ao País, mas também dentro do Nordeste, a posição do nosso Estado apresenta-se em curva descendente.

Existe um descompasso visível entre as nossas atividades econômicas e a dinâmica da economia regional e nacional.

Observam-se, de fato, no conjunto da atividade agrícola, fenômenos de deterioração, expressos na regressão das formas de ocupação do esforço econômico, na queda dos padrões de eficiência da atividade produtiva, no agravamento dos aspectos mais negativos da estrutura fundiária e no comportamento do quadro demográfico. Os níveis declinantes de produtividade reduzem cada vez mais o nosso poder de competição no que tange à área de produção concorrente na Região e no País.

Vale ainda ressaltar que é também descendente a participação do Estado no investimento industrial do Nordeste, por força, entre outros fatores, da concentração de investimentos nas grandes formações urbano-industriais apoiadas pelos incentivos oficiais.

A situação de emprego se agrava, em virtude da incapacidade de oferecermos níveis razoáveis de desenvolvimento, aguçando o novimento migratório, sendo que a drenagem incide exatamente sobre as faixas etárias mais importante da população economicamente ativa".

"Na atribuição de estímulos à iniciativa privada, predominarão critérios que privilegiem os empreendimentos que contribuam para a integração entre setores da economia do Estado, concedendo-se precedência aos projetos que, no setor agrícola, concorram para aumentar a oferta e a qualidade das matérias-primas destinadas à transformação industrial no próprio Estado e, no setor secundário, aos empreendimentos das empresas que se voltem para o aproveitamento integrado das lavouras industriais.

A partir das constatações básicas sobre a realidade econômica do Estado e dentro da estratégia definida para alcançar resultados a médio prazo na racionalização das atividades tradicionais e na pro-

moção de outras que diversifiquem a produção, aumentando os níveis de retribuição a fatores ociosos ou subutilizados, e ensejem a formação de capital e introdução de tecnologia moderna, o meu governo elegeu alguns programas considerados básicos, a saber:

a) Racionalização da Economia Algodoeira, visando especialmente à intensificação e ampliação da sua cultura, à melhoria dos padrões de beneficiamento da fibra; à ampliação da capacidade instalada no Estado do parque industrial têxtil-algodoeiro; à elevação enfim da produção anual do Estado;

b) Recuperação da Economia do Sisal, elevando a produtividade agrícola, reduzindo os custos de desfibramento, estimulando a diversificação dos usos industriais, promovendo a integração agroindustrial;

c) Agroindústria do Álcool, elevando a produção de álcool do Estado, estimulando o aproveitamento do vinhoto (caldo) para a produção de concentrados proteicos;

d) Implantação do Terminal Alcooleiro no Porto de Cabedelo;

e) Desenvolvimento da bovinocultura;

f) Amparo ao reflorestamento;

g) Irrigação a nível de propriedade;

h) Racionalização e integração da economia do abacaxi;

i) Incremento à diversificação da fruticultura industrial;

j) Incremento à cultura da mamona;

l) Implantação da cafeicultura no Estado;

M) Exploração intensiva da pesca nos estuários e açudes particulares;

n) Agricultura alimentar, assegurando o abastecimento de produtos alimentares básicos, originários do Estado, aos centros urbanos consumidores, a partir de áreas mais próximas das cidades maiores;

o) Integração interindustrial, estimulando o desenvolvimento das indústrias de bens de capital e indústrias intermediárias para o suprimento da atividade e expansão das indústrias de bens de consumo final;

p) Incremento à produção mineral".

... "Se o desenvolvimento constitui o nosso ob-

jetivo primordial, vale lembrar o que já se disse, com sabedoria: "que o desenvolvimento está longe de ser apenas um problema técnico. É, antes de tudo, um compromisso *político* e uma *responsabilidade coletiva.* Só se desenvolve o povo que *deseja crescer e confia* no seu futuro. *A vontade de de desenvolver-se* é, na verdade, o mais importante dos fatores básicos do próprio desenvolvimento. Mais importante do que a qualidade dos Planos é o engajamento do povo num *Projeto Nacional.* A viabilidade e a intensidade do processo de desenvolvimento variam com o grau de confiança e a participação da opinião pública. E este não é um problema técnico; é uma proposição de natureza política".

Imensa, portanto, é a tarefa de todos nós, na elaboração do modelo político brasileiro!"

isto porque

"Não compreendo Democracia sem que a *igualdade perante a lei* seja acompanhada de garantias objetivas que se traduzem em *iguais oportunidades,* possibilitando a participação crescente de todos nos bens oferecidos pela civilização;

Não compreendo Democracia sem o entendimento de que a legitimação do Poder reside na vontade popular;

Não compreendo Democracia sem responsabilidade de governantes e governados;

Não compreendo Democracia sem o respeito aos direitos das minorias;

Não compreendo Democracia sem imprensa livre e independente, que informe corretamente a opinião pública, a fim de que esta possa julgar a ação administrativa do governo, isenta de preconceitos.

Portanto, senhores deputados da oposição, é vosso dever criticar o governo, é vosso dever fiscalizar a sua ação administrativa, para que o povo saiba o que se faz em seu benefício.

Serei intransigente em defesa dos interesses do povo.

O bem comum acima de tudo!"

E finalmente:

"Levo para o governo as convicções de minha formação democrática. Procurarei ser fiel aos princípios que sempre me conduziram na vida pública".

No início do seu Governo, partiu para obras que refletissem solução dos problemas do interior, enfrentando os mais difíceis, até de ordem social, enquanto enfatizava em seus pronunciamentos iniciais o desejo de fazer a política de executar trabalhos que objetivessem prender à terra o homem da terra. Assim foi que encaminhou ao Governo federal os problemas existentes em Alagamar, Piacas e Maria de Melo, zona de tensão social, conseguindo, finalmente solucionar o problema da área com desapropriação de terras, onde se implantaram trabalhos dos Governos da União e do Estado.

Partiu, também, como todos os seus antecessores, para resolver o problema de alargamento do cais do Porto de Cabedelo em caráter definitivo, o que vai proporcionar uma maior movimentação àquele ancoradouro para receber navios de grande calado.

Embora o esforço para esta solução tenha sido de todos os Governos, só agora, no Governo Tarcísio Burity, o problema tomou caráter definitivo de solução rápida, cujo trabalho vem sendo feito pelo Ministério dos Transportes e pela Portobrás.

Sobre o assunto, especialmente o deslocamento de uma pedra existente no cais, o ex-governador e poeta Ernani Sátyro escreveu um poema com o nome "A Pedra" que vai a seguir:

"A PEDRA"

"No meio do caminho tinha uma pedra"
(Carlos Drumond de Andrade)

Na entrada do porto
tem uma pedra.
Os navios não entram
por causa da pedra.
Aqui sempre houve
uma pedra.
No Porto do Capim,
do Rio Sanhauá.
Na seca do sertão.
Na tragédia de Felix Antônio
apunhalado por um compadre
que se dizia amigo.
A pedra.
Vidal de Negreiros,
o maior guerreiro do Brasil,
disse à pedra volta para a Holanda,
e a pedra voltou.
Epitácio Pessoa quebrou a Pedra e
foi para Presidência da República.

João Pessoa tirou a pedra do caminho.
Mas foi uma pedra para
a República Velha.
A pedra.
Vamos dizer como Machado de Assis:
a pedra é "geral",
não é só drumondiana.
Cabral descobriu o Brasil
e Portugal, a princípio,
pensou que o Brasil era uma pedra,
apesar da carta de Pero Vaz de Caminha.
Depois Portugal despertou
e começou a mandar buscar as pedras...
E a Anistia?
— A Anistia ia dando uma pedra,
mas não deu.
A Anistia é uma pedra preciosa.
Quem é a pedra?
— A pedra sou eu,
a pedra é você,
a pedra somos nós,
a pedra sois vós,
a pedra são eles.
A pedra!
E o mundo?
— Eureka!
O mundo é a pedra.
E a pílula?
— A pílula afastou a pedra
mas pode gerar outra pedra.
E o petróleo?
Esse é a pedra para elefante.
E o homem?
— O homem é uma pedra
no caminho de Deus.
E Deus — Deus criou a pedra.
Cada povo tem sua pedra.
A França tinha a Bastilha.
A Itália tinha (ou tem)
o vesúvio.
A inglaterra perdeu o Império.
Portugal perdeu as Colônias
(as "Províncias Ultramarinas"...)
A Grécia tinha a Cicuta
que matou a sabedoria,
Roma teve o mundo
e o mundo virou uma pedra.

Napoleão teve Waterloo,
a pedra de Cesar foi
Brutus, o punhal.
A pedra.
A pedra universal não
anula a pedra paraibana.
Na entrada do Porto
tem uma pedra.
Ela atravessou
a ponte Buarque de Macedo
em direção à casa do Agra,
nas costas magras
de Augusto dos Anjos.
No outro lado da ponte
tinha uma pedra...
Augusto ia dizendo:
"uma pedra pousou na minha sorte".
Mas veio um urubu
e ele esqueceu a pedra.
O homem diz:
"A mulher é uma pedra".
A mulher responde
— a pedra é você.

A pedra.
Que é a pedra?
— Tem dia que é
disco voador,
tem dia que é
assaltante,
tem dia que é
incêndio,
tem dia que é
seca,
tem dia que é
geada,
tem dia que não
é nada.
A Pedra.
Todo caminho tem
uma pedra.
Onde está a pedra?
No Porto de Cabedelo?
Em Roma?
Em Paris?
Em Moscou?
em Washington?

Onde?
Onde?
Cadê a pedra?
Pode estar em toda parte,
só não ficará mais
no Porto de Cabedelo.
A Pedra.

(A União — 16 de dezembro de 1979).

Vão a seguir os depoimentos do Governador Tarcísio de Miranda Burity no segundo ano de sua administração, falando sobretudo quanto ao processo da escolha do seu nome, distanciado que sempre viveu da composição político-partidária:

"Sempre entendi minha indicação como candidato a Govprnador do Estado, posteriormente eleito pela Assembléia e por todos os representantes das Câmaras Municipais, como um chamamento ao qual nenhum paraibano de espírito público poderia deixar de atender. Recebí esta indicação como uma missão a cumprir.

"Quanto à formação do meu Secretariado, não houve propriamente pressões. Houve sugestões de nomes de todos aqueles políticos leais ao nosso partido, sobretudo de alguns que se formavam em grupos, circunstância normal na organização dos governos. Posso dizer que todos os nomes para o meu Secretariado eu os escolhi livremente, tanto os primeiros anunciados antes da posse, como os que compuseram a primeira reforma.

"Como fiz consultas a líderes de experiência política e diferente vivência com valores de todas as regiões da Paraíba, recebi sugestões de vários nomes, além dos que eu próprio havia pensado. Posso assegurar, no entanto, que no ato da escolha eu tive a mais ampla liberdade.

"O povo da Paraíba sabe muito bem as condições em que fui escolhido e indicado. O nosso partido estava definitivamente dividido em duas importantes correntes e entendi a indicação do meu nome pelo presidente Geisel como uma fórmula de conciliar as duas facções, porque eu era Secretário de Estado — Educação e Cultura — de uma das facções e privava da amizade pessoal e do melhor relacionamento com a facção do ex-Governador João Agripino.

"Aceitei com muita honra, porque creio que o

cargo de Governador do Estado realiza o cidadão no sentido maior de poder contribuir com todas as suas forças e meios de que dispõe para o desenvolvimento da comunidade.

"Isto, embora o cargo esteja cercado de dificuldades e problemas sucessivos, inclusive das incompreensões até de amigos. E às vezes, a figura do Governador se torna objeto ou vítima de campanhas daquelas facções oposicionistas radicais. Mesmo assim, quem exerce o Governo do Estado deve trabalhar para o desenvolvimento da terra onde nasceu, onde se educou, onde recebeu todas as influências para a sua formação cultural, pois tem a obrigação de cumprir esse dever, procurando atender às aspirações maiores de sua comunidade"

Ao se referir aos problemas sociais enfrentados pelo seu Governo e as soluções encontradas, depõe:

"Quando se exerce um cargo como o de Governador, deve-se estar preparado para os graves dramas humanos que afetam a maioria da população.

"Fora daqueles momentos caros, somos despertados pela leitura de jornais, de revistas especializadas e de estudos mais profundos sobre alguns problemas da nossa realidade, o que não oferece uma visão objetiva, nos dando um conhecimento superficial. E isto, porque o homem, cercado das suas atividades, fica como uma ilha, cercado de outra ordem de problemas notadamente profissionais.

"No entanto, no momento em que o homem recebe uma missão como a de Governador, é levado a tomar conhecimento dos problemas existentes, a viver esses problemas e manter contato com eles. Ora, no Nordeste brasileiro, especialmente na Paraíba, sabemos que a maioria da população é sofredora, carente de tudo, como eu disse no meu discurso de posse — a maioria é possuidora apenas de uma coisa, que é a privação.

"Um Governador com a profunda consciência do dever que tem a cumprir é forçado a viver esses problemas, a procurar equacioná-los e dar solução rápida, quanto possível o mais rápido, porque o povo não pode esperar.

"Quando assumi o Governo, o ano passado — 15 de março de 1979 — me deparei com graves problemas de tensão social, verdadeiramente explosiva, como Alagamar, Piacas e Maria de Melo, nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix,

onde havia um conflito seríssimo entre proprietários e trabalhadores rurais.

"A causa, todos sabemos. Quando o antigo proprietário Arnaldo Maroja (da grande Alagamar) faleceu, os novos proprietários retalharam a fazenda, tentando implantar um novo sistema de exploração da área, que tinha como consequência a imediata expulsão da quase totalidade dos antigos moradores. Evidentemente, essas famílias, cujos pais, avós e até bisavós nasceram e se criaram alí, reagiram para não sair.

"O conflito chegou a um ponto, que estávamos esperando a qualquer momento mortes e atrocidades. Então, dentro daquele quadro, o meu Governo não poderia permitir que houvesse a exploração do mais fraco, muito menos que a ordem pública — valor básico indispensável para que haja trabalho — fosse ferida e desrespeitada.

"Ao interpretar esse quadro real, propus ao Presidente João Baptista de Figueiredo a imediata desapropriação e o revigoramento de um Decreto anterior, do ex-Presidente Ernesto Geisel, que havia desapropriado uma parte da área. Face à exposição apresentada, o Presidente João Baptista de Figueiredo se sensibilizou com o problema e deu o sinal verde para que fossem adotadas as providências cabíveis.

"A área foi desapropriada. E logo depois o Governador do Estado entrou com um programa bastante avançado e eficaz, consistindo na construção de estradas, na eletrificação, na perfuração de poços, na construção de açudes, isto na área agrícola, incluindo, ainda, a distribuição de sementes selecionadas e de silos, além dos serviços de tratores, enfim, com todo um instrumental e insumos necessários, sem falar numa outra ação não menos eficiente nos setores de educação e saúde.

"Então, aquilo que parecia ser o ponto mais perigoso de tensão social no Nordeste, chegando a preocupar a imprensa nacional, tornando-se por conta do bom senso, da razão e do espírito de justiça, um exemplo de reforma agrária no Brasil, sem transtornos, sem prejudicar as partes, mas ao mesmo tempo fortalecendo o pequeno agricultor e trabalhador rural sem terra, que forma a maioria da nossa população na zona interiorana".

"Por força desse quadro de pobreza, característica da própria região Nordestina, nossos programas se voltaram, especificamente, não só para a infra-estrutura econômica como, também, para a infra-estrutura social. Daí ser meta prioritária do meu Governo a construção de 50 mil casas populares, meta que se concebe arrojada a partir do próprio questionamento dos céticos na exequibilidade do programa. Ainda mais, que em quinze anos, como órgão específico dos programas de habitação popular, a CEHAP só chegou a construir 11 mil e poucas unidades. A esta altura já estamos com mais de 15 mil casas em construção, até o início de 1981 chegaremos a 22 mil unidades, o que viabiliza a construção das 50 mil até o final do Governo, meta já completamente consolidada.

"Com os recursos negociados pelo Estado, recursos próprios, portanto, vamos implantar 800 quilômetros de estradas vicinais que integrarão as regiões econômicas da Paraíba, a exemplo de Remígio—Barra de Santa Rosa—Jacu—Picuí—Pedra Lavrada—Cubati—BR 230, formando um verdadeiro anel na região do Curimataú; Itaporanga—Conceição — Diamante — Taperoá — Teixeira—Princesa Isabel; Campina Grande—Umbuzeiro; Guarabira—Mamanguape; Sapé—Espírito Santo—Santa Rita; Alagoa Nova—Várzea Nova, além das ligações das BRs com as praias de Pitimbu, Conde, Lucena e Mataraca.

"Ressalte-se que todas essas obras serão realizadas com recursos emprestados ao Estado, sem qualquer participação do Governo Federal, com empréstimo que será pago em 15 anos, com 5 anos de carência.

"Além desse programa, erigimos como prioridade a implantação e ampliação dos sistemas de abastecimento d'água; intensificação do programa de eletrificação rural; duplicação dos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande e implantação de novos distritos em Guarabira, Patos, Sousa e Cajazeiras.

"No setor educacional, continuamos em ritmo bastante avançado, com a construção e equipamento de salas de aula, sobretudo na zona rural, em convênios com as prefeituras. No âmbito da medicina preventiva, a construção de postos, den-

tro do programa de interiorização da Saúde Pública.

Portanto, a ação governamental, a par de grande esforço para prosseguir o programa de industrialização da Paraíba — industrializar é um dos grandes caminhos do Nordeste, — além dos programas do setor agrícola, com distribuição de sementes selecionadas, açudagem, irrigação, fortalecendo o setor primário — além desse esforço básico, estamos exercendo uma ação eminentemente social".

Suas tendências políticas:

"A minha carreira, na verdade, estava toda pautada noutra direção. Sou por vocação, e por exercício profissional durante muitos anos, professor universitário. Na verdade, nunca havia pensado em exercer nenhum mandato eletivo, quer por eleição direta, quer por eleição indireta. Após a minha indicação como Secretário da Educação e Cultura, comecei a ter maior vivência no setor político e administrativo, numa abrangência bastante significativa, já que aquela Secretaria envolve todos os municípios da Paraíba, toda a extensão do nosso território estadual.

"E o exercício de uma função de Secretário de Estado, por natureza, é também um exercício político. Durante os três anos e meio que passei na Secretaria da Educação, tive a oportunidade de me exercitar neste setor. A partir daí, a minha indicação para o Governo do Estado foi uma indicação que recebi como um chamamento para nova missão. A bem da verdade, não solicitei a ninguém esse cargo. Para mim foi até uma surpresa, ao saber que o meu nome tinha sido indicado. Mas nunca pedi a quem quer que seja para meu nome ser indicado para Governador, e muito menos lutei por isso.

"Devo dizer que acho o exercício político altamente significante, sobretudo porque o homem se encontra com a possibilidade real, concreta, de fazer o bem a muitas pessoas e contribuir para o desenvolvimento do seu Estado.

"O fato de que eu não tenha dirigido minha vida e minha ação profissional para o exercício da política profissional e partidária não significa que eu não goste de política. Tanto eu gosto de política, que o meu doutoramento na Europa, durante quatro anos que lá passei, quando fiz o pós-graduação

a nível de doutorado, versou sobre Ciências Políticas. A Ciência Política para mim é uma paixão a que eu tenho sempre me dedicado. Considero a ação política algo profundamente importante e indispensável a qualquer pessoa que tenha um pouco mais de responsabilidade com o desenvolvimento da sua comunidade. Isto é, todos nós, mesmo não fazendo a política partidária, se somos pessoas responsáveis e conscientes do destino da comunidade, somos políticos. Portanto, toda pessoa é política, porque ela sempre está opinando sobre fatos políticos e sobre projetos ou ações administrativas. Agora, além dessa ação política comum, existe a ação político—partidária, que é a pessoa se inscrever em determinado partido, aceitar determinado programa e candidatar-se para exercer cargos eletivos.

A VERDADE

"Devo dizer que estou procurando exercer o cargo de Governador da Paraíba com aquele empenho maior de atingir o bem comum da sociedade paraibana. Acho que o exercício só se completa quando essa ação política é voltada para a realização do bem coletivo.

"Temos confiança — isso tenho sempre defendido — que a Paraíba, um Estado relativamente pobre, dentro de uma região carente como é o Nordeste, é um Estado perfeitamente viável do ponto de vista econômico.

"A nossa ação está se desenvolvendo com o objetivo de reforçar a industrialização da Paraíba. Já conseguimos trazer investimentos da mais alta importância, como é o caso da segunda fábrica de cimento, que vai produzir 13 milhões de sacos por ano. Só essa fábrica compreende um investimento da ordem de 88 milhões de dólares e que representa um marco bastante significativo da industrialização da Paraíba, fora as outras que já estão consolidadas, em cimento amianto, em fios e em linhas, no setor têxtil e as demais, cujo montante até agora corresponde a quase 5 bilhões de cruzei-

ros em investimentos privados na Paraíba, com todos os seus projetos já aprovados pela SUDENE.

"Ao lado desse programa industrial, há uma série de obras administrativas que não foram feitas por nenhum Governo anterior, como as 50 mil casas, 800 quilômetros de estradas asfaltadas, esperando que chegaremos aos mil quilômetros, o que será pioneirismo em números, num só Governo. Vamos eletrificar mais de 4 mil propriedades rurais, havendo assim um ritmo compatível do nosso Governo com as reais necessidades da Paraíba.

"A minha convicção é de que, apesar de todos os obstáculos, apesar de todos os trabalhos, das incompreensões dos que não querem aceitar a realidade, de todos os opositores sistemáticos, temos a consciência tranquila de que ao final do nosso Governo, provocaremos um salto quantitativo na administração do Estado".

Frases que caracterizam o pensamento do Governador Tarcísio de Miranda Burity:

"Ninguém faz um bom Governo sem ouvir o povo".

"Farei tudo para minorar o sofrimento dos desempregados, lutando contra o desemprego".

"Governarei de portas abertas para o povo".

"Serei implacável com o crime".

"Vou desenvolver a agricultura na luta contra a fome".

"Defenderei maior autonomia para os municípios, tornando-os mais livres para desenvolver-se".

"Os esquecidos serão lembrados no meu Governo".

"O patrimônio do Estado é um bem do povo. Serei impiedoso com os que atentarem contra ele".

"Valorizarei o trabalho,prestigiarei o trabalhador".

"Os estudantes serão livres para pensar e agir democraticamente".

"Quero governar com o povo".

"Liberdade, desenvolvimento e justiça social serão os fundamentos do meu Governo".

"Quero o apoio do povo no combate à corrup-

ção".

"Vou trabalhar com o servidor público. A este darei todo o meu apoio".

"Levarei a justiça social ao homem do campo".

4a. PARTE

VICE - GOVERNADORES

José Targino	(Oswaldo Trigueiro)	1947/51
João Fernandes de Lima	(José Américo de Almeida	1951/56
Pedro Moreno Gondim	(Flávio Ribeiro Coutinho	1956/61
André Avelino de Paiva Gadelha	(Pedro Moreno Gondim	1961/66
Severino Cabral, depois Antônio Juarez Farias	(João Agripino Filho)	1966/71
Clovis Bezerra Cavalcanti	(Ernani Sátyro)	1971/75
Dorgival Terceiro Neto	(Ivan Bichara Sobreira)	1975/79
Clovis Bezerra Cavalcanti	Tarcísio Burity)	1979/83

Na qualidade de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, assumiram o Governo da Paraíba, em diferentes datas, os deputados Clovis Bezerra Cavalcanti, Ramiro Fernandes de Carvalho e José Fernandes de Lima.

JOÃO FERNANDES DE LIMA

— Nasceu em Mamanguape, em 1902, sendo sempre um homem dedicado à agro-indústria, com influência política, vindo a figurar ao lado do senador Ruy Carneiro, no antigo Partido Social Democrático, seguindo em sua vida o exemplo dos seus pais que trabalhavam. com vistas mais ao desenvolvimento do campo, do que com outros objetivos.

Em 1922, portanto, aos 20 anos, juntamente com seus irmãos, fundou a firma "Fernandes &Cia", para importação de trigo e exportação de açúcar.

Já em 1940 montam uma indústria açucareira em Mamaguape e fundam a "Usina Monte Alegre S/A" que congregava os engenhos Guarita, Linhares, Alagamar e Forno, tornando a funcionar engenhos semi-mortos.

Em decorrência de sua vida comercial e industrial, em 1952, João Fernandes de Lima é eleito presidente da Associação Comercial da Paraíba, onde manteve o seu prestígio de industrial sólido, sendo de 1942 a 1946 levado a Secretaria da Legião Brasileira de Assistência, na Paraíba. Em 1947 se elege deputado estadual, sendo um dos integrantes da Constituinte da Paraíba, sendo em 1950 indicado pelo seu partido — o PSD — candidato a Vice-Governador na chapa do ministro José Américo de Almeida, cujo mandato se encerrou em 1956.

Enquanto o governador José Américo de Almeida esteve à frente do Ministério de Viação e Obras Públicas, a convite do presidente Getúlio Vargas, assumiu o Governo da Paraíba, sendo posteriormente, em 57, nomeado para uma Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil, onde se manteve até 1961, sendo eleito Deputado Federal em 1962, disputando outras eleições, inclusive, a de 1978, ficando como suplente do extinto MDB. Sempre foi considerada uma das figuras mais sérias e respeitáveis da política paraibana, falecendo no dia 11 de abril de 1980.

ANDRÉ (ZABILHO) GADELHA

"André Avelino de Paiva Gadelha, foi Vice-Governador de Pedro Moreno Gondim, durante seu período de 5 anos que foi de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966.

André Gadelha, ou Zabilho Gadelha, como era conhecido entre os amigos e os políticos, nasceu em Sousa, em 4 de outubro de 1904, sendo filho de Manoel Gadelha Filho e Joaquina de Paiva Gadelha, Foi casado com a senhora Maria Raquel Pinto Gadelha. Deixou 6 filhas e 2 filhos: Raimunda Gadelha Abrantes càsada com Augusto Gonçalves de Abrantes; Maria Salete Campos Gadelha, casada com Audemaro Campos; Maria de Fátima Pinto Sá Pires casada com Homero de Sá Pires; Sulene Gadelha Nóbrega, casada com João Nóbrega de Figueiredo; Maria do Perpétuo do Socorro Gadelha Shuler, casada com Hermano Shuler; Maria Gorete Gadelha Cartaxo, casada com Francisco Cartaxo; Maximino Pinto Gadelha, casado com Elenice Barbosa Gadelha e o caçula Raimundo Nonato Pinto Gadelha.

André Gadelha apesar de nascido em Sousa, longínqua cidade do sertão e ter vivido sempre dedicado à agricultura, à pecuária exerceu política de caráter regional, envolvendo os municípios sertanejos que tinham ligações comerciais e políticas com Sousa e Cajazeiras, onde sempre atuou durante sua vida de 69 anos. Nascido em outubro de 1904, veio a desaparecer, em 1973.

Antes de chegar ao posto de Vice-Governador do Estado, foi prefeito de sua cidade, eleito em Agosto de 1959, elegendo-se pela antiga União Democrática Nacional, pleito em que derrotou o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, Augusto Gonçalves de Abrantes — seu genro — e o candidato do Partido Social Democrático, Thomás Espírito Santo. Nesta pugna, Zabilho Gadelha venceu por uma diferença sobre o segundo colocado de 736 votos, no caso o seu genro Augusto Gonçalves de Abrantes.

À frente da prefeitura de Sousa, se revelou o administrador de obras públicas, o que viera a comprovar sua capacidade ao dirigir os seus próprios negócios na iniciativa privada. Isto lhe valeu a comprovação do poder de liderança na região, com reflexos na área estadual, ao lado do seu conceito como político, integrante da antiga UDN.

Talvez, numa consequência dessa posição em Sousa, é que fôra convocado pela UDN e aceitou, disputar, numa eleição direta o cargo de vice-governador, ao lado de Pedro Moreno Gondim, pelas oposições reunidas que à época eram compostas pela UDN, dissidência do PSD, dissidência do PTB, do PDC e correntes do Partido Socialista Brasileiro.

Contra Zabilho Gadelha foram candidatos Jacob Guilherme Frantz, na chapa de José Janduhy Carneiro (PSD—ala do PTB), Hermano Sá em faixa própria pela outra ala do PTB, Antônio D'Ávila Lins em faixa própria pelo Partido Republicano e José Vieira pelo Partido Social Progressista. André Gadelha se elegeu com uma maioria de 5 mil votos sobre o segundo mais votado — Jacob Frantz. Naquelas eleições, o vice era votado em separado.

Na qualidade de Vice-Governador, assumiu o Governo durante 30 dias — de agosto a setembro de 1963 — período em que demonstrou sua habilidade na condução dos problemas políticos e administrativos, chegando a superar algumas dificuldades surgidas em diversas áreas.

Durante sua estada no Governo teve a oportunidade de condecorar o economista Celso Furtado quando esteve na Paraíba para receber as homenagens do Estado, no dia 7 de setembro de 1963.

Sempre se firmou como homem de empresa, chegando a criar a firma André Gadelha Irmãos Ltda., hoje André Gadelha Irmãos &Cia., uma das maiores empresas da região de Sousa na comercialização do algodão. Sua grande paixão era a terra, se tornando grande pecuarista e homem de dicado ao trabalho agrícola, em que sempre agiu com muito bom senso e talento, o que repetiu na vida pública.

Quando definido o processo de sucessão do governador Pedro Gondim e escolhido o nome do ministro João Agripino como candidato oficial da UDN, o vice-Governador André Gadelha rompeu com o esquema, passando a apoiar o nome do senador Ruy Carneiro. Esse rompimento, no entanto, não o afastou de sua amizade pessoal com o Governador Pedro Gondim.

O rompimento da família Gadelha, foi por entender André Gadelha que aquele político, como ministro de Minas e Energia não havia sido correto com a família. Dessa mesma incorreção se queixava André Gadelha, quando João Agripino fôra presidente do Diretório Regional da UDN, deixando de comparecer a memoráveis campanhas do partido em Sousa, desprestigiando, dessa maneira, tanto o diretório municipal, como a própria família Paiva Gadelha.

Poucos foram os homens que reconheceram em André Gadelha, o portador de uma liderança indiscutível, pois sempre armou esquemas imbatíveis, bastando lembrar oa título de ilustração que jamais sofreu uma derrota política, demonstrando ser acima de tudo, um homem consciente e de larga visão, sendo além de tudo isso, uma figura humana respeitável.

(Informações textuais prestadas pelo seu sobrinho Paulo Gadelha, integrante da bancada estadual à Assembléia Legislativa pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, já vindo da legislatura anterior — 1975/79 — pelo antigo Movimento Democrático Brasileiro).

SEVERINO BEZERRA CABRAL

Severino Bezerra Cabral, nascido em Umbuzeiro, prefeito de Campina Grande e Vice-Governador do Estado, "morreu sem saber do prestígio que gozava em João Pessoa", conforme palavras do ex-Governador João Agripino Filho, no dia do sepultamento daquele líder em Campina Grande, em março de 1970.

Era filho de Salustiano Bezerra Cabral e Joaquina Barbosa Cabral. Nasceu no dia 04 de dezembro de 1897, em Umbuzeiro de onde saiu para Campina Grande, ainda na juventude, tendo apenas o curso primário, deixando sua cidade, em consequência de uma briga familiar.

Na cidade serrana conheceu Ana de Assis Cabral, com quem se casou, de cujo matrimônio houve cinco filhos, dos quais dois morreram, sendo vivos Milton Bezerra Cabral que é Senador, Antônio Bezerra Cabral Sobrinho — empresário e Edvaldo Bezerra Cabral.

Ingressou no comércio, se associando -a firma Oliveira Ferreira & Cia, para depois fundar a empresa S. B. Cabral & Cia., se tornando em 1929 agente da General Motors do Brasil naquela cidade. Em 1934, fundou a Indústria de Laticínios do Nordeste, importanto da Inglaterra todo o maquinário necessário para industrializar o leite daquela cidade e dos municípios vizinhos. Com isso, Campina Grande já tinha em 1935, sua primeira Usinade Leite, de que era analista o médico Antônio Quaroga.

Depois dessa tentativa, veio a fundar em Campina Grande, a primeira indústria de beneficiamento de Caroá no Estado da Paraíba — outra iniciativa pioneira, fundando posteriormente a primeira fábrica de fiaçãc e tecelagem de sisal.

Ainda em 1934, juntamente com outros companheiros do comércio fundou naquela cidade, o Banco Auxiliar do Comércio, transformando-se no Banco Mercantil do Norte que sempre teve Severino Bezerra Cabral como seu presidente até a venda do seu controle acionário para outro banco, em 1968.

Apesar de só ter o primário, tinha vasto conhecimento e uma larga visão de todos os problemas, sendo estes conhecimentos adquiridos em contato com o povo e as figuras mais cultas, chegando a corrigir toda a correspondência da Prefeitura de Campina Grande que teria de assinar, inclusive as mensagens à Câmara Municipal de Campina Grande. A respeito desse assunto, o ex-deputado Figueiredo Agra tem inúmeras histórias sobre Seu Cabral — como era mais conhecido.

O seu primeiro mandato eletivo foi de deputado estadual em 1951, depois de eleger o seu irmão, médico Antônio Bezerra Cabral, sendo sempre o mais votado em todas as eleições a que concorreu.

Foi o prefeito de Campina Grande que mais prestigiou a cultura e as iniciativas que dissessem respeito ao desenvolvimento da cidade, fazendo funcionar a Faculdade de Ciêncais Econômicas, fundada por Plínio Lemos e que jamais saiu do papel, construindo em sua gestão o Teatro Municipal Severino Cabral — um dos maiores do Nordeste — e grande número de grupos escolares.

Como empresário comprou a Rádio "Cariri" que havia sido fundada pelo jornalista José Jatahy, juntamente com Epitácio Pessoa Cavalcanti Sobrinho que depois se afastou passando a emissora das mãos de Severino Cabral para o controle dos Diários Associados.

Foi fundador do jornal "Tribuna da Paraíba", considerado na época um dos jornais mais modernos em maquinário, sendo dirigido por Adauto Barreto que depois se convenceu da sua inviabilidade.

Em 1965, mandou seu filho Antônio Cabral Sobrinho a São Paulo tentar junto a Adhemar de Barros a legenda do Partido Social Progressista para sair candidato a Governador ou a Vice-Governador. Antônio Cabral Sobrinho que era amigo de Adhemar de Barros se surpreendeu ao ser informado pelo líder paulista de que tinha em mãos uma pesquisa de todos os Estados brasileiros e que mostrava que Severino Cabral se apresentava como o nome mais cotado para Governança da Paraíba e que seria candidato com apoio total do político de São Paulo.

Negociada essa candidatura, Severino Bezerra Cabral saiu candidato a Vice-Governador de João Agripino, o que o levou a ser afastado, posteriormente do cargo, sob a alegação de que não teria se desincompatibilizado das empresas para se candidatar, embora já tivesse deixado, muito antes, a presidência do Banco Mercantil do Norte.

"A cassação do mandato do meu pai, isto é, do seu mandato deVice-Governador pelo Tribunal Superior Eleitoral, foi endossada pelo general Euler Bentes e outros pseudo-democratas que surpreenderam a todos, inclusive ao Governador João Agripino que só tomou conhecimento depois do fato consumado, durante um jantar num restaurante em Campina Grande.

"Eu soube no Rio, através de um jornalista e fui comunicar o fato ao ex-deputado Drault Ernani que se tomou de surpresa e nada mais conseguiu fazer, embora se tenha provado que ele deixou o banco muito antes de lançada sua candidatura em termos oficiais. Sua vida política não foi restrita, apenas à Campina Grande, também fez política em Umbuzeiro e outras cidades, che-

gando, por conta da Prefeitura a ajudar diversos municípios na política de desenvolvimento do setor agro-pecuário, inclusive, com plantação de mudas e financiamentos de tratores"

(Depoimento pessoal do seu Filho Antônio Bezerra Cabral Sobrinho, empresário em João Pessoa).

ANTÔNIO JUAREZ FARIAS

Economista, nascido na cidade de Cabaceiras, Cariri do Estado da Paraíba — uma das regiões mais secas — exerceu importantes cargos na Sudene, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, além de atividades junto a empresas de planejamento da iniciativa privada.

Foi Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Governo Agripino, sendo responsável pela elaboração da maioria dos projetos que aquele Governador enviava à Sudene e a órgãos da administração superior para liberação de verbas e empréstimos de órgãos nacionais ou internacionais.

Depois da morte do Vice-Governador Severino Cabral e da emenda à Constituição Estadual que permitia a eleição do substituto pela eleição indireta, em consonância com a legislação federal vigente, foi indicado por João Agripino Filho como candidato à vaga de Vice-Governador, sendo eleito pela Assembléia Legislativa do Estado, em 1969.

Assumiu o Governo do Estado por um período de 30 dias, quando o Governador viajou aos Estados Unidos para concluir um empréstimo de financiamento de alguns bancos daquele país. Naquela oportunidade presidiu o embarque dos primeiros paraibanos saídos de Campina Grande para o programa de colonização de Barra do Corda, no Maranhão, num trabalho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, quando recebeu naquela cidade, a visita do então Ministro da Agricultura Cirne Lima.

No aeroporto João Suassuna saudou o Ministro da Agricultura em nome do Governo do Estado e com ele participou das comemorações dos 25 anos de fundação da Associação Rural da Paraíba.

CLOVIS BEZERRA CAVALCANTI

Clovis Bezerra Cavalcanti, nascido em Bananeiras no dia 9 de julho de 1911, faz política desde antes da queda do Estado Novo, tendo exercido cargos de confiança do então interventor da

Paraíba, desembargador Severino Montenegro. Chegou, posteriormente, a ser deputado estadual, Presidente da Assembléia Legislativa e Vice-Governador do Estado por duas vezes.

Formado em medicina, é casado com a senhora Maria de Lourdes Athayde Bezerra Cavalcanti, tendo os seguintes filhos: Afrânio Athayde Bezerra Cavalcanti, advogado; Ângela Bezerra Cavalcanti Leal, casada com Patrício Leal Filho e Célia Bezerra Leite casada com Cícero Ernesto Leite.

Fez os primeiros estudos (curso primário) no Instituto Bananeirense, o ginásio no Colégio Diocesano e Lyceu Paraibano de João Pessoa e o superior na Faculdade de Medicina de Pernambuco.

Em 1936, foi nomeado médico da Saúde Pública do Estado, participando de várias campanhas sanitárias no interior, exercendo as funções de diretor geral da Saúde Pública da Paraíba na gestão do sanitarista Aquiles Sorzelli Junior. Ainda como médico, foi estagiário no 16 RI em Natal. Em 1945, foi nomeado pelo interventor Severino Montenegro, Prefeito de Bananeiras, sua cidade.

Ingressou na política aprtidária, tão lõgo houve a queda do Estado Novo, se filiando -a antiga União Democrática Nacional, para se eleger deputado estadual, no dia 19 de janeiro de 1947 à Constituinte da Paraíba, sempre se reelegendo em eleições sucessivas. Foi membro e presidente de várias comissões da Assembléia Legislativa, entre elas, as de saúde, Orçamento, Justiça, e das Comissões Especiais para adaptar a Constituição do Estado aos Atos Institucionais da República. Foi também, líder da UDN e da Arena, primeiro secretário da Assembléia em 1958/60 e presidente da mesma casa em sessões legislativas distintas.

Na qualidade de presidente do Poder Legislativo, assumiu a Vice-Governança do Estado. Exerceu a Governadoria por duas vezes, em caráter interino, durante o Governo de João Agripino, de 7 de junho a 5 de julho de 1967, e de 5 a 24 de fevereiro de 1969.

Foi vice-presidente da antiga UDN e presidente do diretório regional da Arena, cargo que exerceu até 1969, sendo substituido nestas funções pelo jornalista Sabiniano do Rêgo Maia. Durante sua gestão organizou os diretórios nos 171 municípios do Estado.

Escolhido pelo ex-presidente Emílio Garrastazú Médici, candidato a Vice-Governador do candidato Ernani Sátyro, sendo eleito no dia 3 de outubro de 1970, tomou posse no dia 15 de março de 1971.

Para o mesmo cargo foi indicado pelo ex-presidente Ernesto Geisel, se elegendo a primeiro de setembro de 1978 com o atual Governador Tarcísio de Miranda Burity, se empossando no dia 15 de março de 1979, cargo que desempenha no momento.

No Governo Ernani assumiu, o Governo, apenas uma vez, no día 19 de fevereiro de 1972, por menos de 24 horas, para inaugurar o Grupo Escolar Capitulina Sátyro mãe do Governador de então.

No Governo de Ivan Bichara Sobreira foi Secretário da Saúde, desempenhando comulativamente, o cargo de diretor executivo da Fundação de Saúde do Estado da Paraíba—Fusep, de onde se afastou para disputar a vice-governança na chapa de Tarcísio Burity.

A seguir seu depoimento pessoal:

"Comecei minha vida profissional como médico e terminei sendo político, condição imposta por amigos, sem alternativa.

"Fui clínico de interior na minha cidade natal - Bananeiras — ingressando em 1936 no serviço público, através do Departamento de Saúde Pública do Estado. Vocacionado para a prática da ciência de Hypócrates, passei a desenvolver intensa atividade no setor de saúde pública, a que ofereci ao longo dos anos, com dedicação e extremado espírito público atendimento médico e participação ativa em várias campanhas sanitárias, destacando-se a de combate à Bouba, à Malária e outras endemias.

Nos idos de 1945, surpreendi-me com honroso convite do então interventor federal, desembargador Severino Montenegro, para ocupar o cargo de Prefeito de minha terra, cargo que exerci no período interventorial. E se para tanto não bastasse, já em 1946, os apelos insistentes de amigos levaram-me a integrar a União Democrática Nacional, na sua luta pela redemocratização. A partir daí, passei a participar, ativamente, das lides políticas do meu Estado.

Com a instalação da Assembléia Legislativa, em 1947, os meus conterrâneos fizeram-me Deputado Estadual, e, em votação sempre crescente e ininterrupta, elegeram-me em sucessivas legislaturas, tempo em que fui presidemte e membro de várias comissões técnicas da Assembléia, ocupando, posteriormente, a liderança da UDN e logo depois da Arena, 1º secretário e Presidente do Poder Legislativo, em seis sessões legislativas distintas. Nesta qualidade, ocupei eventualmente, a Vice-Governança, exercendo, pois duas vezes, em caráter interino o Governo do Estado.

Assim, continuo político sem deixar de ser, sobretudo, médico, dentro das emulações do meu es-

pírito voltado para a prática da medicina do pobre, do sofrido, do mais carente, sem visar recompensa nem gestos de reconhecimentos que, de maneira reconfortante sempre me vêm com o calor da amizade e da gratidão.

Pois, entendo que a política deve ser a aspiração de todos os brasileiros, porque ela tem as suas vantagens. Se não houvesse a política, não haveria participação. É por intermédio desse processo que nós escolhemos os melhores homens para dirigir os nossos destinos. Todos os países participam do processo político, porque a política é necessária à vida de toda comunidade. Precisamos, no entanto, destinguir política que é uma coisa e o regime político que é outra. Dos regimes políticos, o melhor deles é a democracia, por ser o que mais se aproxima do povo, o que mais contata com o povo e é através do povo que nós indicamos os homens públicos para dirigir os nossos destinos. A política no alto sentido é produtiva, suficiente e necessária até, como a democracia é dos regimes políticos, o melhor.

Eu me sinto profundamente feliz e realizado pelas várias posições que assumi no Estado, desde 1947, sendo integrante da Constituinte.

Exerci a Vice-governadoria no Governo João Agripino, em virtude do falecimento de Severino Cabral, até a eleição de Juarez Farias, quando voltei à minha condição de Presidente da Assembléia Legislativa.

Se eu tivesse de ser governador do Estado, preferiria ser eleito pelo regime de eleições populares, de eleições diretas, desde que tivesse o apoio geral de todo o partido. Mas, não desejo me candidatar a mais nenhum posto eletivo. Sempre colaborei com os governadores a quem substitui, seguindo os trabalhos de rotina, nas minhas passagens temporárias pela chefia do Executivo. Acho que ainda posso prestar muito bons serviços ao partido e ao Governo paraibano.

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA NO EXERCÍCIO DO GOVERNO

JOSÉ FERNANDES DE LIMA

Deputado estadual, Presidente da Assembléia Legislativa, assumiu o Governo do Estado quando da renúncia do Vice-Governador Pedro Moreno Gondim para disputar as eleições governamentais de 1960. Sempre foi, como seu irmão João Fernandes de Lima, integrante do antigo Partido Social Democrático, passando, posteriormente para o Movimento Democrático Brasileiro e, hoje, integra as fileiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, se mantendo coerente com sua iniciação política, desde os idos de 1945.

Nasceu José Fernandes de Lima em Mamanguape, no dia 6 de novembro de 1915, filho de Antônio Fernandes Sobrinho e Maria Caetano Fernandes de Lima, formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, permanecendo solteiro.

Nunca fez política estudantil. Foi Prefeito de sua cidade e deputado estadual eleito em 1950, se reelegendo consecutivamente até 1978. Sua posse no Governo do Estado se registrou no dia 18 de março de 1960, onde permaneceu até 31 de janeiro de 1961.

É de sua própria informação que

> "num período curto, em caráter de substituição, sem plano preestabelecido, coube-me tão somente dar prosseguimento as obras iniciadas, com apenas 11 meses de exercício na Chefia do Poder Executivo.
>
> "Ocorreu mudança total no Secretariado, em razão da divergência de orientação política do meu antecessor. Pressão política propriamente não houve, apenas conveniência na nomeação de alguns auxiliares, em razão de exercermos mandato talvez de um colegiado".

Não fez o seu sucessor — segundo afirma — porque o candidato à sua sucessão não nasceu de sua indicação pessoal e sim, do partido a que pertencia (PSD). Refere-se à candidatura do deputado José Janduhy Carneiro que perdeu as eleições para Pedro Moreno Gondim.

Diz que não considera seu Governo temporário coerente com seus princípios pessoais, nem pretende voltar a tal exercício, preferindo o mandato legislativo "porque exerço com mais liberdade de ação".

Confessa que

> "Atualmente, não tenho maiores aspirações políticas" e diz que não se sente realizado durante o tempo em que foi governador, porque "fui levado ao Governo do Estado, em circunstâncias especiais em razão do mandato que exercia de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado".
>
> "Faço política em favor do Estado e em função do partido a que pertenço" — assegura.
>
> "Jamais renunciaria ao meu mandato".

Não respondeu às perguntas sobre sua opinião a respeito de democracia ou estado de exceção, nem disse se preferia uma democracia plena, vigiada ou a ditadura. Não disse, também, se teve decepções com a vida pública ou se valeu a pena ser governador do Estado. De todos os entrevistados, foi o único que deixou alguns quisitos sem respostas.

PREFEITOS DA CAPITAL
(de 1947 a 1980)

Eleitos:

Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque	1947
Luiz de Oliveira Lima	1951
Apolônio Sales de Miranda	1955
Luiz Gonzaga de Miranda Freire	1959
Domingos Mendonça Netto	1963
Damásio Barbosa da Franca (vice do último)	1966

Nomeados:

Damásio Barbosa da Franca (ao terminar o mandato de vice–eleito)	1968
Dorgival Terceiro Neto	1971
Luiz Alberto Moreira Coutinho	1974
Hermano Augusto de Almeida	1975
Damásio Barbosa da Franca	1979

Vice–Prefeito (exercício interino de prefeito):

José Clementino Júnior	1959
Robson Duarte Espínola	1959

Presidentes da Câmara (interinamente):

Miguel Severino Bastos Lisboa	1947
Damásio Barbosa da Franca	1951
Domingos Mendonça Netto	1962
João Cabral Batista	1971/1974

LEGISLAÇÃO

ELEIÇÃO DE 19.01.1947

O artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, de 18 de setembro de 1946, fixou o primeiro domingo após cento e vinte dias da promulgação da Constituição Federal, para eleições de governadores, deputados e mais um terço do Senado nos Estados e no Distrito Federal.

O primeiro domingo após cento e vinte dias daquela promulgação, caiu no dia 19 de janeiro de 1947, quando foram realizadas as eleições regulamentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e dirigidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, conforme a Lei nº 5, de 14 de dezembro de 1946, assinada pelo ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. Esta Lei revigorou o Decreto nº 7.586 (já referido) de 28 de maio de 1945 baixado pelo ex-presidente Getúlio Vargas que tratava das eleições governamentais. A seguir o texto do artigo 11 das Disposições Constitucionais Transitórias e da Lei nº 5:

"DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

"Art. 11. No primeiro domingo após cento e vinte dias contados da promulgação deste Ato, proceder-se-ão, em cada Estado, as eleições de Governador e de deputados às Assembléias Legislativas, as quais terão inicialmente função constituinte.

§ 2º Na mesma data se realizarão eleições:

I — nos Estados e no Distrito Federal

a) para o terceiro lugar de Senador e seus suplentes (Constituição; art. 60, §§ 1º, 3º e 4º);

b) para os suplentes partidários dos senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945, se, em relação a estes, não tiver ocorrido vaga.

II — nos Estados onde o número dos representantes à Câmara dos Deputados não corresponda ao estabelecido na Constituição, na base da última estimativa oficial do Instituto de Geografia e Estatística, para os deputados federais que devem completar este número.

III — nos Territórios, exceto os do Acre e de Fernando de Noronha, para um deputado federal.

IV — no Distrito Federal, para cinquenta vereadores.

V — nas circunscrições eleitorais respectivas, para preenchimento das vagas existentes ou que vierem a ocorrer até trinta dias antes do pleito, e para os próprios suplentes, se se tratar de senadores.

3º Os partidos poderão inscrever, em cada Estado, para a Câmara Federal, nas eleições referidas neste artigo, mais dois candidatos além do número de deputados a eleger. Os suplentes que resultarem dessa eleição substituirão, nos casos mencionados na Constituição e na lei, os que forem eleitos nos termos do § 2º e os da mesma legenda cuja lista de suplentes se tenha esgotado.

§ 4º Não será permitida a inscrição do mesmo candidato por mais de um Estado.

§ 5º O Tribunal Superior Eleitoral providenciará o cumprimento deste artigo e dos parágrafos precedentes. No exercício dessa competência, o mesmo Tribunal fixará, à vista de dados estatísticos oficiais, o número de novos lugares na representação federal, consoante o critério estabelecido no art. 58 e §§ 1º e 2º da Constituição.

§ 6º O mandato do terceiro senador será o de menor duração. Se, pelo mesmo Estado ou pelo Distrito Federal, for eleito mais de um senador, o mandato do mais votado será o de maior duração.

§ 7º Nas eleições de que trata este artigo só prevalecerão as seguintes inelegibilidades:

I — para governador:

a) os Ministros de Estado que estiverem em exercício nos três meses anteriores à eleição;

b) os que, até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido a função de Presidente da República ou no respectivo Estado, embora inteiramente, a função de Governador ou Interven-

tor; e bem assim os secretários de Estado, os comandantes de regiões militares, os chefes e os comandantes de polícia, os magistrados e o chefe do Ministério Público, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

II — para Senadores e Deputados Federais e respectivos suplentes, os que, até seis meses antes da eleição, houverem exercido o cargo de Governador ou Interventor, no respectivo Estado, e as demais autoridades refeirdas no nº I que estiveram nos exercícios dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

III — para Deputados às Assembléias Estaduais as autoridades referidas no nº I, letras a e b, segunda parte que estiverem no exerício dos cargos nos dois meses anteriores à pleição.

IV — para Vereadores à Câmara do Distrito Federal, o Prefeito e as autoridades referidas no nº I, letras a e b, segunda parte, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

§ 8º Diplomados, os deputados às Assembléias Estaduais reunir-se-ão dentro de dez dias, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por convocação deste, que promoverá a eleição da Mesa.

§ 9º O Estado que, até quatro meses após a instalação de sua Assembléia, não houver decretado a Constituição será submetido, por deliberação do Congresso Nacional, à de um dos outros que parecer mais conveniente, até que a reforma pelo processo nela determinado".

LEI Nº 5 de 14.12.1946

REGULA AS ELEIÇÕES DE 19 DE JANEIRO DE 1947

Faço saber que o Congresso Nacional declara e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — No dia 19 de janeiro de 1947, proceder-se-á as eleições previstas no art. 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º — Para essas eleições, fica revigorado o Decreto nº 7.586, de 28 de maio de 1945, observadas as alterações decorrentes da Constitui-

ção, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dos Decretos—Leis nos 9.258, de 14 de maio de 1946, 9.386, de 20 de junho de 1946, 9.422, de 3 de julho de 1946, 9.504, de 23 de julho de 1946, e desta lei.

Art. 3º — Os candidatos a suplentes dos senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945 serão inscritos pelos partidos a que se achem filiados, em listas de três nomes, para *cada suplente a eleger*. Serão também registrados em lista tríplice, pelos respectivos partidos, os candidatos a suplentes dos senadores a serem eleitos.

Art. 4º — Os candidatos a governador de Estado poderão ser inscritos por mais de um partido, sem dependência de aliança, ou acordo de partidos.

Parágrafo Único. É condição de elegibilidade a idade mínima de 30 anos.

Art. 5º — A legenda de aliança de partidos se comporá da dos respectivos partidos aliados.

Art. 6º — Os órgãos de publicidade, oral ou escrita, pertencentes à União, Estados, Municípios, Autarquias ou a pessoas jurídicas nas quais essas etnidades tenham posição dominante, não poderão fazer propaganda de qualquer partido ou candidato, sob pena de ser proibido o seu funcionamento e responsabilizados os seus representantes legais.

Parágrafo Único — Não constituiu infração do disposto neste artigo a publicidade em jornais a divulgação pelas estações de rádio de propaganda política, com expressa declaração de que se trata de matéria remunerada desde que permitida em igualdade de condições, a todos os partidos, mediante pagamento à vista.

Art. 7º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de janeiro, em 14 de setembro de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

Eurico Gaspar Dutra
Benedito Costa Neto".

ELEIÇÕES DE 01.09.1978

Publicamos os textos dos Decretos 1.540 e 1.543, de 14 de abril de 1977, baixados pelo ex-Presidente Ernesto Geisel, durante o recesso do Congresso Nacional, que normatizaram as eleições para Governadores dos Estados, pelo processo de voto indireto (apesar da previsão constitucional de eleições diretos) e para um terço do Senado pelo mesmo processo.

O colegiado determinado por esta legislação, elegeu em 1º de setembro de 1978, Tarcísio de Miranda Burity para governador do Estado da Paraíba e Milton Bezerra Cabral para um terço do Senado, sendo o último reeleito para o seu segundo mandato. As eleições para outro terço do Senado e para Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa se processaram, normalmente, pelo voto direto universal, no dia 15 de novembro do mesmo ano.

DECRETO—LEI Nº 1.540

(PARA GOVERNADOR)

Art. 1º — O Governador do Estado será eleito, dentre brasileiros natos e no exercício dos direitos políticos, pelo Colégio Eleitoral, cuja composição e funcionamento este Decreto—Lei regula.

Parágrafo Único — A eleição processar-se-à no dia 1º de setembro do ano anterior àquele em que findar o mandato do Governador, na sede da Assembléia Legislativa do respectivo Estado, em sessão pública e mediante votação nominal.

Art. 2º — O Colégio Eleitoral compor-se-à dos membros da respectiva Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais do respectivo Estado.

Art. 3º — No mesmo ano a que se refere o Parágrafo Único do artigo 1º, proceder-se-à à escolha dos delegados das Câmaras Municipais, observando-se as seguintes normas:

I — Cada Câmara indicará, dentre seus membros, um delegado e mais um por 200 mil habitantes do Município, não podendo nenhuma representação ter menos de dois delegados e admitindo-se o voto cumulativo;

II — O Tribunal Regional Eleitoral do Estado, com base em dados demográficos, fornecidos pela Fundação IBGE, fixará, até 1º de março, o número de delegados de cada Câmara municipal;

III — Até 30 de junho, os líderes dos Partidos políticos representados na Câmara municipal apresentarão, para registro, à Mesa da Casa, chapa dos candidatos a delegados e suplentes, contendo tantos nomes quantas forem as vagas, mais um terço;

IV — Da chapa somente poderão constar nomes de vereadores em exercício ou de suplentes;

V — A Mesa da Câmara, dentro de 48 horas, a partir do registro referido no item III, fará divulgar, em órgãos oficial ou, na falta deste, pela afixação de edital em sua sede e nas dos órgãos públicos existentes no município, a relação de candidatos;

VI — Ocorrendo morte ou impedimento insuperável de qualquer candidato registrado, o líder do Partido fará a substituição, comunicando, para fins de alteração do registro, o nome do novo candidato, à Mesa da Câmara, que adotará o procedimento previsto no item anterior;

VII — Na segunda quinzena do mês de julho, em sessão pública e mediante votação nominal, a Câmara escolherá seus delegados ao Colégio Eleitoral, bem como os suplentes destes;

VIII — Considerar-se-ão eleitos os candidatos que, dentro da chapa mais votada, obtiverem maior número de sufrágios. Da chapa, os menos votados serão suplentes da representação;

IX — Apurado o resultado da eleição, a Presidência da Câmara, comunicará, à Mesa da respectiva Assembléia Legislativa, os nomes e a qualificação dos delegados e seus suplentes.

Art. 4º — Os diretórios regionais dos Partidos políticos convocarão as convenções regionais para, no mês de julho, escolherem os candidatos a Governador e Vice-Governador.

§ 1º — Realizada a escolha, o delegado do Partido apresentará ao Tribunal Regional Eleitoral, dentro de dois dias, uma cópia da ata da reu-

nião, devidamente autentificada.

§ 2º — Protocolado o recebimento da ata, o presidente do Tribunal fará publicar, no prazo de dois dias, no órgão oficial do Estado, para conhecimento dos interessados, edital de que constem o nome e a qualificação dos candidatos a Governador e Vice-Governador.

§ 3º — A arguição de inelegibilidade será processada perante a Justiça Eleitoral, na forma da lei, para impugnação do registro de candidatos.

Art. 5º — Se a Justiça Eleitoral considerar inelegível qualquer dos candidatos a Governador e a Vice-Governador de Estado ou se ocorrer morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, o Dcretório Regional do Partido dar-lhe-á substituto no prazo de dois dias.

Parágrafo Único — Escolhido novo candidato, proceder-se-á, em seguida, na conformidade do que prescrevem os paráfrafos do Artigo anterior, ressalvado o disposto no Artigo 7º deste Decreto—Lei.

Art. 6º — O Diretório Regional do Partido político requererá o registro dos candidatos a Governador e Vice-Governador perante a Mesa da Assembléia Legislativa, instruindo o requerimento com:

I — Cópia autêntica da ata da Convenção regional;

II — Autorização dos candidatos, constante de documento com assinatura recolhida por tabelião;

III — Certidão do Tribunal Regional Eleitoral de que os candidatos estão no gozo dos direitos políticos;

IV — Comprovação de filiação partidária dos candidatos;

V — Declaração de bens;

VI — Certidão de que a escolha do candidato não foi impugnada ou de que foi julgada improcedente a impugnação.

Art. 7º — Em caso de morte ou impedimento insuperável, as exigências constantes dos itens I a IV do artigo anterior, em relação ao can-

didato indicado em substituição, serão satisfeitos nos 10 dias seguintes à data da eleição, dispensada a do Item VI.

§ Único — Nos casos referidos neste Artigo, qualquer arguição de nulidade ou de inelegibilidade poderá ser apresentada até 15 dias após a eleição, na forma da legislação em vigor devendo o julgamento obedecer ao disposto na lei para a impugnação de registro de candidatos.

Art. 8º — Ocorrendo, após a eleição para os cargos de governador e vice-governador, a declaração de inelegibilidade de candidatos eleitos, realizar-se-à nova eleição até 10 dias após a publicação ou intimação da decisão transitada em julgado.

Art. 9º — O Colégio Eleitoral reunir-se-á na sede da respectiva Assembléia Legislativa.

§ Único — Presidirá o Colégio Eleitoral o Presidente da Assembléia Legislativa, que com 10 dias, pelo menos, de antecedência, fará publicar, no órgão oficial do Estado, edital do qual constarão:

I — O prazo para a apresentação de credenciais dos delegados das Câmaras Municipais;

II — A hora da instalação da sessão destinada à eleição.

Art. 10º — Aberta a sessão e verificada a presença da maioria absoluta dos membros do Colégio Eleitoral, proceder-se-á à eleição do governador.

Art. 11º — Será considerado eleito governador o candidato que, registrado por Partido Político, obtiver maioria absoluta de votos.

§ 1º — Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, esta será repetida e a eleição dar-se-à, na terceira votação, por maioria simples.

§ 2º — Serão considerados nulos os votos dados a candidato não registrado, computando-se os mesmos para efeito de quorum.

Art. 12º — O candidato a Vice-Governador considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado.

Art. 13º – Os trabalhos do Colégio Eleitoral serão encerrados com a proclamação dos eleitos.

Art. 14º — Da ata da sessão do Colégio Eleitoral será enviada cópia autenticada pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 15º — Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição, pelo processo fixado neste Decreto—Lei, 30 dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

Art. 16º — Dar-se-á a convocação de suplente no caso de morte, ausência ou impedimento insuperável de delegado do Colégio Eleitoral.

$ Único — A convocação será feita pelo Presidente da Assembléia Legislativa, mediante comunicação de líder do Partido na Assembléia ou do próprio delegado do Colégio Eleitoral, no caso de ausência ou impedimento.

Art 17º — O Tribunal Superior Eleitoral baixará as necessárias instruções para o fiel cumprimento deste Decreto—Lei.

Art. 18º — Este Decreto—Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19º — Revogam-se as disposições em contrário".

PARA SENADOR

"DECRETO—LEI Nº 1.543"

Art. 1º — A eleição, destinada ao preenchimento de uma das vagas, na renovação por dois terços do Senado Federal, far-se-á pelo sufrágio do Colégio Eleitoral, constituído, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 13º da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, para a eleição de governador de Estado.

Parágrafo Único — A eleição processar-se-á, na sede da Assembléia Legislativa, na data fixada para a eleição do governador, em sessão pública, especialmente convocada, e mediante vota-

ção nominal.

Art. 2º — Os Diretórios Regionais dos Partidos políticos convocarão as Convenções Regionais para, no mês de junho, escolherem os can candidatos a senador e suplentes, estes em número de dois.

Parágrafo Único — Os candidatos classificados em segundo e terceiro lugares na ordem de votação serão considerados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes.

Art. 3º — Realizada a escolha, o Partido requererá, dentro de 10 dias, à Mesa da Assembléia Legislativa, o registro dos candidatos, instruindo o requerimento com:

I — Cópia autêntica da ata da Convenção Regional;

II — Autorização dos candidatos, constante de documento com assinatura reconhecida por tabelião;

III — Certidão do Tribunal Regional Eleitoral de que os candidatos estão no gozo dos direitos políticos;

IV — Comprovação de filiação partidária dos candidatos;

V — declaração de bens; e,

VI — Certidão do que a escolha do candidato não foi impugnada ou de que foi julgada improcedente a impugnação.

Art. 4º — Ocorrendo morte ou impedimento insuperável de qualquer dos candidatos, o Diretório Regional do Partido político, dentro de cinco dias, providenciará a sua substituição, requerendo à Mesa da Assembléia, na forma do disposto no artigo anterior, o registro do novo candidato.

Art. 5º — Aplicam-se ao processo eleitoral de que trata este decreto—lei as normas que regulam a habilitação do candidato a governador, bem como a composição e o funcionamento do Colégio Eleitoral.

Art. 6º — Os candidatos a suplentes considerar-se-ão eleitos em virtude da eleição do candidato a senador com eles registrado.

Art. 7º — O Tribunal Superior Eleitoral baixará as necessárias instruções para o fiel cumprimento deste decreto-lei.

Art. 8º — Este decreto-lei entra *em vigor* na data de sua publicação.

ANOTAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Américo de — "A Paraíba e Seus Problemas" 3ª edição, "A União Comp. Editora" — 1980 — 721 páginas. "Cidadão Pessoense" — Imprensa Oficial, 1956 — 24 páginas.

BURITY, Tarcísio de Miranda — "Quero Governar com o Povo" "A União Comp. Editora — 1979 — 24 páginas. "Mensagem ao Poder Legislativo" — "A União Comp. Editora" — 1980 — 32 páginas.

MAIA, Benedito — "Universidade do Ponto de Cem Réis" 174 páginas — 1976.

MAIA, Sabiniano — "Flávio Ribeiro Coutinho, História de Uma Vida e de Uma Época" "A União Comp. Editora" — 1977 — 382 páginas.

NORONHA, Adolfo Vasconcelos — "Um Modelo de Democracia" — Tapajós Gráfica e Embalagens Ltda. — 37 páginas.

PINTO, Luiz — "Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba" — Editora Leitura — 285 páginas.

SÁTYRO, Ernani — "Sempre aos Domingos" — "A União Comp. Editora" 1978 — 409 páginas.

SOBREIRA, Ivan Bichara — "Primeiros Pronunciamentos" "A União Comp. Editora" — 1978 — 63 páginas. "Segunda Mensagem ao Poder Legislativo" — A União Comp. Editora" — 1977 — 92 páginas.

TERCEIRO NETO, Dorgival — Discursos de Posse — 1978 — "A União Editora" — 15 páginas.

TRIGUEIRO Oswaldo—————————— de Albuquerque Melo, — "Problemas do Governo Democrático" — 1978 Gráfica do Senado, 339 páginas.

VALE, Oswaldo Trigueiro, "O General Dutra e a Redemocratização de 45" Editora Civilização Brasileira, 1978 — 227 páginas.

Endereço do autor:
Av. Dom Pedro II, nº 2.499
fone: 224–3658 — João Pessoa — **Pb**

ÍNDICE